

28/02/2019

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Ensinar a ler e escrever na contemporaneidade](#)

[Inscrições do Enem começam em maio](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Um país que sumiu do retrovisor](#)

[Afinal, o que o novo governo quer com educação?](#)

[Professor do setor público e privado terá apenas duas opções na transição](#)

[Olhar para o interior](#)

[Escola com estudo](#)

[Com subsídio, SP terá escola internacional francesa de tempo integral por R\\$ 3.000](#)

[Vélez faz novo recuo e desiste de pedir vídeos de alunos por questões técnicas e de segurança](#)

[Autocura para glaucoma e catarata sem aval médico gera guerra judicial](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[O ridículo do hino e a escola sem sentido](#)

[Nabhan e presidente da Caixa são alvo de queixas de deputados](#)

[Universidades federais barram até 39% de cotistas](#)

[Movimentos e alunos cobram medidas da USP](#)

[MEC desiste de vídeo de alunos cantando Hino](#)

[O verdadeiro patriotismo](#)

[Triste, a escola](#)

O GLOBO - RJ

[Realidade bate a porta do ministro](#)

[MEC desiste de vídeos de alunos, por razões técnicas](#)

Imprensa Estadual

A CRÍTICA - AM

[EDUCAÇÃO EXIGE OUTRA CONDUTA](#)

CORREIO DA BAHIA - BA

[Inscrições do Enem 2019 acontecem entre 06 e 17 de maio](#)

DIÁRIO DE CUIABÁ - MT

[Pedido de MEC não terá aplicabilidade em MT](#)

EXTRA - RJ

[MEC retira pedido feito para escolas](#)

J. DO COMMERCIO - PE

[Rápidas - Associação da Rural cria o Bota no Lattes](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA ESTADO

[MEC desiste de pedir às escolas que enviem vídeo dos alunos cantando Hino Nacional](#)

[Ação antifraude em universidades federais impede matrículas de aprovados por cotas](#)

AGÊNCIA GLOBO

[MEC desiste de pedir vídeos de alunos alegando razões técnicas](#)

AGÊNCIA VALOR

[Vélez faz novo recuo e desiste de pedir a diretores vídeos de alunos](#)

CORREIO WEB

[Ubes pede para alunos registrarem os problemas das escolas e enviem ao MEC](#)

METRÓPOLIS

[MEC alega “razões técnicas” e desiste de pedir vídeos de alunos](#)

PORTAL ÉPOCA

[A personalidade autoritária](#)

PORTAL ISTOÉ

[Provas do Enem 2019 serão aplicadas nos dias 3 e 10 de novembro](#)

PORTAL VEJA

[MEC sinaliza desistência após pedir vídeos de estudantes cantando Hino](#)

TERRA

[MEC desiste de pedir às escolas que enviem vídeo dos alunos cantando Hino Nacional](#)

[Ação antifraude em universidades federais impede matrículas de aprovados por cotas](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[MEC alega "razões técnicas" e desiste de pedido por vídeos com hino](#)

[MEC desiste de pedir vídeos de alunos cantando o Hino Nacional](#)

[Hino na escola? Como é a prática em outros países](#)

Agências de notícias e sites

2EM1

[Novo portal da CAPES aprimora a experiência do usuário](#)

AGENDA CAPITAL

[Quem será o coordenador da bancada do DF no Congresso Nacional?](#)

BAHIA DE VALOR

[Doutoranda da UFRB detecta pela primeira vez vírus em abelhas nativas do Brasil](#)

NOS BASTIDORES DA NOTÍCIA

[Educação precisa de mais recursos e menos discursos, destaca Izalci](#)

SEGS - PORTAL NACIONAL

[Universidade Positivo lança doutorado em Biotecnologia Industrial \(DESTAQUE\)](#)

UFRGS

[Em entrevista, presidente da Andifes defende papel estratégico da Universidades](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Enem 2019 será nos dias 3 e 10 de novembro](#)

CORREIO WEB

[Professores da rede pública podem estudar fora](#)

G1

[UEMA EAD 2019: Veja a lista de aprovados no vestibular de ensino a distância](#)

[Estudantes se mobilizam para enviar vídeos com os problemas das escolas públicas para o MEC](#)

[Uniube recebe Selo de Instituição Amiga do Empreendedor](#)

[Iniciação Científica: primeiro passo para a carreira acadêmica](#)

[Universidade mineira abre Mestrado com acessibilidade para surdos](#)

Imprensa Estadual

A CRÍTICA - AM

[Semed e Seduc não vão atender o MEC](#)

A GAZETA - ES

[Ministro diz que errou em polêmica do Hino](#)

[Escolas com \(outro\) partido](#)

A NOTÍCIA - SC

[Falta foco no MEC](#)

CORREIO DA BAHIA - BA

[Concurso vai oferecer 60 vagas para auditores fiscais na Bahia](#)

GAZETA DO POVO - PR

[Escola sem Partido diz que não há problema em gravar alunos cantando hino](#)

[Hino nacional, escolas militares e acesso à universidade: Vélez enfrenta sabatina no Senado](#)

METRO-DF

[MEC recua e admite erro em comunicado às escolas](#)

O LIBERAL - PA

[Vélez admite ERROS](#)

[Professores debatem base curricular](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO

Ensinar a ler e escrever na contemporaneidade

» ANNA HELENA ALTERFELDER

Pedagoga, doutora em psicologia da educação e presidente do Conselho de Administração do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenepec)

Numa sociedade globalizada, complexa e em acelerada transformação, é natural que a escola seja a cada dia mais desafiada. Afinal, ela não é uma ilha. Para cumprir seu papel a contento, precisa lidar com as questões que a permeiam e ser capaz de criar respostas satisfatórias não só para a sociedade que somos, mas também para aquela que queremos ser.

Desse cenário, emerge novo conjunto de conhecimentos, habilidades e competências que será exigido de nossos jovens e precisam ser garantidas pelas escolas. Ainda que não se possa e não se deva hierarquizar esses saberes, um deles merece especial atenção, dado seu papel na garantia das demais aprendizagens e por ser um desafio histórico para o Brasil: a aprendizagem da leitura e da escrita.

É verdade que, nos últimos 20 anos, o país avançou bastante na garantia desse direito, mas segue ainda muito distante de garanti-lo para todas as crianças, adolescentes e jovens. A última Avaliação Nacional de Alfabetização mostra que 32,28% dos alunos do 3º ano do ensino fundamental da rede pública atingiram o nível adequado em leitura e que menos de 13% atingiram o nível desejável.

Em números absolutos, mais de 1 milhão de crianças não alcançaram o nível considerado suficiente. Na habilidade de escrita, o percentual de alunos com nível adequado foi maior, de 57,87%, e 8,28% alcançaram o nível desejado. Contudo, nas regiões Norte e Nordeste, onde a situação é mais desafiadora, mais da metade das crianças não atingiram nível suficiente.

A última pesquisa do Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (Inaf), por sua vez, mostrou que quase 30% dos brasileiros entre 15 e 64 anos são considerados analfabetos funcionais. Isto é, podem até decodificar palavras e frases e identificar informações explícitas em textos, mas não são capazes de realizar inferências, de interpretar e sintetizar textos mais complexos e de identificar e relacionar argumentos.

O mesmo Inaf aponta avanços importantes. Enquanto a taxa de analfabetismo funcional é de 53% entre os mais velhos (entre 50 e 64 anos), o índice cai para 12% entre jovens (de 15 a 24 anos), mostrando que as novas gerações têm tirado proveito do maior tempo

de estudo.

De toda forma, tanto os que já deixaram a escola quanto os que nela ainda estão não podem mais esperar. É preciso garantir a todos o direito ao pleno domínio da escrita e da leitura, pois, mais do que nunca, essas habilidades são primordiais para uma cidadania plena, uma inserção qualificada no mundo do trabalho e o exercício de diversos outros direitos.

Para além da transmissão de saberes orais, é a leitura e a escrita que nos permitem sonhar outros mundos possíveis e realizá-los. Afinal, a língua e as linguagens são poderosos instrumentos de constituição e afirmação de identidades, sejam elas individuais, sejam coletivas. Dominai, em todas as formas de expressão, esse organismo vivo, dinâmico e cheios de possibilidades nos permite ampliar a capacidade de nos lermos, de lermos uns aos outros e de lermos o mundo; bem como o direito fundamental de nos escrevermos neste mundo, nos afirmando e nos fazendo compreender com as próprias palavras.

Por óbvio que o ensino de leitura e de escrita em nosso tempo não se traduz nas mesmas práticas que marcaram a alfabetização e o letramento até o final do século 20. Para responder ao novo contexto, a Base Nacional Comum Curricular desenhou um conjunto de habilidades e competências que consolidam uma visão de língua como prática social — noção bastante difundida nos documentos oficiais, ao menos desde os Parâmetros Curriculares Nacionais e baseada em estudos nacionais e internacionais. Mas também avançou na promoção dos multiletramentos.

A proposta é de que os novos currículos escolares possam, sem abrir mão dos gêneros escolares ligados à cultura do impresso, promover o ensino de gêneros e práticas de linguagem da cultura digital, considerando a diversidade de modalidades e mídias em que se dão as práticas de linguagem e os campos de atuação que organizam a circulação dos diversos gêneros textuais.

Avançar nessa direção é, sem dúvidas, grande desafio, que exigirá o comprometimento de todos: governos, gestores educacionais, profissionais da educação, pais e alunos. Temos ótima oportunidade de implementar um ensino de leitura e escrita que responda às práticas sociais vivenciadas pelos alunos, permitindo sua participação ativa e crítica na sociedade.

topo 

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL

Inscrições do Enem começam em maio

As provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) deste ano serão aplicadas em 3 e 10 de novembro em todo o Brasil, segundo calendário divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Pelo cronograma, as inscrições estarão abertas de 6 a 17 de maio. O valor da taxa de inscrição ainda não foi divulgado. Entre 1º e 10 de abril, o candidato poderá pedir isenção da taxa de inscrição. Nesse mesmo período, o Inep vai receber as justificativas de ausências no Enem 2018. O edital do Enem 2019 será publicado em março.

A nota do exame poderá ser usada para concorrer a vagas no ensino superior público pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu), a bolsas em instituições privadas, pelo

Programa Universidade para Todos (ProUni), e para participar do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

Com 5,5 milhões de inscritos, o Enem 2018 registrou o menor número de ausentes nos dois dias de prova desde 2016, segundo o Ministério da Educação (MEC). Em 4 de novembro, primeiro dia da prova, 24,9% dos alunos não se apresentaram para o exame, 4,9 pontos percentuais a menos do que o ano passado. No segundo dia, 29,2% dos candidatos faltaram, 2,8 pontos percentuais a menos.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

Um país que sumiu do retrovisor

Debate brasileiro sobre público x privado recai sobre questões superadas

No Brasil, até o atraso se tornou atrasado. Basta ver a discussão mundial sobre público x privado. O debate brasileiro passa longe de qualquer tecnologia e recai sobre questões superadas. Evidencia que não temos muita ideia do que está em jogo.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/02/a-chicana-do-ministro.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

Afinal, o que o novo governo quer com educação?

Papel do Estado vai muito além de enfileirar alunos

Neste início de ano letivo, educadores, alunos, pais e demais cidadãos esperavam que o novo governo apresentasse um plano concreto para que a educação brasileira garanta a aprendizagem dos 49 milhões de alunos matriculados na educação básica. No entanto, foram surpreendidos com o anúncio de que a regulamentação da educação domiciliar (“homeschooling”, em inglês) está entre as prioridades.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/02/afinal-o-que-o-novo-governo-quer-com-educacao.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO

Professor do setor público e privado terá apenas duas opções na transição

Reforma prevê idade mínima de 60 anos e 30 anos de atividade no magistério

Brasília

Os professores terão somente duas opções de regra de transição a partir da reforma da Previdência, diferentemente dos demais trabalhadores da iniciativa privada, que terão três.

O pedágio, como é chamado o tempo extra de contribuição exigido de quem quiser fugir da idade mínima, só valerá para as aposentadorias por tempo de contribuição comuns do INSS.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/02/professor-do-setor-publico-e-privado-tera- apenas-duas-opcoes-na-transicao.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ABERTO

Olhar para o interior

A Ser Educacional, que administra quatro marcas de ensino superior, vai abrir cinco operações presenciais no país neste ano, segundo o presidente da companhia, Jânio Diniz.

“As novas unidades serão instaladas em capitais das regiões Centro-Oeste e Norte do país. Nossos investimentos deverão manter o nosso ritmo histórico, de 6% da receita”, afirma o executivo.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/mercadoaberto/2019/02/anvisa-define-regras-para-terceirizacao-no-setor-farmaceutico.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ILUSTRADA

Escola com estudo

Vamos deixar a brincadeira para o recreio e simplesmente estudar?

Vittorio Alfieri (1749-1803) é o maior autor de tragédias da literatura italiana (a safra de autores italianos de tragédias é bem mediana).

Suas peças, no secundário, eram leitura obrigatória, mas eram chatas. Em compensação, a gente se interessava pela vida de Alfieri.

Ele gostava de farra. De amada em amada e de viagem em viagem, escreveu “Antonio e Cleopatra”, que fez sucesso, e a partir de então, decidiu se levar a sério.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/contardocalligaris/2019/02/escola-com-estudo.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Com subsídio, SP terá escola internacional francesa de tempo integral por R\$ 3.000

Fusão de colégios na Vila Mariana dará lugar ao Grand Lycée Pasteur

São Paulo

Cônsul geral da França em São Paulo, Briec Pont recorre a um pensamento do estilista alemão Karl Lagerfeld (1933-2019) para defender a importância do ensino de francês em um mundo no qual o inglês virou pré-requisito. “Ele dizia: hoje em dia, falar só duas línguas é brega”, afirma.

Filho de diplomata e ex-aluno do Lycée Pasteur, em São Paulo, Pont, 45, é um entusiasta de um projeto milionário que será inaugurado nesta semana e pode movimentar o mercado de escolas bilíngues na capital paulista.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/02/com-subsidio-sp-tera-escola-internacional-francesa-de-tempo-integral-por-r-3000.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Vélez faz novo recuo e desiste de pedir vídeos de alunos por questões técnicas e de segurança

Novo comunicado, o terceiro nesta semana, deve ser enviado às escolas
Brasília

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodriguez, fez um novo recuo e desistiu de pedir que diretores de escolas gravem e encaminhem ao governo vídeos de alunos cantando o hino nacional. Um novo comunicado deve ser encaminhado às escolas com a retirada desse pedido.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/02/velez-faz-novo-recuo-e-desiste-de-pedir-videos-de-alunos-por-questoes-tecnicas-e-de-seguranca.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - CIÊNCIA

Autocura para glaucoma e catarata sem aval médico gera guerra judicial
Conselho de oftalmologia faz alerta contra cursos no YouTube que podem atrasar ou prejudicar problemas de visão

São Paulo

Em dezembro, o Tribunal de Justiça de São Paulo determinou, por meio de liminar, o impedimento dos cursos. A alegação é que eles são da área médica e Gebrael não tem qualificação para tanto.

A decisão também cita o fato de a empresa não ter registro no MEC para oferta desses cursos. Em seu site, ela tem dito aos seguidores que as inscrições estão fechadas.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/eqilibrioesaude/2019/02/autocura-para-glaucoma-e-atarata-sem-aval-medico-gera-guerra-judicial.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPAÇO ABERTO

O ridículo do hino e a escola sem sentido

JORNALISTA, PROFESSOR DA ECA-USP

Na segunda-feira a repórter Renata Cafardo, do Estadão, revelou que o MEC enviara às escolas do Brasil um par de instruções estapafúrdias e patriofrênicas. Por email o órgão máximo da educação nacional pedira que as crianças fossem perfiladas para cantar o Hino Nacional e as cenas, gravadas em vídeo, fossem enviadas a Brasília para deleite dos ocupantes da Esplanada.

Não foi só. O MEC também solicitou aos dirigentes das escolas que lessem para os alunos uma mensagem ufano-pedagógica de autoria do titular da pasta, Ricardo Vélez Rodríguez: “Brasileiros! Vamos saudar o Brasil dos novos tempos e celebrar a educação responsável e de qualidade a ser desenvolvida na nossa escola pelos professores, em benefício de vocês, alunos, que constituem a nova geração. Brasil acima de tudo. Deus acima de todos!”.

Como ainda resta um pingo de consciência – e de senso de ridículo – na sociedade, a reação foi instantânea. Educadores e advogados protestaram, alegando que crianças não podem ser filmadas assim, de qualquer jeito, sem autorização dos pais. Outros

repudiaram a transformação de um slogan de campanha eleitoral em chamamento de governo para as escolas.

A grita foi tão determinada e irrefutável que o ministro recuou de pronto. Tem sido assim, aliás, nesse governo de idas e vindas. O estilo da administração de turno é o “fez que foi e acabou não fundo”. A toda hora uma autoridade dispara uma bravata e depois recua. Esta semana mesmo o presidente da República voltou atrás e desistiu de aumentar o sigilo em documentos da administração federal – quer acalmar os parlamentares. Quanto ao ministro da Educação, ele é um virtuose em matéria de “fez que foi e acabou não fundo”. Há poucas semanas, numa entrevista escalafobética, pronunciou impropérios sobre o cantor e compositor Cazuza e logo teve de se desculpar. Um pouco antes, já tinha voltado atrás em mudanças desastradas nas regras de compra dos livros didáticos. Agora, adotou o mesmo procedimento. Reconheceu o erro. Disse que não quer filmar a meninada sem que os pais autorizem e admitiu que esse negócio de usar símbolos partidários como insígnias de políticas públicas não fica bem.

E assim caminha este país, sem caminhar para lugar algum. Mas não é esse o maior dos nossos problemas. Sem dúvida, as reviravoltas desastradas num governo chegado a pirotecnias patrioteiras tumultuam desnecessariamente o quadro. São ruins. Atrapalham. Mas a situação é mais complicada ainda. O nosso maior problema, como fica patente em mais essa gafe do MEC, não está nas trapalhadas cometidas por autoridades civis em posição de sentido. O maior problema é que a administração federal de turno tem, sim, um modelo obscurantista com o qual sonha em amordaçar a sociedade brasileira e só não o leva adiante porque a sociedade não se deixou vergar. Não fossem os protestos – justos e legítimos –, a esta altura as crianças brasileiras, como nos idos da ditadura militar, estariam aí ao sabor de delírios autoritários com ponto de exclamação.

Se temos algum juízo, deveríamos olhar com muito mais atenção para esse modelo obscurantista acalentado nas fileiras do bolsonarismo. Como arma publicitária de campanha, o slogan “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” já era um pesadelo. Para começar, a primeira parte, “Brasil acima de tudo”, é um plágio infeliz de um mote abraçado pelo nazismo nos anos 1930, “Alemanha acima de tudo” (Deutschland über alles). Esse mote, por sua vez, veio de um verso de uma canção nacionalista do século 19. Logo, a fantasia que o bolsonarismo resolveu papagaiar, além de não ser original, além de não ser sequer brasileira, é velha de quase 200 anos.

Um passado mítico, já sabemos, funciona como motor para os discursos tendentes ao fascismo. No nosso caso, porém, estamos tratando de passados míticos que são de segunda mão e, na melhor das hipóteses, são paródias de mau gosto.

Se o MEC tivesse um mínimo de compromisso com a educação e com a modernidade (a fantasia de “Alemanha acima de tudo” é pré-moderna e antimoderna), pediria aos alunos redações críticas sobre o mote nazista. Pediria aos alunos que pensassem. Mas não, o MEC prefere ver as crianças perfiladas para ouvir o slogan eleitoral transformado em estética estatal. Outra vez, não por acaso, se manifesta aí mais um traço distintivo dos regimes hierarquizados, centralizadores, disciplinadores, opressivos: a estetização do Estado.

Agora nos ocupemos da segunda parte: “Deus acima de todos”. Pelo que me lembro, nas missas católicas os fiéis repetem outro tipo de enunciado: “Deus está no meio de

nós”. Esse Deus autocrático, vertical, impositivo, francamente, não dá para saber bem de onde os bolsonaristas foram tirar. Não adianta dizer que é o Deus do Velho Testamento, porque aquele Deus se basta, ele não está na disputa para ficar “acima de todos”.

Em termos filosóficos, ou racionais, é difícil pensar em algo pior que “Brasil acima de tudo” ou “Deus acima de todos”. Só o que pode ser pior que cada um dos dois imperativos são os dois imperativos postos juntos. Aí, qualquer lógica desmorona. Vamos lá.

Se o Brasil está mesmo acima de tudo, teria de estar também acima de Deus. E se Deus está acima de todos, ora, teria de estar acima do Brasil. Imaginemos a cabeça de uma criança, empertigada na frente da Bandeira, tentando compreender os dois mandamentos fundidos num só. Essa criança, pobrezinha, vai concluir que Deus está fora de tudo (ou o Brasil estaria acima de Deus) e que o Brasil está fora de todos (ou Deus estaria acima do Brasil). Portanto, “tudo” não é “tudo”, assim como “todos” não significa exatamente “todos”. Alguém chame o Tim Maia, o filósofo que dizia: “Tudo é tudo e nada é nada”. Mais do que uma escola sem partido, o que o MEC quer para o Brasil é uma escola sem sentido. A sanha autoritária precisa de uma escola que não pense.

É difícil pensar em algo pior do que ‘Brasil acima de tudo’ ou ‘Deus acima de todos’

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA

Nabhan e presidente da Caixa são alvo de queixas de deputados

Em reunião com Bolsonaro no Alvorada, parlamentares relatam dificuldades para serem recebidos por ministros

BRASÍLIA

O presidente da Caixa, Pedro Fernandes, o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, e o secretário especial de Assuntos Fundiários, Luiz Antonio Nabhan Garcia entraram na mira do Congresso. A queixa chegou ao presidente Jair Bolsonaro durante reunião com deputados anteontem, quando ele foi avisado que seus auxiliares estariam se recusando ou demorando a receber parlamentares, o que é considerado uma ofensa no Congresso.

A interlocutores, o presidente da Caixa já disse que está no governo para ajudar o País e não consta dos seus planos passar o dia atendendo parlamentar. Fernandes costuma brincar que se muda para Miami se for obrigado a fazer isso. Nabhan, por sua vez, diz que a maior parte do seu tempo é destinada a atender parlamentares, “mas tudo tem limite” e “alguns não compreendem”.

A orelha do presidente da Caixa esquentou na reunião que deputados tiveram com Bolsonaro na terça-feira. O líder do DEM, Elmar Nascimento (BA), foi quem delatou o executivo. “Levei como exemplo ao presidente que parlamentares pedem audiência com ele e são recebidos pelo assessor parlamentar. O pessoal está acostumado com outro tratamento.”

Nem mesmo o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), filho do presidente, escapou da agenda com o assessor. Ontem, ele postou nas suas redes sociais que havia se reunido com “assessores parlamentares da Caixa” para se oferecer na interlocução com o Congresso. O presidente do banco, porém, não estava presente. Eduardo jura que os

dois se falaram pelo telefone.

Vélez. O ministro da Educação se salvou das críticas levadas por deputados ao presidente, mas não de queixas públicas sobre seu comportamento. “Estou desde o dia 15 de janeiro tentando marcar uma audiência com o ministro e não consigo”, relatou o deputado Júlio César Ribeiro (PRB-DF) na tribuna.

O líder do Podemos, deputado José Nelto (GO), também disse que tenta desde o início do mês uma audiência com Vélez Rodríguez. “Queremos apresentar proposta do Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa. Faz três semanas e não tem nem resposta”, disse.

O líder do PSD, deputado André de Paula (PE), garante que os parlamentares tentam agendar reuniões com os ministros para pedir “coisas simples”. E coloca mais um nome na lista dos inacessíveis. O ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, estaria demorando muito para atender deputados.

Ao ouvir as queixas, o presidente foi político. Segundo relatos, Bolsonaro teria afirmado que deu ordem para que os ministros priorizem as agendas com parlamentares. E contou que, até por ser ex-deputado, sabe como é importante o contato dos congressistas com o Executivo.

Reação. Nem bem assumiu a liderança do governo no Congresso, a deputada Joice Hasselmann (PSL-SP) revela que já recebeu demandas a esse respeito. “Vou tentar resolver”, promete. Ela sabe que deputado irritado vota contra o governo.

Procurada, a Caixa informou que desde janeiro prefeitos, secretários e governadores foram recebidos em mais de 60 audiências com o corpo diretivo do banco. Só não diz em quantas dessas audiências o presidente estava.

“Estou desde 15 de janeiro tentando marcar audiência com o ministro (Vélez Rodríguez) e não consigo.”

Júlio César Ribeiro (PRB-DF)

DEPUTADO

topo 

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Universidades federais barram até 39% de cotistas

Educação. De 68 universidades federais do País, 32 criaram comitês para analisar características físicas de autodeclarados pretos e pardos antes do ingresso do aluno; antes, escolas só apuravam suspeitas após denúncias. Proporção de barrados chega a até 39%

Pelo menos 32 das 68 universidades federais do País criaram comissões para verificar se candidatos a vagas por cotas cumprem requisitos étnico-raciais. Essas bancas, que não são obrigatórias, mas recomendadas pelo MPF para evitar fraudes, barram entre 10% e 39% dos candidatos.

Na tentativa de evitar fraudes em cotas, universidades federais do País têm criado comissões para verificar as características físicas de calouros autodeclarados pretos e

pardos antes da matrícula. As instituições já tinham comitês desse tipo, mas que analisavam casos de alunos já matriculados e, geralmente, após denúncias. Pelo menos 32 das 68 federais já montaram esses grupos de averiguação preventiva, o que atende à recomendação do Ministério Público Federal (MPF).

As bancas antifraude – que não são obrigatórias – fizeram verificações nas últimas semanas nas listas de aprovados pelo sistema de reserva de vagas étnico-raciais. Os índices de matrículas indeferidos têm variado entre 10% e 39%, como no caso da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que barrou 885 estudantes. Para disputar o espaço na instituição como cotista, basta a autodeclaração do candidato, conforme prevê lei federal de 2012.

A maior partes das comissões foi criada em 2018. A expansão ocorreu após o Ministério do Planejamento criar normativa que exige o instrumento para os concursos públicos. No entanto, a regra fez com que o debate se estendesse para o ingresso de estudantes nas instituições de ensino. O Ministério da Educação (MEC) nunca criou norma específica sobre o tema, recaindo sobre as universidades a definição de como fiscalizar.

Também em 2018, o MPF oficiou todas as instituições de ensino federais e recomendou mecanismos para prevenir fraudes em cotas – a falta de instrumento do tipo pode configurar até improbidade administrativa.

Seguindo orientações do MPF, as comissões são normalmente formadas por professores e funcionários (em alguns casos também são chamados alunos e integrantes de movimentos sociais), que tenham experiência na área, para analisar as características fenotípicas do candidato, como cor da pele e olhos, tipo de cabelo e a forma do nariz e dos lábios.

Barrada. No dia em que foi se matricular para o curso de Veterinária, Ana (nome fictício), de 19 anos, levou os documentos exigidos pela universidade e fotos antigas, de quando era criança, dos pais, avós e até mesmo

de uma bisavó. Aprovada para uma vaga reservada a pretos, pardos e indígenas, ela passou por uma comissão para ter sua autodeclaração étnico-racial checada. Filha de pai negro e mãe branca, Ana diz que sempre se viu, e acreditava ser vista, como parda. Por isso, decidiu concorrer por cotas para ingressar na Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). “A banca não me considerou parda e negou minha matrícula. Tentei recorrer, mas também perdi o recurso.”

Até 2017, a UFRGS só verificava a autodeclaração quando havia suspeita de fraude – naquele ano 334 alunos foram denunciados e após o procedimento 239 tiveram a declaração indeferida. Como o volume foi grande, a universidade instituiu no ano seguinte uma comissão permanente de verificação, com aferição presencial e de comparecimento obrigatório para todos os aprovados por cotas. Sobre o caso de Ana, a UFRGS informou que ela teve todo o direito a recursos e ampla defesa.

A promotora Lívia SantAnna Vaz, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, explica que o Conselho Nacional do MPF recomenda a fiscalização prévia desde 2015. “A responsabilidade de fiscalizar quem ingressa em vagas reservadas é de quem promove o processo seletivo e tem a documentação em mãos – no caso, a assinatura da

autodeclaração e a imagem do candidato”, diz.

“A universidade não pode esperar que outro aluno ou o movimento negro denuncie para só depois atuar”, diz ela. Isso, segundo Livia, traz prejuízos financeiros e à política de cotas. “Essa pessoa tirou a vaga de quem tinha de fato direito e desperdiçou recursos públicos por ter estudado por um período na universidade. Só punir não resolve, é preciso prevenir.”

Marlini Dorneles de Lima, coordenadora das ações afirmativas e membro da comissão verificadora da Universidade Federal de Goiás, também entende que a prevenção é menos traumática. “É um processo educativo. Nem sempre a pessoa age por má-fé e com a intenção de fraudar. Tanto é que vários candidatos com autodeclaração indeferida nem chegam a recorrer. Muitos não entendem qual o objetivo das cotas.” Procurado, o MEC não informou se pretende criar alguma norma específica sobre o tema.

Recurso. Para o advogado Humberto Adami, diretor do Instituto de Advocacia Racial e Ambiental, as comissões precisam ser sensíveis e cuidadosas para evitar injustiças. “É preciso levar em conta características locais. É diferente considerar um pardo na Bahia, onde a população negra é muito maior, e no Rio Grande do Sul, em que há maioria de descendentes de europeus”, argumenta.

Especialista em Direito Administrativo da Universidade de São Paulo (USP), Floriano de Azevedo Marques diz ver com “muita reserva” as comissões, sob o risco de discriminar e “marcar” alunos. “Ter mecanismos sérios de punição para as fraudes já é suficiente para coibir o problema. O sujeito, sabendo que será expulso da universidade, não tentará ingressar por uma vaga que não tem direito.”

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE **Movimentos e alunos cobram medidas da USP**

Uma das últimas do País a adotar o sistema de cotas étnico-raciais, a Universidade de São Paulo (USP) está sendo pressionada por estudantes e movimentos sociais a adotar ações de prevenção a fraudes na autodeclaração de pretos e pardos, como já ocorre em outras instituições de ensino do País. A USP defende só fazer a verificação se houver a formalização da denúncia na Polícia Civil.

Os alunos montaram, em caráter extraoficial, um comitê antifraude para reunir denúncias – desde o ano passado, já receberam mais de cem casos suspeitos. Eles ainda não formalizaram as denúncias por serem contrários ao procedimento da USP. “Coloca nos estudantes responsabilidade que não é nossa, e sim da universidade. Ela é quem deve fiscalizar e coibir fraudes”, diz o aluno de Direito Lucas Módulo. “A USP não pode esperar que o problema ocorra para agir”, critica Frei David Santos, da ONG Educafro.

Procurada, a USP informou atuar após a denúncia de fraude ser registrada em boletim de ocorrência. “A partir daí, o denunciado será chamado a reafirmar sua autodeclaração e deverá ser aberta sindicância ou até mesmo processo administrativo. Em caso de comprovação de fraude, o aluno perderá a vaga e estará sujeito às sanções criminais”, diz a reitoria, em nota.

O Estado apurou que a USP estuda usar nos próximos anos um software de

reconhecimento facial para a verificação da autodeclaração de candidatos.

Outras. A Unicamp só atua quando há denúncia, mas tem canais próprios para receber suspeitas. O coordenador da Comvest, José Alves de Freitas Neto, diz que a decisão em “um primeiro instante” foi de não formar comitês, mas que a criação futura não está descartada.

Após desligar 27 alunos, a Unesp decidiu este ano verificar todos os aprovados. “É trabalhoso, mas extremamente necessário”, defende Juarez Xavier, presidente da comissão. Como são muitas unidades, os alunos são fotografados na matrícula e as imagens verificadas pela comissão. Se há suspeita, o aluno é chamado para avaliação presencial.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

MEC desiste de vídeo de alunos cantando Hino

Ao MPF, pasta alega que motivo é questão técnica; Conselho de Educação paulista afirma que carta do governo é ilegal

Após polêmica, o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, desistiu de pedir que escolas enviem vídeos de alunos cantando o Hino Nacional na frente da bandeira do Brasil. A consultoria jurídica da pasta alega dificuldade para armazenar os arquivos. Na segunda-feira, carta com a determinação foi revelada pelo Estado.

O Ministério da Educação (MEC) informou ontem ao Ministério Público Federal (MPF) que desistiu de pedir às escolas que enviem vídeo de alunos cantando o Hino Nacional. Em documento, a consultoria jurídica da pasta disse haver dificuldade de armazenar os arquivos.

Em manifestação de ontem, o consultor jurídico Cássio Cavalcante Andrade, do MEC, disse ter recebido a notícia “do Gabinete do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação, no sentido de que, por razões técnicas de dificuldade de guarda desse material (imagens e sons), bem como de segurança, determinará a expedição de nova comunicação, com a retirada do pedido de produção e envio de vídeos”. O Estado não conseguiu localizar a assessoria de imprensa da pasta ontem à noite para comentar essa mudança.

Anteontem, a Procuradoria dos Direitos do Cidadão do MPF havia dado 24 horas para que o ministério se manifestasse sobre a carta, enviada na segunda-feira a escolas públicas e particulares, em que é solicitada a filmagem dos estudantes. Nas redes sociais, porém, muitos incentivaram o envio ao endereço sugerido pelo MEC de vídeos de protesto – mostrando as condições precárias dos colégios públicos, por exemplo.

O e-mail do ministério ainda recomendava que fosse lida para as crianças uma carta do ministro Ricardo Vélez Rodríguez, que terminava com o slogan da campanha de Jair Bolsonaro: “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos.” Pressionado, Vélez já havia recuado anteontem. Ele reconheceu “erro” ao usar o slogan eleitoral e enviou nova versão da carta, em que excluiu o trecho.

Na manifestação ao MPF, a consultoria jurídica da pasta disse ainda que a sugestão de leitura do Hino não pode ser “objeto de censura”. Reforçou ainda que a informação de que as imagens deverão ser compartilhadas “somente se houver autorização segundo a lei” respalda juridicamente a proposta.

O consultor jurídico do MEC também destacou o fato de o ministro Vélez Rodríguez ter optado por uma mensagem direta à comunidade escolar, no lugar da grande mídia, decisão que seria “menos custosa aos cofres públicos” e “mais efetiva”.

Conselho. Ontem, o Conselho Estadual de Educação de São Paulo se manifestou sobre a carta do MEC. Para o órgão, a mensagem atenta contra a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Além disso, o conselho entende que a carta de Vélez desrespeita a laicidade do Estado e o princípio da impessoalidade na administração pública.

O governo paulista, de João Doria (PSDB), havia manifestado anteontem considerar “primordial a valorização dos símbolos nacionais, como a execução do Hino Nacional, nas escolas estaduais” e informou que bandeiras seriam distribuídas. Ressaltou, porém, que usar a imagem do aluno sem aval dos pais é “proibido”. Outras secretarias estaduais disseram que não cumpririam o pedido.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA & NEGÓCIOS

O verdadeiro patriotismo

E-MAIL: ZEINA.LATIF@TERRA.COM.BR ZEINA LATIF ESCREVE ÀS QUINTAS-FEIRAS

Nosso capital humano é um grande entrave ao crescimento econômico. A educação é assunto que deveria interessar a todos.

O quanto um país consegue crescer sem esbarrar em gargalos de capacidade instalada, infraestrutura e mão de obra qualificada é o que os economistas chamam de crescimento potencial de longo prazo. Estimá-lo não é tarefa fácil, pois é necessário conhecer o estoque e a qualidade da mão de obra (capital humano), de máquinas e equipamentos e da infraestrutura. É necessário também estimar o impacto de outros fatores sobre o funcionamento da economia. Por exemplo, um ambiente de negócios difícil, com complexidade de regras e leis, exigindo mais gastos das empresas com advogados e contadores, reduz a produtividade do setor produtivo e o potencial de crescimento. No Brasil, uma primeira aproximação do tamanho desse potencial seria a média de crescimento do PIB desde o Plano Real, que foi em torno de 2,02,5% ao ano. É provável, porém, que o potencial hoje esteja abaixo de 2%, por conta dos vários anos de reduzido investimento e a má alocação de recursos públicos (por exemplo, a construção de estádios, em vez de políticas para melhorar a qualidade da mão de obra). Se nada for feito, o quadro vai se agravar, pois, daqui para frente, o crescimento da força de trabalho será inferior ao da população (fim do bônus demográfico).

Nosso capital humano é um grande entrave ao crescimento. Os empresários enfrentam dificuldades para contratar mão de obra qualificada, apesar do elevado desemprego. Uma parcela da população está à margem do mercado de trabalho por falta de qualificação.

Na comparação internacional, o que distingue o Brasil não é o tamanho do gasto em educação pública, mas sim os resultados. A ineficiência salta aos olhos. Gastamos 6% do PIB, o que nos coloca no grupo dos 20% dos países que mais investem em educação. Apesar disso, apenas 30% dos alunos do ensino médio têm desempenho satisfatório em

exames internacionais (Pisa). O Brasil destoa também pela elevada evasão escolar, com 15% dos jovens entre 15 e 17 anos fora da escola. Ainda não cumprimos a Constituição, que estabelece a educação obrigatória e gratuita para pessoas entre 4 e 17 anos.

Apenas 37% dos jovens têm formação profissional, que são principalmente os filhos da elite. Justamente quem tem menos filhos – as mulheres mais pobres e com menos escolaridade têm 2,9 filhos, contra 1,2 das mais ricas e com maior escolaridade.

São 23% dos jovens que nem trabalham, nem estudam. A escola não consegue retê-los ou prepará-los para o mercado de trabalho. A falta de perspectiva dos jovens pode ser a causa da gravidez precoce: de cada 5 bebês que nascem no Brasil, 1 é filho de adolescente.

O avanço em políticas de educação deveria ser prioridade do atual governo, mas os sinais emitidos, por ora, não são bons. Temas relacionados a ideologia nas escolas só desviam daquilo que mais importa. Enquanto se discute executar o Hino Nacional nas escolas públicas, nossas crianças deixam de aprender matemática e português.

Não estão claras as prioridades do Ministério da Educação e muito menos se elas são compatíveis com os diagnósticos do setor. Ser liberal não é ser de direita. É conhecer os diagnósticos e as recomendações de políticas públicas baseadas em casos de sucesso.

Muito se avançou nesse quesito. Com base em cuidadosa análise de evidências, especialistas apontam a necessidade de elevar a carga horária e o tempo aproveitado em sala de aula; reduzir absenteísmo de alunos e professores; e valorizar a carreira docente, via salário e formação continuada, mas com cobrança de desempenho.

Como ensina Ricardo Paes de Barros, nós sabemos educar; o que não sabemos é copiar casos de sucesso espalhados no País. Há alguns exemplos de escolas com desempenho no Pisa comparáveis a de países desenvolvidos. Um destaque recente é o do Espírito Santo, com a bem-sucedida implementação de escola em tempo integral e aumento da carga horária.

A educação não é apenas uma questão moral, mas também de crescimento econômico. Deveria interessar a todos.

As prioridades do Ministério de Educação não estão claras; ser liberal não é ser de direita

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - SONIA RACY

Triste, a escola

O ano começou agitado no Largo de São Francisco. Em plena aula inaugural, o professor Eduardo Lobo Gualazzi distribuiu texto em defesa da ditadura e atacando minorias.

O troco veio ontem, em nota do diretor da Faculdade de Direito, Celso Campilongo. Repudiando “manifestações de discriminação, preconceito e incitação ao ódio”. E lembrando que “a liberdade de cátedra e expressão não pode se traduzir em abuso e desrespeito à diversidade”.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Realidade bate a porta do ministro

Após carta, alunos confrontam Vélez apontando precariedade das escolas

A carta do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, recomendando, na segunda-feira, que as escolas enviassem vídeos de alunos perfilados durante a execução do Hino Nacional, teve efeito inusitado. E acabou escancarando para o novo frequentador da Esplanada dos Ministérios a realidade das instituições de ensino brasileiras.

Em reação à orientação, estudantes de todo país começaram a se organizar para enviar a Brasília gravações revelando mazelas cotidianas, da estrutura precária dos colégios aos baixos salários dos professores.

A insatisfação dos alunos é revelada em matizes claras nos dados compilados pelo próprio governo: quase 45% das escolas de ensino fundamental não têm biblioteca, 42% não contam com banda larga. Cerca de 4% sequer possuem banheiros, segundo números do Censo Escolar 2018. Nas escolas de ensino médio, a situação é um pouco melhor (veja mais no quadro abaixo).

Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), Pedro Gorki lançou a campanha #Minha-EscolaDeVerdade, que incentiva alunos e professores a filmarem as condições degradantes de seus colégios.

— Há um sucateamento crescente da rede pública. Faltam quadras, bibliotecas, salários — crítica.

— Diante da falta de recursos, os docentes levam papel higiênico para as escolas.

No Ciep Aarão Steinbruch, em Duque de Caxias, uma aluna conta que os professores fizeram vaquinha para a reformados banheiros: — Tudo bem cantar o Hino, mas os problemas precisam ser resolvidos. Não temos bebedouro adequado, levamos água de casa.

Embora escolas estaduais e municipais não sejam atribuição direta do MEC, espera-se do órgão a fomentação de políticas públicas que atendam a essas demandas, assim como o desenvolvimento de projetos de apoio.

Após quase sessenta dias à frente do MEC, a crítica central de especialistas ao estilo Vélez é a de que, até o momento, não se priorizaram questões urgentes da educação brasileira. O ministro posiciona-se na linha de frente da batalha contra o que qualifica como "doutrinação ideológica" nas salas de aula mas não detalhou, por exemplo, projetos para a alfabetização (meta apresentada como prioritária para os 100 dias de governo).

— Apareceram estratégias pontuais de pouco alcance, sem consequência imediata para aumentar o processo de aprendizagem dos alunos, como a sugerida na carta. Mas as prioridades deveriam ser a valorização dos professores, evasão escolar, distorção idade-série, alfabetização — diz Anna Altenfelder, presidente do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec).

Helena Araújo, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação,

recebe diagnósticos anuais de 50 sindicatos de professores e funcionários, onde são apontados fatores que dificultam o trabalho nos colégios.

— Há um número excessivo de contratos temporários. Em um colégio em Pernambuco uma turma de ensino médio teve quatro professores de matemática em um ano. Não há vínculo entre aluno e mestre.

Érica Lucas, mãe de duas crianças que estudam na Escola Municipal Guilherme da Silveira, na Vila Kennedy, dá outro recado a Vélez: — Vale muito mais ter material e uma sala de aula decente do que cantar o Hino Nacional — diz ela, que vê a escola dos filhos alagar nos dias de chuva. —O Hino não vai trazer livro, uniforme, educação.

Depois de toda a polêmica, em explicação ao Ministério Público Federal, o MEC afirmou, ontem, que remeterá novo ofício às escolas, desta vez desistindo do pedido inicial "por questões técnicas e de segurança".

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

MEC desiste de vídeos de alunos, por razões técnicas

Em comunicado ao MPF, pasta diz que enviará terceira circular às escolas essa semana, agora informando a retirada do pedido

BRASÍLIA - O Ministério da Educação (MEC) decidiu enviar mais um comunicado a escolas do país, desta vez para retirar o pedido de envio de vídeos dos alunos cantando o hino nacional perfilados em frente à bandeira do Brasil após leitura de carta oficial do ministro Ricardo Vélez. Será a terceira circular da pasta nesta semana.

A primeira incluía no corpo da mensagem de Vélez o slogan de campanha do presidente Bolsonaro: "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos" e solicitava o envio das gravações ao governo. Após repercussão negativa, nova redação foi feita, retirando o lema e incluindo a necessidade de autorização prévia para imagens das crianças e adolescentes.

O terceiro comunicado é uma resposta ao Ministério Público Federal (MPF), que exigiu explicações do ministro em 24 horas. Um novo ofício será remetido às escolas, retirando o pedido de envio das imagens por "razões técnicas de dificuldade de guarda desse material (imagens e sons)" e "de segurança".

A medida é descrita pelo consultor jurídico da pasta, Cassio Andrade, no documento assinado por Vélez. Ele narra que recebeu a informação ontem do gabinete do ministro.

No documento, o MEC nega ter infringido dispositivos constitucionais e infralegais apontados pelos procuradores. E que Vélez, ao usar o slogan de campanha eleitoral em carta institucional enviada a escolas, teria agido "sem vontade de promoção pessoal", para sustentar a ausência de violação do artigo 37 da Constituição, que tratada princípios da administração pública.

O MEC argumenta ainda que houve economia de recursos com a medida, uma vez que Vélez não fez "mensagem institucional, veiculada pela grande mídia. Preferiu a forma menos custosa aos cofres públicos, e, a seu ver, a mais efetiva".

topo ↕

A CRÍTICA - AM - EDITORIAL

EDUCAÇÃO EXIGE OUTRA CONDUTA

O déficit de escolas públicas, a precarização de parte das escolas existentes e a busca incessante para a construção de um plano exitoso de política pública de educação no País deveriam ser o foco de atuação do Ministério da Educação a partir da liderança do representante da pasta. Não é esse o caso brasileiro, pelo contrário, o ministro Ricardo Vélez Rodriguez emenda declarações e posicionamentos que indicam para o encolhimento da função ministerial e da educação.

O ministro parece não se importar em perder tempo com questões que deveriam ter sido vencidas e enfrentar os problemas de fundo da educação brasileira. Até hoje, em inúmeras cidades brasileiras, das pequenas às metrópoles, por iniciativas das gerências escolares públicas e privadas, em clima ameno, centenas de crianças cumprem um movimento calendário naquilo que ficou convencionado como Semana da Pátria. Pais, mães, tios, avós, padrinhos costumam participar desses momentos, se emocionarem com o desempenho dos estudantes parentes, registrar em profusão de fotos e, juntos, cantarem o hino nacional.

No Brasil, não é exatamente o exercício que o ministro propõe, por meio de carta e em tom de orientação ministerial, o que falta. É lamentável constatar que o ministro, no afã de prestar contas apressadas ao chefe, crie situações vexatórias, retrógradas e desnecessárias. Nessa mais recente briga patrocinada, Vélez Rodriguez demonstra desconhecer aspectos legais (como o relacionado ao direito e proteção de imagem) e as práticas escolares do País e, mesmo assim, dispara documentos como se estivesse de posse de dados atualizados e confiáveis.

Os brasileiros, há muito tempo e nos mais distintos acontecimentos, das crianças aos mais adultos, cantam o hino nacional, se emocionam ao fazê-lo com o olhar direcionado à Bandeira do Brasil e costumam dar show em suas exibições. Logo, essa missão, independente da orientação ministerial, já é realizada em espaço democrático.

A tomada de posição de secretários estaduais e municipais de Educação do País é uma resposta justa, correta e necessária ao gesto do ministro. Mostra que o MEC tem demandas sérias para enfrentar e que a pessoa responsável pelo comando do ministério precisa aprender a dialogar, aprofundar seus conhecimentos sobre o Brasil e insistir em uma atuação noutra direção, a do respeito. Afinal, a questão é Educação.

topo 

CORREIO DA BAHIA - BA - BRASIL

Inscrições do Enem 2019 acontecem entre 06 e 17 de maio

Participantes realizam exame nos dias 03 e 10 de novembro

Os estudantes que estão ansiosos pelas datas importantes do Exame Nacional do Ensino Médio deste ano já podem marcar no calendário: entre 06 e 17 de maio acontecem as inscrições no Enem 2019. O anúncio foi feito pela organizadora do exame, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Os estudantes podem conferir o cronograma no site e nas redes sociais da entidade, que é ligada ao Ministério da Educação (MEC).

Segundo o calendário, as provas serão aplicadas nos dias 03 e 10 de novembro de 2019. Os estudantes que integram o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), e os demais que tenham direito, podem solicitar a isenção entre 01 e 10 de abril. É importante destacar que os estudantes isentos que não compareceram

deverão justificar a ausência para ter direito novamente ao benefício.

Como usar a nota do Enem

O desempenho no exame é sempre uma preocupação dos estudantes que desejam ingressar na universidade. O motivo é simples: a nota do Enem permite a inscrição nas próximas edições do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), o Programa Universidade para Todos (Prouni) e as modalidades do Novo Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

Enem 2018

Apesar da importância do exame, o Enem 2018 registrou uma quantidade menor de participantes em relação às últimas edições: foram 5.513.662 inscrições confirmadas no ano passado contra 6,7 milhões em 2017 e 8,6 milhões em 2016.

Entre os inscritos do ano passado, o sudeste foi a região com a maior representatividade (37% dos inscritos), seguido do nordeste (32%), sul e norte (11% cada) e centro-oeste (8%), segundo o relatório consolidado do Inep. A isenção foi solicitada por 63,8% dos participantes e foi o menor percentual registrado entre as edições recentes do exame.

topo ↕

DIÁRIO DE CUIABÁ - MT - BRASIL

Pedido de MEC não terá aplicabilidade em MT

MEC enviou e-mail para escolas de todo país pedindo que crianças sejam gravadas em vídeo após serem perfiladas para cantar o Hino Nacional. Após críticas, ministro reconheceu erro

EDUCAÇÃO

Em Mato Grosso, as escolas da rede estadual de ensino já trabalham, dentro do projeto político pedagógico, questões relacionadas à ética, cidadania e civismo. Dentro do contexto, cantar o Hino Nacional é uma prática que faz parte da rotina escolar. A informação foi dada pela Secretaria de Estado de Educação (Seduc) diante da polêmica criada pelo envio de um e-mail do Ministério da Educação (MEC) para as escolas do país pedindo a leitura de uma carta do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, e orientando que os responsáveis pelas escolas executassem o Hino Nacional e filmassem as crianças durante o ato.

A Seduc assegurou ainda que não permitirá a gravação de vídeos com alunos no ambiente escolar. A carta do ministro foi enviada com a seguinte mensagem: "Brasileiros! Vamos saudar o Brasil dos novos tempos e celebrar a educação responsável e de qualidade a ser desenvolvida na nossa escola pelos professores, em benefício de vocês, alunos, que constituem a nova geração. Brasil acima de tudo. Deus acima de todos!".

Com a citação às frases "Brasil acima de tudo" e "Deus acima de todos", o ministro retoma em sua carta às escolas a referência ao bordão da campanha do presidente Jair Bolsonaro nas eleições. Também foi colocado que os diretores que desejarem "atender voluntariamente o pedido do ministro" enviem filmagens de trechos curtos da leitura da carta e da execução do hino por e-mail à pasta e à Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom) da Presidência da República.

Alvo de críticas por parte de educadores e juristas, o ministro, anteontem, disse que

errou ao pedir às escolas para filmar, sem autorização dos pais, alunos cantando o Hino Nacional. Entre problemas apontados estão violação à liberdade religiosa, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Constituição Federal, que garantem a inviolabilidade da intimidade e da privacidade. Por isso, que sempre que é feita uma imagem da criança em alguma atividade escolar, os pais precisam autorizar. Além de slogan da campanha eleitoral, a frase “Deus acima de todos” fere a liberdade religiosa, já que o estado é laico.

Para a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), a ação do ministro Vélez é “escancaradamente doutrinadora”. “Ele sequer se constrange em defender projetos como o da ‘Escola sem Partido’ usando um discurso, mas propondo, na prática, uma educação acrítica e ideológica à direita”, disse em nota pública. “A educação brasileira tem vários desafios que precisam ser enfrentados, em especial à luz das metas pactuadas no Plano Nacional de Educação (PNE), discutido e aprovado pelo Congresso Nacional”, frisa a CNTE em nota pública.

No documento, a CNTE aponta ainda alguns desafios que merecem atenção, como o cumprimento do piso nacional do magistério, o achatamento das carreiras dos professores e funcionários de escolas, o desrespeito às jornadas de trabalho fixadas em lei, a resolução da questão do financiamento de nossa educação, agora estrangulada pela Emenda Constitucional nº 95/2016 e as precárias condições de trabalho de nossas escolas. “Enfim, os desafios são enormes para se ficar brincando no cargo que ocupa. O canto do Hino, senhor ministro, já está contemplado nos currículos do ensino fundamental”, destaca.

A rede estadual conta atualmente com pouco mais de 390 mil estudantes, distribuídos em 765 unidades educacionais. Também por meio de nota, a Seduc deixou claro que não permitirá a gravação de vídeos com alunos no ambiente escolar e nem mesmo a leitura de cartas que prega a ideologia político-partidária.

“Em relação à carta enviada pelo Ministério da Educação às escolas do país, a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso informa que não foi comunicada oficialmente. No entanto, se posiciona contrária a tal ação e informa que as escolas da rede estadual não vão adotar tal procedimento, pois acredita que ao invés de fazer pactos político-partidários, é importante que se faça pactos pela melhoria da qualidade do ensino e do aprendizado”.

A Seduc afirmou ainda acreditar que tal ação deveria ser discutida com a comunidade escolar antes de ser adotada, pois a forma com que está sendo imposta vai contra os princípios da democracia e desrespeita a autonomia das escolas. “Em Mato Grosso, as escolas já trabalham, dentro do projeto político pedagógico, questões relacionadas à ética, cidadania e civismo e cantar o Hino Nacional é uma prática que faz parte da rotina escolar, principalmente no início do ano letivo durante a acolhida aos alunos, mas isso é feito de forma espontânea e sem imposição alguma”, reforçou.

Já a deputada federal Rosa Neide Sandes (PT), juntamente com parlamentares do PT e do Psol, denunciou o ministro por improbidade administrativa. A representação foi entregue na Procuradoria Geral da República (PRG), na tarde de terça-feira (26).

topo ↕

EXTRA - RJ - BRASIL

MEC retira pedido feito para escolas

O Ministério da Educação (MEC) decidiu enviar novo comunicado a escolas do país para retirar o pedido de envio de vídeos dos alunos cantando o Hino Nacional após leitura de carta do ministro Ricardo Vélez Rodríguez. Será a 3ª circular da pasta nesta semana.

A 1ª incluía na mensagem de Vélez o slogan de campanha do presidente Bolsonaro: "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos". Após repercussão negativa, o lema foi retirado e foi pedida a autorização prévia para imagens dos alunos. Mas, após o MPF ter exigido explicações do ministro, um novo ofício será enviado às escolas, retirando o pedido de envio das imagens por "razões técnicas" e "de segurança".

ENEM JÁ TEM DATA

O MEC anunciou ontem que Enem deste ano será nos dias 3 e 10 de novembro. As inscrições serão de 6 a 17 de maio. Pedido de isenção de taxa precisa ser feito entre 1º e 10 de abril.

topo ↕

J. DO COMMERCIO - PE - CIDADES

Rápidas - Associação da Rural cria o Bota no Lattes

A Associação dos Docentes da Universidade Rural de Pernambuco aproveitou o currículo como mote para dar nome ao bloco. O Bota no Lattes desfila pela primeira vez nesta quinta-feira (28). A concentração acontece a partir das 16h, no bar Mamulengo, na Praça do Arsenal, Bairro do Recife. As camisas do bloco também serão vendidas no local e custam R\$ 15. Currículo Lattes é um currículo elaborado nos padrões da Plataforma Lattes, gerida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

MEC desiste de pedir às escolas que enviem vídeo dos alunos cantando Hino Nacional

Consultoria jurídica da pasta afirmou que há dificuldades de armazenar arquivos

O Ministério da Educação (MEC) informou nesta quarta-feira, 27, ao Ministério Público Federal (MPF) que desistiu de pedir às escolas que enviem vídeo dos alunos cantando o Hino Nacional. Na manifestação, a consultoria jurídica da pasta afirmou que há dificuldade de armazenar os arquivos.

Em documento de desta quarta-feira, o consultor jurídico Cássio Cavalcante Andrade disse ter recebido a notícia "do Gabinete do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação, no sentido de que, por razões técnicas de dificuldade de guarda desse material (imagens e sons), bem como de segurança, determinará a expedição de nova comunicação, com a retirada do pedido de produção e envio de vídeos". O Estado não conseguiu localizar a pasta ontem à noite para comentar essa mudança.

Na terça-feira, 26, a Procuradoria dos Direitos do Cidadão do MPF havia dado 24 horas para que o ministério se manifestasse. Na segunda-feira, o governo havia enviado a escolas públicas e particulares um pedido para que filmassem os alunos cantando o Hino Nacional. O e-mail ainda recomendava que fosse lida para as crianças uma carta do ministro Ricardo Vélez Rodríguez, que termina com o slogan da campanha de Jair Bolsonaro: "Brasil acima de tudo. Deus acima de todos."

Pressionado, Vélez já havia recuado na terça-feira e escrito nova versão da carta, excluindo o slogan eleitoral do presidente.

Na manifestação ao MPF, a consultoria jurídica da pasta disse ainda que a sugestão de leitura do Hino não pode ser “objeto de censura”. Reforçou ainda que a informação de que as imagens deverão ser compartilhadas “somente se houver autorização segundo a lei” respalda juridicamente a proposta.

O consultor jurídico do MEC também destacou o fato de o ministro Vélez Rodríguez ter optado por uma mensagem direta à comunidade escolar, no lugar da grande mídia, decisão que seria “menos custosa aos cofres públicos” e “mais efetiva”.

Conselho

Nesta quarta-feira, o Conselho Estadual de Educação de São Paulo se manifestou sobre a carta do MEC. Para o órgão, a mensagem atenta contra a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Além disso, o conselho entende que a carta de Vélez desrespeita a laicidade do Estado e o princípio da impessoalidade na administração pública.

O governo paulista, de João Doria (PSDB), havia manifestado anteontem considerar “primordial a valorização dos símbolos nacionais, como a execução do Hino Nacional, nas escolas estaduais” e informou que bandeiras seriam distribuídas. Ressaltou, porém, que usar a imagem do aluno sem aval dos pais é “proibido”. Outras secretarias estaduais disseram que não cumpririam o pedido.

topo ↗

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Ação antifraude em universidades federais impede matrículas de aprovados por cotas

De 68 universidades federais do País, 32 criaram comitês para analisar características físicas de autodeclarados pretos e pardos antes do ingresso do aluno; antes, escolas só apuravam suspeitas após denúncias

SÃO PAULO - Na tentativa de evitar fraudes em cotas, universidades federais do País têm criado comissões para verificar as características físicas de calouros autodeclarados pretos e pardos antes da matrícula. As instituições já tinham comitês desse tipo, mas que analisavam casos de alunos já matriculados e, geralmente, após denúncias. Pelo menos 32 das 68 federais já montaram esses grupos de averiguação preventiva, o que atende à recomendação do Ministério Público Federal (MPF).

As bancas antifraude – que não são obrigatórias – fizeram verificações nas últimas semanas nas listas de aprovados pelo sistema de reserva de vagas étnico-raciais. Os índices de matrículas indeferidos têm variado entre 10% e 39%, como no caso da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que barrou 885 estudantes. Para disputar o espaço na instituição como cotista, basta a autodeclaração do candidato, conforme prevê lei federal de 2012.

A maior partes das comissões foi criada em 2018. A expansão ocorreu após o Ministério do Planejamento criar normativa que exige o instrumento para os concursos públicos. No entanto, a regra fez com que o debate se estendesse para o ingresso de estudantes nas instituições de ensino. O Ministério da Educação (MEC) nunca criou norma específica sobre o tema, recaindo sobre as universidades a definição de como fiscalizar.

Também em 2018, o MPF oficiou todas as instituições de ensino federais e recomendou mecanismos para prevenir fraudes em cotas – a falta de instrumento do tipo pode configurar até improbidade administrativa.

Seguindo orientações do MPF, as comissões são normalmente formadas por professores e funcionários (em alguns casos também são chamados alunos e integrantes de movimentos sociais), que tenham experiência na área, para analisar as características fenotípicas do candidato, como cor da pele e olhos, tipo de cabelo e a forma do nariz e dos lábios.

Barrada. No dia em que foi se matricular para o curso de Veterinária, Ana (nome fictício), de 19 anos, levou os documentos exigidos pela universidade e fotos antigas, de quando era criança, dos pais, avós e até mesmo de uma bisavó. Aprovada para uma vaga reservada a pretos, pardos e indígenas, ela passou por uma comissão para ter sua autodeclaração étnico-racial checada. Filha de pai negro e mãe branca, Ana diz que sempre se viu, e acreditava ser vista, como parda. Por isso, decidiu concorrer por cotas para ingressar na Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). “A banca não me considerou parda e negou minha matrícula. Tentei recorrer, mas também perdi o recurso.”

Até 2017, a UFRGS só verificava a autodeclaração quando havia suspeita de fraude – naquele ano 334 alunos foram denunciados e após o procedimento 239 tiveram a declaração indeferida. Como o volume foi grande, a universidade instituiu no ano seguinte uma comissão permanente de verificação, com aferição presencial e de comparecimento obrigatório para todos os aprovados por cotas. Sobre o caso de Ana, a UFRGS informou que ela teve todo o direito a recursos e ampla defesa.

A promotora Lívia SantAnna Vaz, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, explica que o Conselho Nacional do MPF recomenda a fiscalização prévia desde 2015. “A responsabilidade de fiscalizar quem ingressa em vagas reservadas é de quem promove o processo seletivo e tem a documentação em mãos – no caso, a assinatura da autodeclaração e a imagem do candidato”, diz.

“A universidade não pode esperar que outro aluno ou o movimento negro denuncie para só depois atuar”, diz ela. Isso, segundo Lívia, traz prejuízos financeiros e à política de cotas. “Essa pessoa tirou a vaga de quem tinha de fato direito e desperdiçou recursos públicos por ter estudado por um período na universidade. Só punir não resolve, é preciso prevenir.”

Marlini Dorneles de Lima, coordenadora das ações afirmativas e membro da comissão verificadora da Universidade Federal de Goiás, também entende que a prevenção é menos traumática. “É um processo educativo. Nem sempre a pessoa age por má-fé e com a intenção de fraudar. Tanto é que vários candidatos com autodeclaração indeferida nem chegam a recorrer. Muitos não entendem qual o objetivo das cotas.” Procurado, o MEC não informou se pretende criar alguma norma específica sobre o tema.

Recurso. Para o advogado Humberto Adami, diretor do Instituto de Advocacia Racial e Ambiental, as comissões precisam ser sensíveis e cuidadosas para evitar injustiças. “É preciso levar em conta características locais. É diferente considerar um pardo na Bahia, onde a população negra é muito maior, e no Rio Grande do Sul, em que há maioria de

descendentes de europeus”, argumenta.

Especialista em Direito Administrativo da Universidade de São Paulo (USP), Floriano de Azevedo Marques diz ver com “muita reserva” as comissões, sob o risco de discriminar e “marcar” alunos. “Ter mecanismos sérios de punição para as fraudes já é suficiente para coibir o problema. O sujeito, sabendo que será expulso da universidade, não tentará ingressar por uma vaga que não tem direito.”

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

MEC desiste de pedir vídeos de alunos alegando razões técnicas

Pasta diz que enviará novo comunicado com a retirada do pedido de produção e envio de vídeos

BRASÍLIA- O Ministério da Educação (MEC) decidiu enviar mais um comunicado a escolas do país para retirar o pedido de envio de vídeos dos alunos cantando o Hino Nacional perfilados em frente à bandeira do Brasil após leitura de carta oficial do ministro Ricardo Vélez Rodríguez. Será a terceira circular da pasta nesta semana. A primeira incluía no corpo da mensagem de Vélez o slogan de campanha do presidente Jair Bolsonaro: "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos" e solicitava o envio das gravações ao governo. Após repercussão negativa, nova redação foi feita, retirando o lema e incluindo a necessidade de autorização prévia para imagens das crianças e adolescentes.

Agora, segundo os esclarecimentos enviados pelo MEC ao Ministério Público Federal (MPF), que exigiu explicações do ministro em 24 horas, um novo ofício será remetido às escolas, retirando o pedido de envio das imagens por "razões técnicas de dificuldade de guarda desse material (imagens e sons)" e "de segurança". A medida é descrita pelo consultor jurídico da pasta, Cassio Cavalcante Andrade, no documento, assinado por Vélez. Ele narra que recebeu a informação nesta quarta-feira diretamente do gabinete do ministro.

"Cumpre-me anotar, a propósito, que recebi notícia, há pouco, do Gabinete do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação, no sentido de que, por razões técnicas de dificuldade de guarda desse material (imagens e sons), bem como de segurança, determinará a expedição de nova comunicação, com a retirada do pedido de produção e envio de vídeos", afirma a manifestação do MEC enviado ao MPF.

Uso de slogan não foi para promoção pessoal

No documento, o ministério nega que tenha infringido os diversos dispositivos constitucionais e infralegais apontados pelo procuradores que pediram explicações. Diz que Vélez Rodríguez, ao usar o slogan de campanha eleitoral em carta institucional enviada a escolas, agiu "sem vontade de promoção pessoal", para sustentar que não houve violação do artigo 37 da Constituição, que fala dos princípios da administração pública.

Diz um dos dispositivos do artigo que "a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos".

No comunicado, ao citar o artigo da Constituição, o MEC justifica o ato de Vélez.

"Constata-se que os comunicados eram de natureza educativa, o que atende o dispositivo constitucional. Mas, reconhecido pela autoridade ministerial que, inoportunamente, foi utilizado o slogan de campanha presidencial como saudação final, todavia, sem a vontade de promoção pessoal. Convém assinalar que a expressão já restou retirada das mensagens, por determinação do Ministro de Educação", aponta a pasta.

A pasta afirmou que houve "boa fé" do ministro ao revisar o conteúdo da carta e reenviá-la às escolas retirando o slogan e colocando a necessidade de autorização de uso das imagens. Argumenta ainda que houve economia de recursos com a medida, uma vez que Vélez Rodriguez não fez "mensagem institucional, a ser veiculada pela grande mídia, para transmitir essa mesma mensagem à comunidade escolar. Preferiu, no entanto, a forma menos custosa aos cofres públicos, e, a seu ver, a mais efetiva".

Hino não pode ser censurado, diz MEC

O MEC defendeu a execução do Hino Nacional em frente à bandeira, alegando que incentivar o ato não infringe direitos, e protestou contra as críticas falando em censura. "A sugestão de leitura diante do Pavilhão e no momento reservado ao Hino Nacional não pode, também, ser objeto de censura. Não é crível que qualquer autoridade possa ser censurada por sugerir que o canto do Hino seja praticado, ainda mais num ambiente público ou particular publicizado, como são as escolas", destacou, dizendo que o símbolo vem da própria Constituição.

E continua: "Se, nos estádios e arenas esportivas, quando as seleções nacionais atuam — e mesmo quando se trata de certames nacionais —, os torcedores se submetem à execução do Hino Nacional, pergunta-se: que mal há em cantar o Hino nas escolas? A prática, aliás, já é comum em muitos estabelecimentos de ensino. Num passado não muito distante, era ainda mais comum. Reiteramos: não foi uma determinação, mas uma sugestão. Homenagear os símbolos nacionais é algo que sobreleva e transcende qualquer opção política, ideológica ou filosófica".

topo 

AGÊNCIA VALOR - TEMPO REAL

Vélez faz novo recuo e desiste de pedir a diretores vídeos de alunos

BRASÍLIA - O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodriguez, fez um novo recuo e desistiu de pedir que diretores de escolas gravem e encaminhem ao governo vídeos de alunos cantando o hino nacional. Um novo comunicado deve ser encaminhado às escolas com a retirada desse pedido.

Vélez já havia admitido na terça-feira (26) o erro de incluir em uma carta enviada a escolas de todo país o slogan de campanha do presidente Jair Bolsonaro, que deveria ser lido aos alunos. Mas o pedido de filmagem dos alunos havia sido mantido numa nova versão da carta, que passou a citar a necessidade de autorização dos pais para as filmagens - o que antes nem sequer era citado.

As redes de ensino foram pegas de surpresa e ao menos dez governos estaduais divulgaram que não seguiriam as orientações do MEC para as filmagens. A reportagem apurou que a consultoria jurídica do MEC não havia sido consultada antes do envio da carta às escolas.

Em resposta ao Ministério Público Federal (MPF), o Ministério da Educação informou

na quarta-feira (27) que haveria dificuldades técnicas e de segurança para armazenar os vídeos.

"Cumpre-me anotar, a propósito, que recebi notícia, há pouco, do Gabinete do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação, no sentido de que, por razões técnicas de dificuldade de guarda desse material (imagens e sons), bem como de segurança, determinará a expedição de nova comunicação, com a retirada do pedido de produção e envio de vídeos", diz ofício da consultoria jurídica do MEC, assinada pelo consultor jurídico Cássio Cavalcante Andrade.

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do MPF havia exigido que o ministro apresentasse justificativa para a carta enviada às escolas em que se pedia filmagem de alunos cantando o Hino Nacional e a repetição do slogan da campanha. O ofício citava o desrespeito a 17 preceitos constitucionais e legais.

Na resposta, o MEC insiste que o ministro já admitiu o erro ao inserir na mensagem às escolas o slogan da campanha de Bolsonaro e que, no geral, o atendimento aos pedidos era voluntário. O ministro assumiu o erro um dia após a polêmica com a carta.

"[O ministro] fez publicar nova nota, com correção, em que suprimiu o slogan de campanha presidencial e salientou o caráter espontâneo e voluntário da ação [que se refere à leitura de uma mensagem do ministro e a gravação dos alunos cantando o hino]", diz o ofício. O texto defende que o encaminhamento de uma nova versão da carta corrigida denota a boa-fé do ministro e afastaria a ação de confronto com o princípio constitucional da impessoalidade.

O governo ainda argumenta que os atos de sugerir que os alunos cantem o hino, bem como a leitura de uma mensagem do ministro aos alunos, não poderia ser sinal de censura. "O ministro da Educação até poderia, em princípio, valer-se de uma mensagem institucional, a ser veiculada pela grande mídia, para transmitir essa mesma mensagem à comunidade escolar. Preferiu, no entanto, a forma menos custosa aos cofres públicos, e, a seu ver, a mais efetiva", diz o ofício.

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Ubes pede para alunos registrarem os problemas das escolas e enviem ao MEC Entidade também sugere que professores façam fotos dos contracheques

Eduarda Esposito*

Na manhã da última terça-feira (26) a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) divulgou um vídeo em sua página do Facebook, pedindo aos estudantes para que gravassem os problemas de suas escolas (como cadeiras e banheiros quebrados, salas sem ventiladores) e enviassem os vídeos ao Ministério da Educação (MEC). A medida foi tomada contra a orientação do ministro da Educação, Ricardo Velez, para que diretores de escola filmassem os alunos cantando o Hino Nacional, além da leitura de uma carta com o slogan de campanha do presidente, Jair Bolsonaro (PSL). A entidade estudantil também estimula os professores a fotografarem os contracheques.

Vídeo de pronunciamento

Segundo a Ubes, o pedido do MEC causou apreensão em diversos alunos. "Recebemos nas nossas redes sociais desabafos de estudantes relatando que não se sentem confortáveis com a atitude da pasta. O que interessa ter um banco de dados com o rosto

dos estudantes do Brasil?”, indagou Pedro Gorki, presidente da Ubes. Pedro também afirma que a campanha veio para dar forças ao movimento de repúdio. “Nosso vídeo vem pra reagir a essa bizarrice que foi feita. Acho que primeiro a carta evidencia uma situação: Bolsonaro e seus ministros acham que estão ainda em campanha eleitoral tanto que a carta pede aos diretores para fazerem a leitura do slogan do presidente. É um ato infracional e fere os artigos 5º e 37º da Constituição e o Estatuto da Criança e do Adolescente. A orientação do ministro mostra que eles estão querendo disputar o imaginário da juventude brasileira”, diz a liderança estudantil.

A União Nacional dos Estudantes (UNE) apoia a campanha deflagrada pela Ubes e repudia a ação do Ministério da Educação. “É extremamente equivocada esse pedido de gravação diante de tantos problemas que a escola brasileira enfrenta. Aí vem o ministro exigir vídeos de crianças. Não há problema em cantar o hino, mas há problema em pedir para crianças repetir o slogan de um governo, isso nunca ocorreu no período democrático no Brasil”, disse a presidente da Une, Marianna Dias. A UNE anunciou a realização de manifestação nacional para exigir melhorias na educação. A “Jornada de lutas dos estudantes”, segundo Mariana, está marcada para 28 de março.

topo ↕

METRÓPOLIS - TEMPO REAL

MEC alega “razões técnicas” e desiste de pedir vídeos de alunos

Em comunicado ao MPF, pasta diz que enviará novo comunicado com a retirada do pedido de produção e envio de imagens dos estudantes

O Ministério da Educação (MEC) decidiu, nesta quarta-feira (27/2) enviar mais um comunicado a escolas do país para retirar o pedido de envio de vídeos dos alunos cantando o Hino Nacional perfilados em frente à bandeira do Brasil, após leitura de carta oficial do ministro Ricardo Vélez Rodríguez. São informações de O Globo.

Será a terceira circular da pasta nesta semana. A primeira incluía no corpo da mensagem de Vélez o slogan de campanha do presidente Jair Bolsonaro (PSL): “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. E solicitava o envio das gravações ao governo. Após repercussão negativa, nova redação foi feita, retirando o lema e incluindo a necessidade de autorização prévia para imagens das crianças e adolescentes.

Agora, segundo os esclarecimentos enviados pelo MEC ao Ministério Público Federal (MPF), que exigiu explicações do ministro em 24 horas, um novo ofício será remetido às escolas, retirando o pedido de envio das imagens por “razões técnicas de dificuldade de guarda desse material (imagens e sons)” e “de segurança”.

A medida é descrita pelo consultor jurídico da pasta, Cassio Cavalcante Andrade, no documento, assinado por Vélez. Ele narra que recebeu a informação nesta quarta diretamente do gabinete do ministro.

“Cumprir-me anotar, a propósito, que recebi notícia, há pouco, do Gabinete do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação, no sentido de que, por razões técnicas de dificuldade de guarda desse material (imagens e sons), bem como de segurança, determinará a expedição de nova comunicação, com a retirada do pedido de produção e envio de vídeos”, afirma a manifestação do MEC enviada ao MPF.

“Sem vontade de promoção pessoal”

No documento, o ministério nega que tenha infringido os diversos dispositivos

constitucionais e infralegais apontados pelo procuradores que pediram explicações. Diz que Vélez Rodríguez, ao usar o slogan de campanha eleitoral em carta institucional enviada a escolas, agiu “sem vontade de promoção pessoal”, para sustentar que não houve violação do artigo 37 da Constituição, que fala dos princípios da administração pública.

Diz um dos dispositivos do artigo que “a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos”.

No comunicado, ao citar o artigo da Constituição, o MEC justifica o ato de Vélez. “Constata-se que os comunicados eram de natureza educativa, o que atende o dispositivo constitucional. Mas, reconhecido pela autoridade ministerial que, inoportunamente, foi utilizado o slogan de campanha presidencial como saudação final, todavia, sem a vontade de promoção pessoal. Convém assinalar que a expressão já restou retirada das mensagens, por determinação do Ministro de Educação”, aponta a pasta.

Boa fé

A pasta afirmou que houve “boa fé” do ministro ao revisar o conteúdo da carta e reenviá-la às escolas retirando o slogan e colocando a necessidade de autorização de uso das imagens. Argumenta ainda que houve economia de recursos com a medida, uma vez que Vélez Rodríguez não fez “mensagem institucional, a ser veiculada pela grande mídia, para transmitir essa mesma mensagem à comunidade escolar. Preferiu, no entanto, a forma menos custosa aos cofres públicos, e, a seu ver, a mais efetiva”.

topo ↕

PORTAL ÉPOCA - TEMPO REAL

A personalidade autoritária

Parece uma descrição precisa da pessoa conservadora moderna e brasileira: alguém obcecado pelo aparente declínio dos padrões tradicionais, incapaz de lidar com a mudança, preso na armadilha do ódio a todos que não são considerados parte do grupinho e preparado para “defender” a tradição contra a degenerescência. Mas não é. Essa é a definição da personalidade autoritária escrita há 69 anos pelo sociólogo alemão Theodor W. Adorno (1903-1969), teórico marxista, expoente da Escola de Frankfurt, que por si só provoca arrepios naqueles que acreditam na máxima da Escola sem Partido. A citação, no entanto, é válida e necessária porque precisa.

Na semana que passou, vertentes preocupantes de autoritarismo vieram à tona. O caso mais grotesco foi a revelação da carta do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, de tom marcial, na qual determinava que escolas filmassem alunos cantando o Hino Nacional e enviassem os vídeos ao MEC e — pisme — à Secretaria de Comunicação da Presidência da República. O emprego que deu ao slogan eleitoral da campanha de Bolsonaro, apesar de passível de incorrer em crime de responsabilidade, talvez seja o aspecto menos grave. O recuo pontual do ministro, que reconheceu o erro no uso do bordão bolsonarista e recomendou que só fossem filmados aqueles alunos cujos pais o permitissem, demonstra sua inaptidão para cargo de tal importância. A leniência com que o assunto foi tratado pelo presidente da República leva a suspeitar de uma trama articulada com o consentimento do Palácio do Planalto.

Outro exemplo de truculência disfarçada de esperteza foi a divulgação de que trecho da reforma da Previdência flexibiliza a definição da idade de aposentadoria obrigatória dos ministros do Supremo Tribunal Federal. A mudança tornaria possível ao presidente articular a indicação de mais ministros e, desse modo, interferir na composição da Corte.

Em 2015, o Congresso aprovou a chamada PEC da bengala, que elevou a idade de aposentadoria obrigatória de ministros de tribunais superiores. A lei complementar em vigor fixa-a em 75 anos para os ministros de tribunais superiores e servidores públicos da União, estados e municípios. Na proposta de reforma da Previdência, o governo Bolsonaro tenta retirar essa definição de idade da Constituição e deixá-la em aberto. Pelo texto, a aposentadoria obrigatória de servidores públicos e da cúpula do Judiciário deverá ser decidida por um projeto de lei complementar, que exige número menor de votos para aprovação no Congresso. A manobra permitiria que o presidente indicasse quatro ministros para a Corte, em vez de dois, neste mandato. Há exemplos diversos de Estados que caminharam em direção ao autoritarismo buscando medidas capciosas para alterar a composição de Cortes — e assim controlá-las, rompendo o democrático equilíbrio de Poderes.

Como se não bastasse a arena pública, o campo privado degradingola para um ambiente violento, covarde, brutal mesmo. ÉPOCA recomenda o corajoso texto publicado nesta edição pela colunista Monica de Bolle, que expõe a forma ignominiosa com que grupos de ódio produzem redes de ataques na internet. A revista se solidariza com a autora e apoia a exposição daqueles que cometem crimes de ódio. São sementes das personalidades autoritárias que vicejam num ambiente político cujos principais atores padecem de grave viés antidemocrático.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Provas do Enem 2019 serão aplicadas nos dias 3 e 10 de novembro

As provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) deste ano serão aplicadas nos dias 3 e 10 de novembro em todo o Brasil, segundo calendário divulgado Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), nesta quarta-feira, 27.

Pelo cronograma, as inscrições estarão abertas de 6 a 17 de maio. O valor da taxa de inscrição ainda não foi divulgado.

Entre os dias 1º e 10 de abril, o candidato poderá pedir isenção da taxa de inscrição. Nesse mesmo período, o Inep vai receber as justificativas de ausências no Enem 2018. O Edital do Enem 2019 será publicado em março.

A nota Enem poderá ser usada para concorrer a vagas no ensino superior público pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu), a bolsas em instituições privadas, pelo Programa Universidade para Todos (ProUni), e para participar do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

Enem 2018

Com 5,5 milhões de inscritos, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2018 registrou o menor número de ausentes nos dois dias de prova desde 2016, segundo o Ministério da Educação (MEC). Em 4 de novembro, primeiro dia da prova, 24,9% dos

alunos não se apresentaram para o exame, 4,9 pontos porcentuais a menos do que o ano passado. No segundo dia, 29,2% dos candidatos faltaram, 2,8 pontos porcentuais a menos.

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

MEC sinaliza desistência após pedir vídeos de estudantes cantando Hino Consultoria Jurídica do ministério alega razões técnicas e diz que novo comunicado será enviado para escolas

O Ministério da Educação (MEC) sinalizou ao Ministério Público Federal (MPF) que desistirá de pedir às escolas que enviem vídeos dos alunos cantando o Hino Nacional. Em ofício enviado nesta quinta-feira, 27, a consultoria jurídica da pasta afirmou que há dificuldade de armazenar os arquivos.

O consultor jurídico Cássio Cavalcante Andrade disse ter recebido a notícia “do Gabinete do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação, no sentido de que, por razões técnicas de dificuldade de guarda desse material (imagens e sons), bem como de segurança, determinará a expedição de nova comunicação, com a retirada do pedido de produção e envio de vídeos”.

Na terça-feira 26, a Procuradoria dos Direitos do Cidadão do MPF havia dado 24 horas para que o Ministério se manifestasse. Na véspera, o governo havia enviado a escolas públicas e particulares um pedido para que filmassem os alunos cantando o Hino Nacional. O e-mail ainda recomendava que fosse lida para as crianças uma carta do ministro Ricardo Vélez Rodríguez, que termina com o slogan da campanha de Jair Bolsonaro: “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos.”

Pressionado, Vélez já havia recuado na terça-feira e escrito nova versão da carta, excluindo o slogan eleitoral do presidente. Na manifestação ao MPF, a consultoria jurídica da pasta disse ainda que a sugestão de leitura do hino não pode ser “objeto de censura”. Reforçou ainda que a informação de que as imagens deverão ser compartilhadas “somente se houver autorização segundo a lei” respalda juridicamente a proposta.

O consultor jurídico do MEC também destacou o fato de o ministro Vélez Rodríguez ter optado por uma mensagem direta à comunidade escolar, no lugar da grande mídia, decisão que seria “menos custosa aos cofres públicos” e “mais efetiva”.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

MEC desiste de pedir às escolas que enviem vídeo dos alunos cantando Hino Nacional

Consultoria jurídica da pasta afirmou que há dificuldades de armazenar arquivos

O Ministério da Educação (MEC) informou nesta quarta-feira, 27, ao Ministério Público Federal (MPF) que desistiu de pedir às escolas que enviem vídeo dos alunos cantando o Hino Nacional. Na manifestação, a consultoria jurídica da pasta afirmou que há dificuldade de armazenar os arquivos.

Em documento de desta quarta-feira, o consultor jurídico Cássio Cavalcante Andrade disse ter recebido a notícia “do Gabinete do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação, no sentido de que, por razões técnicas de dificuldade de guarda desse material (imagens e sons), bem como de segurança, determinará a expedição de nova comunicação, com a

retirada do pedido de produção e envio de vídeos". O Estado não conseguiu localizar a pasta ontem à noite para comentar essa mudança.

Na terça-feira, 26, a Procuradoria dos Direitos do Cidadão do MPF havia dado 24 horas para que o ministério se manifestasse. Na segunda-feira, o governo havia enviado a escolas públicas e particulares um pedido para que filmassem os alunos cantando o Hino Nacional. O e-mail ainda recomendava que fosse lida para as crianças uma carta do ministro Ricardo Vélez Rodríguez, que termina com o slogan da campanha de Jair Bolsonaro: "Brasil acima de tudo. Deus acima de todos."

Pressionado, Vélez já havia recuado na terça-feira e escrito nova versão da carta, excluindo o slogan eleitoral do presidente.

Na manifestação ao MPF, a consultoria jurídica da pasta disse ainda que a sugestão de leitura do Hino não pode ser "objeto de censura". Reforçou ainda que a informação de que as imagens deverão ser compartilhadas "somente se houver autorização segundo a lei" respalda juridicamente a proposta.

O consultor jurídico do MEC também destacou o fato de o ministro Vélez Rodríguez ter optado por uma mensagem direta à comunidade escolar, no lugar da grande mídia, decisão que seria "menos custosa aos cofres públicos" e "mais efetiva".

Conselho

Nesta quarta-feira, o Conselho Estadual de Educação de São Paulo se manifestou sobre a carta do MEC. Para o órgão, a mensagem atenta contra a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Além disso, o conselho entende que a carta de Vélez desrespeita a laicidade do Estado e o princípio da impessoalidade na administração pública.

O governo paulista, de João Doria (PSDB), havia manifestado anteontem considerar "primordial a valorização dos símbolos nacionais, como a execução do Hino Nacional, nas escolas estaduais" e informou que bandeiras seriam distribuídas. Ressaltou, porém, que usar a imagem do aluno sem aval dos pais é "proibido". Outras secretarias estaduais disseram que não cumpririam o pedido.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Ação antifraude em universidades federais impede matrículas de aprovados por cotas

De 68 universidades federais do País, 32 criaram comitês para analisar características físicas de autodeclarados pretos e pardos antes do ingresso do aluno; antes, escolas só apuravam suspeitas após denúncias

SÃO PAULO - Na tentativa de evitar fraudes em cotas, universidades federais do País têm criado comissões para verificar as características físicas de calouros autodeclarados pretos e pardos antes da matrícula. As instituições já tinham comitês desse tipo, mas que analisavam casos de alunos já matriculados e, geralmente, após denúncias. Pelo menos 32 das 68 federais já montaram esses grupos de averiguação preventiva, o que atende à recomendação do Ministério Público Federal (MPF).

As bancas antifraude - que não são obrigatórias - fizeram verificações nas últimas semanas nas listas de aprovados pelo sistema de reserva de vagas étnico-raciais. Os

índices de matrículas indeferidos têm variado entre 10% e 39%, como no caso da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que barrou 885 estudantes. Para disputar o espaço na instituição como cotista, basta a autodeclaração do candidato, conforme prevê lei federal de 2012.

A maior partes das comissões foi criada em 2018. A expansão ocorreu após o Ministério do Planejamento criar normativa que exige o instrumento para os concursos públicos. No entanto, a regra fez com que o debate se estendesse para o ingresso de estudantes nas instituições de ensino. O Ministério da Educação (MEC) nunca criou norma específica sobre o tema, recaindo sobre as universidades a definição de como fiscalizar.

Também em 2018, o MPF oficiou todas as instituições de ensino federais e recomendou mecanismos para prevenir fraudes em cotas - a falta de instrumento do tipo pode configurar até improbidade administrativa.

Seguindo orientações do MPF, as comissões são normalmente formadas por professores e funcionários (em alguns casos também são chamados alunos e integrantes de movimentos sociais), que tenham experiência na área, para analisar as características fenotípicas do candidato, como cor da pele e olhos, tipo de cabelo e a forma do nariz e dos lábios.

Barrada. No dia em que foi se matricular para o curso de Veterinária, Ana (nome fictício), de 19 anos, levou os documentos exigidos pela universidade e fotos antigas, de quando era criança, dos pais, avós e até mesmo de uma bisavó. Aprovada para uma vaga reservada a pretos, pardos e indígenas, ela passou por uma comissão para ter sua autodeclaração étnico-racial checada. Filha de pai negro e mãe branca, Ana diz que sempre se viu, e acreditava ser vista, como parda. Por isso, decidiu concorrer por cotas para ingressar na Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). "A banca não me considerou parda e negou minha matrícula. Tentei recorrer, mas também perdi o recurso."

Até 2017, a UFRGS só verificava a autodeclaração quando havia suspeita de fraude - naquele ano 334 alunos foram denunciados e após o procedimento 239 tiveram a declaração indeferida. Como o volume foi grande, a universidade instituiu no ano seguinte uma comissão permanente de verificação, com aferição presencial e de comparecimento obrigatório para todos os aprovados por cotas. Sobre o caso de Ana, a UFRGS informou que ela teve todo o direito a recursos e ampla defesa.

A promotora Lívia SantAnna Vaz, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, explica que o Conselho Nacional do MPF recomenda a fiscalização prévia desde 2015. "A responsabilidade de fiscalizar quem ingressa em vagas reservadas é de quem promove o processo seletivo e tem a documentação em mãos - no caso, a assinatura da autodeclaração e a imagem do candidato", diz.

"A universidade não pode esperar que outro aluno ou o movimento negro denuncie para só depois atuar", diz ela. Isso, segundo Lívia, traz prejuízos financeiros e à política de cotas. "Essa pessoa tirou a vaga de quem tinha de fato direito e desperdiçou recursos públicos por ter estudado por um período na universidade. Só punir não resolve, é preciso prevenir."

Marlini Dorneles de Lima, coordenadora das ações afirmativas e membro da comissão

verificadora da Universidade Federal de Goiás, também entende que a prevenção é menos traumática. "É um processo educativo. Nem sempre a pessoa age por má-fé e com a intenção de fraudar. Tanto é que vários candidatos com autodeclaração indeferida nem chegam a recorrer. Muitos não entendem qual o objetivo das cotas." Procurado, o MEC não informou se pretende criar alguma norma específica sobre o tema.

Recurso. Para o advogado Humberto Adami, diretor do Instituto de Advocacia Racial e Ambiental, as comissões precisam ser sensíveis e cuidadosas para evitar injustiças. "É preciso levar em conta características locais. É diferente considerar um pardo na Bahia, onde a população negra é muito maior, e no Rio Grande do Sul, em que há maioria de descendentes de europeus", argumenta.

Especialista em Direito Administrativo da Universidade de São Paulo (USP), Floriano de Azevedo Marques diz ver com "muita reserva" as comissões, sob o risco de discriminar e "marcar" alunos. "Ter mecanismos sérios de punição para as fraudes já é suficiente para coibir o problema. O sujeito, sabendo que será expulso da universidade, não tentará ingressar por uma vaga que não tem direito."

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC alega "razões técnicas" e desiste de pedido por vídeos com hino

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez Imagem: Divulgação

O MEC (Ministério da Educação) desistiu do pedido para que escolas enviassem ao governo vídeos de seus alunos durante a execução do Hino Nacional. A decisão consta da resposta enviada hoje a um pedido de esclarecimentos feito pelo MPF (Ministério Público Federal).

Segundo o MEC, a decisão foi tomada pelo ministro Ricardo Vélez Rodríguez por "razões técnicas de dificuldade de guarda desse material", "bem como de segurança". A pasta diz ainda que irá enviar uma nova carta às escolas, tanto particulares como públicas, com a retirada do pedido de produção e envio de vídeos.

"Cumpre-me anotar, a propósito, que recebi notícia, há pouco, do Gabinete do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação, no sentido de que, por razões técnicas de dificuldade de guarda desse material (imagens e sons), bem como de segurança, determinará a expedição de nova comunicação, com a retirada do pedido de produção e envio de vídeos"

Cássio Cavalcante Andrade, consultor jurídico do MEC

No ofício, assinado pelo consultor jurídico Cássio Cavalcante Andrade, o MEC defende que a adesão das escolas ao pedido era de "caráter voluntário" e diz que a sugestão de execução do hino não pode ser "objeto de censura". "Homenagear os símbolos nacionais é algo que sobreleva e transcende qualquer opção política, ideológica ou filosófica", diz o ofício.

"Importante salientar que o Ministro da Educação até poderia, em princípio, valer-se de uma mensagem institucional, a ser veiculada pela grande mídia, para transmitir essa mesma mensagem à comunidade escolar. Preferiu, no entanto, a forma menos custosa aos cofres públicos, e, a seu ver, a mais efetiva", diz outro trecho do documento.

Este é o segundo recuo do ministro sobre o assunto desde a veiculação da carta às

escolas, na segunda-feira (25). Além do pedido para a gravação do hino nacional, a circular pedia para que uma carta do ministro, que terminava com o slogan de campanha do presidente Jair Bolsonaro (PSL), fosse lida aos alunos.

O pedido do MEC provocou reações no meio educacional. Em nota, o Consed (Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação) afirmou que "a ação fere não apenas a autonomia dos gestores escolares, mas dos entes da federação".

O uso do slogan de campanha de Bolsonaro na carta, por outro lado, foi visto por especialistas em direito administrativo como um possível crime de improbidade administrativa.

Ontem, Vélez admitiu um "erro". "Eu percebi o erro e tirei essa frase ["Brasil acima de tudo. Deus acima de todos"], tirei a parte correspondente à parte de filmar as crianças sem autorização dos pais", disse o ministro.

O MEC, então, divulgou uma versão atualizada da carta assinada por Vélez, já sem o pedido para reproduzir o slogan de campanha de Bolsonaro. A nova nota, no entanto, mantinha o pedido para que as escolas gravassem vídeos --mas fazia referência à necessidade da autorização dos responsáveis para que os estudantes fossem filmados.

Em outro episódio polêmico, o ministro pediu desculpas após dizer, em entrevista à revista Veja, que o "brasileiro viajando é um canibal". A manifestação foi feita dias após a ministra do STF (Supremo Tribunal Federal) Rosa Weber mandar notificar Vélez a prestar esclarecimentos, caso quisesse, sobre as declarações dadas.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC desiste de pedir vídeos de alunos cantando o Hino Nacional

O Ministério da Educação (MEC) informou nesta quarta-feira, 27, ao Ministério Público Federal (MPF) que desistiu de pedir às escolas que enviem vídeos dos alunos cantando o Hino Nacional. Na manifestação, a consultoria jurídica da pasta afirmou que há dificuldade de armazenar os arquivos.

O consultor jurídico Cássio Cavalcante Andrade disse ter recebido a notícia "do Gabinete do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação, no sentido de que, por razões técnicas de dificuldade de guarda desse material (imagens e sons), bem como de segurança, determinará a expedição de nova comunicação, com a retirada do pedido de produção e envio de vídeos".

Na terça-feira, 26, a Procuradoria dos Direitos do Cidadão do MPF havia dado 24 horas para que o Ministério se manifestasse. Na véspera, o governo havia enviado a escolas públicas e particulares um pedido para que filmassem os alunos cantando o Hino Nacional. O e-mail ainda recomendava que fosse lida para as crianças uma carta do ministro Ricardo Vélez Rodríguez, que termina com o slogan da campanha de Jair Bolsonaro: "Brasil acima de tudo. Deus acima de todos."

Pressionado, Vélez já havia recuado na terça-feira e escrito nova versão da carta, excluindo o slogan eleitoral do presidente.

Na manifestação ao MPF, a consultoria jurídica da pasta disse ainda que a sugestão de

leitura do Hino não pode ser "objeto de censura". Reforçou ainda que a informação de que as imagens deverão ser compartilhadas "somente se houver autorização segundo a lei" respalda juridicamente a proposta.

O consultor jurídico do MEC também destacou o fato de o ministro Véléz Rodríguez ter optado por uma mensagem direta à comunidade escolar, no lugar da grande mídia, decisão que seria "menos custosa aos cofres públicos" e "mais efetiva".

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Hino na escola? Como é a prática em outros países

Esta semana, a decisão do ministro da Educação, Ricardo Véléz Rodrigues, de pedir para que diretores de escolas lessem uma carta com slogan eleitoral de Bolsonaro e filmassem alunos cantando o hino nacional gerou polêmica, e a pasta acabou recuando.

Houve quem se incomodasse com a presença da frase de campanha nas escolas e quem reclamasse da gravação de menores de idade sem autorização dos pais.

A execução do hino nacional também não é unânime. Mas é obrigatória uma vez por semana em escolas de ensino fundamental, conforme a Lei 12.031 de 2009, assinada por Fernand Haddad, então Ministro da Educação.

Na prática, no entanto, nem todas as escolas seguem a determinação legal -- um cenário parecido com o de outros países do mundo, incluindo a terra natal do ministro da Educação. Veja alguns exemplos:

Hino nacional nas escolas do mundo

Colômbia

O país de Ricardo Velez Rodrigues determina a execução dos hinos nacionais nas escolas. Uma lei de 1991 obriga reitores e diretores a celebrar, uma vez por mês, durante o ano letivo, o hasteamento da bandeira nacional seguido a execução do hino colombiano. Na prática, o patriotismo nas escolas não é tão exigente. Luis Gabriel Mesa, professor universitário colombiano, conta que seus sobrinhos, em idade escolar, cantam o hino apenas em ocasiões especiais na escola.

Coreia do Norte

Um dos países mais fechados do mundo, a Coreia do Norte tem dois hinos nacionais. O oficial, criado logo após a Guerra da Coreia, que dividiu Norte e Sul, é pouco conhecido pela população. O mais popular é a "Canção do General Kim Il Sung", em homenagem ao líder da Coreia do Norte à época da fundação do país. O hino conta a história da família real -- que até hoje governa o país, na figura do ditador Kim Jong-un -- e é usado nas escolas para ensinar sobre a história do país e também em eventos públicos. No regime comunista, fotos da dinastia Kim estão em todas as escolas, e a execução do hino é obrigatória e frequente.

EUA

Diferente do que diz o imaginário popular no Brasil, os Estados Unidos não são tão rigorosos com a execução do hino nacional nas escolas. Tatiane Pronin, brasileira que mora em Nova York, conta que o filho de 7 anos que estuda em uma escola pública de seu bairro nunca teve que cantar o hino local. "Meu filho nunca cantou o hino dos EUA na vida dele. Nem sabe a letra. Na escola não tem isso não. Ele sabe o hino do Brasil,

mas por que ama futebol", relata.

México

Todas as escolas mexicanas, públicas ou particulares, devem possuir uma bandeira nacional em suas instalações. Elas são usadas em "cerimônias de atos cívicos e afirmar entre os alunos o culto e o respeito ao que ela deve professar", conforme a lei. Além disso, todos os anos, alunos da educação básica participam de um concurso que premia as melhores interpretações do hino. Daniel González, estudante mexicano, explica que as escolas, até o ensino médio, cantam o hino nacional todas as semanas, nas segundas-feiras. Nas universidades também são feitas cerimônias de honra à bandeira, mas os alunos não são obrigados a participar.

Hong Kong

A conturbada relação entre a China e Hong Kong ganhou novo episódio, e o hino foi protagonista. Antes uma colônia inglesa, o pequeno território desenvolveu-se de maneira independente até ser devolvido aos chineses. Nos últimos tempos, o governo chinês tem intensificado o sufocamento às liberdades da ilha. Nesse contexto, o governo de Pequim passou a exigir que o hino nacional chinês -- chamado de A Marcha dos Voluntários -- seja tocado e ensinado em todas as escolas de Hong Kong, inclusive escolas estrangeiras. O objetivo da medida é inspirar nos jovens um espírito páτριótico pela pátria chinesa. O hino da China já foi vaiado durante eventos esportivos na ilha. Opositores classificam a medida como autoritária, e a China classifica como crime desrespeitar o hino chinês, passível de perda de direitos políticos e prisão de até três anos.

2EM1 - TEMPO REAL

Novo portal da CAPES aprimora a experiência do usuário

A CAPES lança nesta terça-feira, 26, o novo layout para seu portal na internet. Além de um visual em consonância com a identidade padrão de comunicação digital do governo (IDG), mais limpo e moderno, o site buscou atender as necessidades de seus usuários na organização de informações e serviços.

Entre as melhorias do novo portal estão a reformulação dos menus da página principal e das seções internas, a inserção de botões de compartilhamento para redes sociais e novas funcionalidades no mecanismo de busca, como links rápidos para os assuntos em alta.

Esta é a primeira etapa de uma ampla reforma no portal da CAPES, que prevê ainda a revisão dos conteúdos das páginas internas – por programas e por diretorias, e a tradução de conteúdos relevantes para a língua inglesa.

Dúvidas e sugestões sobre o novo portal podem ser enviadas para comunicacao@capes.gov.br.

topo ↕

AGENDA CAPITAL - TEMPO REAL

Quem será o coordenador da bancada do DF no Congresso Nacional?

Sem consenso sobre a coordenação

Já faz quase um mês que os parlamentares tomaram posse, mas os deputados e senadores da capital ainda não conseguiram escolher o coordenador da bancada do Distrito Federal. Até hoje, não houve sequer uma reunião conjunta dos 11 representantes do DF. Tradicionalmente, há rodízio anual do cargo entre senadores e

federais. No ano passado, quem liderou a bancada foi o deputado Vítor Paulo (PRB).

Candidatos ao posto

Na largada desta legislatura, os nomes cotados são os da deputada Flávia Arruda (PR) e do senador Izalci Lucas (PSDB). O federal Júlio César (PRB) não descarta entrar na disputa, e o nome da senadora Leila Barros (PSB) também é cotado. Uma resolução estabelece que a escolha do coordenador de bancada precisa do aval de cinco deputados e dois senadores. Entre as funções do cargo está a indicação de recursos de emendas impositivas. Hoje, há um saldo de cerca de R\$ 170 milhões pendentes de aplicação, dos quais R\$ 120 milhões para o futuro Hospital do Câncer. Na iminência da chegada de projetos importantes, como o que garante a paridade salarial da PCDF com a Polícia Federal, vai crescer a pressão para que os representantes do DF se acertem e fortaleçam a articulação.

Paridade chegará ao Congresso em meio a disputa da bancada do DF

Depois que as categorias da Polícia Civil aceitaram a proposta para pagamento do reajuste de 37% em seis parcelas, a bola agora está com o Congresso Nacional. Ibaneis Rocha entregou ontem mensagem com a proposta ao governo federal e, agora, o presidente Jair Bolsonaro deve enviar o texto ao Legislativo. Os policiais civis torcem para que o aumento vá para o Congresso por meio de uma medida provisória e já começaram o périplo em busca de apoio de deputados federais e senadores do Distrito Federal. Mas o tema será debatido em meio a um clima de tensão na bancada do DF.

Guerra de corporações

O atrito entre policiais civis, bombeiros e policiais militares por conta do reajuste das categorias preocupa o Palácio do Buriti. Após ameaças de militares sobre uma possível operação tartaruga, Ibaneis Rocha recebeu ontem representantes de associações para abrir um canal de interlocução. Não falou em percentuais, mas se comprometeu a analisar o assunto, que será retomado em nova reunião marcada para 12 de março.

Padrinho das emendas

A ciúmeira entre os parlamentares esconde o receio de que a pessoa escolhida para comandar a bancada do DF acabe herdando os louros políticos pela liberação dos recursos de emendas. A imagem de padrinho ou madrinha da criação do Hospital do Câncer, por exemplo, é capaz de agregar um capital político incalculável.

Impasse na UnB

Diante da presença do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodriguez, em audiência na Comissão de Educação do Senado, Izalci Lucas aproveitou para tratar sobre problemas da Universidade de Brasília. O senador tucano conseguiu falar com Vélez sobre o possível corte de gratificação dos servidores, o que pode levar a uma redução salarial de 26%. Mas a solução do imbróglio é difícil, já que o corte é decorrente de uma ação ajuizada pela própria União. O senador pleiteou também reajuste para bolsistas de pós-graduação da **Capes**.

Polêmica de Vélez repercute na Câmara

O polêmico pedido do Ministério da Educação para que escolas filmem alunos cantando o Hino Nacional repercutiu ontem na Câmara Legislativa. Em discurso, o distrital Reginaldo Veras (PDT) criticou a medida e sugeriu que professores, pais e gestores comecem a filmar os contracheques dos profissionais, as precárias instalações das

escolas, a falta de merenda e de segurança. “O ministro da Educação se utiliza dessas medidas ridículas para encobrir que não tem política educacional e nem propostas para resolver os graves problemas da educação pública do país”.

Mais recursos para emendas

O governador Ibaneis Rocha decidiu ampliar de R\$ 2,5 milhões para R\$ 11 milhões o valor das emendas parlamentares para os deputados distritais novatos. O anúncio foi feito ontem, pelo líder do governo, deputado Cláudio Abrantes (PDT). Estava grande a chiadeira dos novos parlamentares, que acharam o valor inicial muito baixo. Eles querem viabilizar projetos desde já.

topo ↕

BAHIA DE VALOR - TEMPO REAL

Doutoranda da UFRB detecta pela primeira vez vírus em abelhas nativas do Brasil A pesquisa detectou os tipos virais A e C, este último ainda raro e considerado mortal para a espécie

O Vírus das Asas Deformadas, responsável pelo massivo declínio de colônias de abelhas nos Estados Unidos e países europeus nas últimas décadas, foi detectado pela primeira vez em abelhas sem ferrão no Brasil, segundo um novo estudo publicado em janeiro deste ano na revista científica *Journal of General Virology* e premiado no Reino Unido. A descoberta é de autoria da doutoranda em Ciências Agrárias pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Flaviane Souza, em parceria com a Universidade de Salford.

A pesquisa envolveu a espécie de abelha nativa sem ferrão *Melipona subnitida*, popularmente conhecida como Jandaíra, e os resultados revelaram que 100% das colônias avaliadas possuíam o vírus deformador das asas das abelhas (DWV, devido à sigla em inglês). O estudo foi conduzido durante o período de maio de 2017 a dezembro de 2018 nos estados do Nordeste, a área de ocorrência natural da *M. subnitida*, e na ilha de Fernando de Noronha, onde estas abelhas foram introduzidas há 30 anos pela ação do homem e sobrevivem isoladas desde então.

“Este estudo fornece o primeiro relato para ocorrência do DWV em abelhas nativas brasileiras. Outros estudos já foram conduzidos aqui no Brasil e na Argentina com abelhas sem ferrão, sem, contudo, detectarem a presença viral. Agora podemos dizer que esse vírus é mundial”, diz Flaviane, que também atua na UFRB como Técnica de Laboratório na área de Biologia e é a principal autora do estudo.

O vírus DWV teve seus primeiros registros na Ásia em meados dos anos de 1970 e de lá se espalhou pela Europa e América do Norte no inverno de 2006-2007, num fenômeno que ficou conhecido como CCD (Colony Collapse Disorder) ou Síndrome do Colapso de Desordem da Colônia. O declínio das abelhas iniciou-se com a associação do DWV com o ácaro *Varroa destructor*, um gênero que se alimenta das larvas de abelhas, e, de acordo com os especialistas, transformou-se numa pandemia mundial por meio do comércio e transporte de abelhas para a polinização de culturas.

Flaviane: ‘Apesar dos números alarmantes, não tínhamos registros desse vírus ou suas formas de danos no Brasil’

Manejo

“Apesar dos números alarmantes, não tínhamos registros desse vírus ou suas formas de danos no Brasil. Em geral, as colônias brasileiras sofrem perdas devido à falta de manejo, desmatamento, avanço da agricultura, uso de pesticida, dentre outros”, explica Flaviane. O objetivo de sua pesquisa foi, então, descobrir se havia a ocorrência do DWV nas abelhas nativas no país, quais as variantes (tipos A, B e C) e sua carga viral. Segundo a bióloga, foram escolhidas abelhas típicas do Nordeste, a fim de contribuir com o fortalecimento das espécies regionais.

Ela usou a técnica da transcriptase reversa com PCR em tempo real, que acessa o material genético do vírus que está dentro da abelha e amplia sua quantidade para a realização dos testes. Como resultados foram encontrados os tipos virais A e C, estando a variante B ausente. Para a área amostral do continente, a variante tipo A foi a dominante, sendo ultrapassada pelo tipo C apenas em alguns lugares. Para a ilha, o tipo A foi sempre dominante, prevalecendo superior a 90%. “A dominância do tipo A reflete a mesma situação encontrada nos EUA, embora lá o tipo B pareça estar substituindo lentamente as demais”, afirma Flaviane. “Já o tipo C foi recentemente descoberto, então pouco se conhece ainda sobre esta variante”, explica.

O professor Stephen J. Martin, da Universidade de Salford, um dos colaboradores da pesquisa e uma das referências mundiais em insetos sociais, como abelhas, cupins e formigas, relata que, até o momento, mais de 60 espécies de insetos e cinco espécies de aranhas e ácaros foram infectadas com o vírus DWV associado à abelha. “A pesquisa de Flaviane detectou que existem abelhas no Brasil infectadas com a rara cepa C do vírus, que acredita-se ser mortal para esta espécie. Então, agora, é importante determinar se o DWV está causando impacto na flora e fauna local, reduzindo o número de polinizadores”, diz.

Os primeiros resultados do estudo foram descritos no artigo Occurrence of deformed wing virus variants in the stingless bee *Melipona subnitida* and honey bee *Apis mellifera* populations in Brazil, publicado na edição de janeiro do Journal of General Virology, da Microbiology Society. A pesquisa com o título Detection of Deformed Wing Virus (DWV) in Brazilian stingless bees também foi premiada em primeiro lugar na categoria 3 Minutes Thesis Competition durante a X Conferência da Associação Brasileira de Estudantes de Pós-Graduação e Pesquisadores no Reino Unido (Abep-UK), evento realizado na Embaixada do Brasil em Londres.

Comemoração

O pró-reitor de Pesquisa, Pós-Graduação, Criação e Inovação da UFRB e orientador do estudo, professor Carlos Alfredo Lopes de Carvalho, comemora estes resultados que contribuem no diagnóstico do atual estado da saúde das abelhas sociais no Brasil, notadamente as patologias associadas aos meliponíneos. Além disso, Carvalho acredita que o estudo coloca a Universidade em posição de destaque na linha de pesquisa em saúde das abelhas, na qual outros trabalhos estão sendo realizados no âmbito do Grupo de Pesquisa Insecta do Centro de Ciências Agrárias, Biológicas e Ambientais (CCAAB) da UFRB, tanto no Programa de Ciências Agrárias quanto no Programa de Ciência Animal.

o vírus dwv teve seus primeiros registros na ásia em meados dos anos de 1970 e de lá se espalhou pela europa e américa do norte

“A parceria com o professor Stephen J. Martin, viabilizada por meio do programa de Professor Visitante Especial (PVE) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), possibilitou a criação desta linha de pesquisa que já beneficiou a formação de diversos estudantes de graduação e pós-graduação, além de estágios pós-doutorais para pesquisadores e de estágio sanduíche para doutorandos da UFRB na Universidade de Salford. Trata-se de um projeto exitoso que possibilitou a internacionalização dos docentes e discentes da UFRB envolvidos, como é o caso da Flaviane”, afirma.

O trabalho com o vírus DWV também contou com a orientação da professora da UFRB, Maria Angélica Costa, especialista em melhoramento genético e biotecnologia, e teve ainda o apoio da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e do CNPq, pelos respectivos programas de bolsas de Doutorado Sanduíche no Exterior. A defesa da tese de Flaviane está prevista para julho deste ano no Programa de Pós-Graduação em Ciências Agrárias da UFRB.

topo ↕

NOS BASTIDORES DA NOTÍCIA - TEMPO REAL

Educação precisa de mais recursos e menos discursos, destaca Izalci

Não se faz educação com discursos, mas com recursos, avaliou o senador Izalci Lucas (PSDB/DF), em audiência pública com o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, realizada nesta terça-feira (26) na Comissão de Educação de Educação, Cultura e Esporte (CE) do Senado. Para Izalci, a educação brasileira está no fundo do poço.

“Temos o mundo virtual e o real. Não dá para brincar com esse setor”, alertou o senador.

Durante o encontro, o ministro Vélez Rodrigues falou sobre as diretrizes e os programas prioritários do ministério para os próximos dois anos. Foram discutidos na reunião o Plano Nacional de Educação (PNE) que estabelece metas para melhorar a qualidade de ensino no país e a educação integral, além das mudanças que deverão ser realizadas na distribuição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Entre outros pontos, Vélez Rodríguez falou sobre alterações que serão feitas nos projetos pedagógicos das escolas de ensino médio e fundamental e sobre a adoção de uma política nacional de alfabetização, para melhorar a capacidade de compreensão e de leitura dos alunos. O ministro ainda defendeu a valorização dos professores por meio de uma parceria com a **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** no aperfeiçoamento dos docentes.

Sobre a valorização dos docentes, Izalci destacou que é preciso investir mais em educação e expôs os problemas enfrentados pelos bolsistas da pós-graduação da **Capes** e pelos docentes da Unb que lhe foram trazidos por representantes das duas instituições.

“Estive com o Secretário Executivo do MEC semana passada para tratar desses dois casos. Um deles é sobre o fato de que a UnB pagou durante 30 anos um adicional para os professores e agora a Justiça decidiu pelo corte de 26% dos salários. O outro é a questão do reajuste para os bolsistas de pós-graduação da **CAPES** que não recebem correção nas bolsas há seis anos”, relatou ao pedir ao ministro que olhe com carinho as

questões sugeridas.

O senador mencionou temas que considera carentes de atenção, como a questão das creches, da formação dos professores e o incentivo, porque assim, esses profissionais poderão continuar trabalhando. Ele afirmou que é preciso acabar com o abandono da educação.

Além disso, Izalci também levantou a necessidade da criação de uma subcomissão para debater o plano nacional de educação e informou que vai apresentar requerimentos para a realização de audiências públicas para tratar dos temas mais urgentes de forma separada.

“Teremos dois anos para debater com profundidade os temas. Desejo sucesso nessa caminhada, estamos todos do mesmo lado, a educação é suprapartidária”, concluiu o senador.

topo ↕

SEGS - PORTAL NACIONAL - TEMPO REAL

Universidade Positivo lança doutorado em Biotecnologia Industrial (DESTAQUE)

A Universidade Positivo está com inscrições abertas para o Doutorado Profissional em Biotecnologia Industrial. São quatro áreas de concentração: Agroindustrial e Agroalimentar, Biocombustíveis, Meio Ambiente e Saúde. O programa foi recomendado com conceito 5 (máximo) pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**. O grande diferencial é que, por ser um Doutorado Profissional, o curso tem foco no mercado de trabalho e, como principal propósito, qualificar profissionais para o desenvolvimento de atividades que envolvam a Biotecnologia, bem como desenvolver competências e conhecimentos técnico-científico na área.

De acordo com a coordenadora do Programa de Doutorado Profissional em Biotecnologia Industrial, professora Leila Teresinha Maranhão, a Biotecnologia envolve o uso de processos celulares e biomoleculares para criar tecnologias e produtos que ajudem a melhorar a qualidade de vida e a proteger o planeta. “Apesar de contemplar atividades produtivas praticadas há mais de seis mil anos para o desenvolvimento de produtos alimentícios, tais como, pão e queijo, e para a conservação de produtos lácteos, ganhou notoriedade somente nas últimas décadas, sendo considerada uma das áreas do conhecimento com maior potencial de trazer benefícios significativos à humanidade neste século”, explica.

Com início em 14 de março de 2019, o Doutorado Profissional tem duração de quatro anos e as inscrições seguem até 1º de março. Mais informações e o edital podem ser acessados pelo site www.up.edu.br/mestrado-e-doutorado/biotecnologia-industrial.

Serviço

Programa de Doutorado Profissional em Biotecnologia Industrial

Inscrições: até 1º de março

Início das aulas: 14 de março

Mais informações: www.up.edu.br/mestrado-e-doutorado/biotecnologia-industrial

Sobre a Universidade Positivo

A Universidade Positivo concentra, na Educação Superior, a experiência educacional de mais de quatro décadas do Grupo Positivo. A instituição teve origem em 1988 com as Faculdades Positivo, que, dez anos depois, foram transformadas no Centro Universitário Positivo (UnicenP). Em 2008, foi autorizada pelo Ministério da Educação a ser transformada em Universidade. Atualmente, oferece mais de 50 cursos de Graduação presenciais, quatro cursos de Doutorado, sete cursos de Mestrado, mais de 190 programas de Especialização e MBA, sete cursos de idiomas e dezenas de programas de Extensão. A Universidade Positivo conta com sete unidades em Curitiba, uma unidade em Londrina (PR), uma unidade em Joinville (SC), além de polos de Educação a Distância (EAD) em mais de 50 cidades espalhadas pelo Brasil. Em 2018, a Universidade Positivo foi classificada entre as 100 instituições mais bem colocadas no ranking mundial de sustentabilidade da UI GreenMetric.

topo ↕

UFRGS - TEMPO REAL

Em entrevista, presidente da Andifes defende papel estratégico da Universidades “As universidades cumprem um papel estratégico no desenvolvimento do País”, afirma Reinaldo Centoducatte, reitor da UFES e presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

Neste ano, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) completa 30 anos de fundação. Em entrevista, o presidente Reinaldo Centoducatte (UFES) aborda os caminhos da Associação e fala sobre os temas que mais impactam as universidades no atual contexto político brasileiro.

Portal da Andifes - Às vésperas de completar 30 anos, a Andifes tem cumprido o papel que motivou sua fundação?

Reinaldo Centoducatte – Creio que efetivamente sim. A entidade, fundada em 1989, tem realizado um papel importante na criação de um ambiente de interação entre as universidades federais, o que se torna muito saudável e produtivo. A Andifes também consolidou uma postura de interlocução com a comunidade universitária e seus segmentos, com a sociedade, e com o poder público em suas diferentes instâncias, notadamente o governo federal. Devemos uma homenagem aos reitores que tiveram a visão estratégica de criação da Andifes.

Ao longo de três décadas, a Andifes foi protagonista ou auxiliou muitas políticas públicas visando a ampliação e a qualidade do Ensino Superior público e gratuito no Brasil. O que o senhor pode destacar de conquistas desse período?

RC – A trajetória de 30 anos da Andifes demonstra o acerto de sua fundação, bem como as suas atribuições, que objetivam, fundamentalmente, o desenvolvimento do ensino superior público de qualidade. Foram muitos os momentos em que a entidade contribuiu para o fortalecimento da educação superior pública no Brasil. Eu destacaria, por exemplo, as ações que desencadearam, no começo dos anos 2000, a expansão e a modernização do ensino superior público no país, inclusive com a criação de novas universidades federais e a interiorização da educação superior pública brasileira. Produzimos estudos técnicos, elaboramos diagnósticos sobre as diferentes realidades regionais, trabalhamos na definição de investimentos e apontamos para a necessidade de novas políticas públicas que oferecessem sustentação ao projeto que veio transformar o

cenário da educação superior no País. Posso mencionar, em outro exemplo, as ações objetivando a inclusão social nas universidades públicas. Para isto, estabelecemos amplos debates, envolvendo a comunidade universitária no âmbito do sistema federal de ensino superior, e construímos diálogos com a sociedade brasileira a fim de concretizarmos a democratização do acesso à universidade pública, o que também foi um movimento muito transformador.

Como a Andifes se relaciona com o Congresso Nacional?

RC – A Andifes mantém diálogo frequente com os parlamentares que compõem a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, se somando à atuação de cada universidade com as bancadas estaduais. Participamos de reuniões das comissões, não raro somos convidados a compor mesas de debates e audiências públicas sobre temáticas da educação, do ensino público, da ciência e tecnologia, entre outros. Ao longo desses 30 anos, a Andifes participou da elaboração de importantes políticas públicas, a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), do Fundo Nacional da Educação Básica (Fundeb), dos Planos Nacionais de Educação (PNE), em 2001 e 2014, e das Leis Orçamentárias Anuais, que participamos da elaboração desde 1995.

A Andifes nasceu no mesmo período em que foi instituída nossa Constituição Federal. Assim como a Carta Magna, é uma defensora da democracia. O senhor acha que os princípios democráticos expressos no texto têm sido cumpridos?

RC – É uma feliz coincidência esse simbolismo que aproxima a fundação da Andifes em 1989 à Constituição Federal de 1988, porque são momentos que nos remete ao resgate da democracia no Brasil. Logo, a Andifes nasce naquela atmosfera democrática. Entendo que a jovem democracia brasileira precisa ser aperfeiçoada a partir das transformações que ocorrem na sociedade e das novas demandas políticas e sociais que se apresentam. Creio que os princípios democráticos devem sempre ser respeitados para que possamos alcançar a condição de sociedade desenvolvida sob todos os aspectos.

Como a Andifes está lidando com o novo contexto político?

RC – Buscamos atuar com o protagonismo que a sociedade espera do conjunto das universidades federais brasileiras. Ainda durante o processo eleitoral recente, a entidade intensificou os debates no âmbito das instituições federais de ensino superior, e na própria Andifes, apontando para as questões relacionadas à educação, especialmente, e também para os principais aspectos políticos do país. Passadas as eleições, continuaremos a atuar de forma propositiva e dialógica.

Existe risco contra a democracia?

RC – As complexidades presentes nas sociedades modernas, mesmo as mais desenvolvidas e maduras, revelam que os processos democráticos possuem diferentes momentos históricos. Cabe à sociedade e suas instituições defender a democracia, permanentemente. As universidades federais são comprometidas com a Constituição Federal e com os direitos humanos.

Existe alguma interferência ou limitação na liberdade de cátedra?

RC – A liberdade de cátedra é uma conquista civilizatória. O conhecimento, o saber, e que se desenvolve e se produz por meio da educação, especialmente na universidade, se dá pela pluralidade de ideias, de concepções, que se materializam no processo de ensino e aprendizagem. É uma conquista da sociedade. O próprio Supremo Tribunal Federal já se manifestou sobre o tema, quando deliberou a Ação Direta de Inconstitucionalidade

5.580, em novembro do ano passado. A Andifes, inclusive, participou da discussão na condição de amicus curiae.

A mídia tem noticiado possíveis mudanças ideológicas para as universidades federais. O que ocorre de fato?

RC – A universidade federal não tem uma ideologia e não há, portanto, o que ser mudado. O que há na universidade é uma enorme pluralidade de ideias, que é a sua maior riqueza. A autonomia universitária é um pressuposto constitucional, e a sua defesa incondicional é questão de princípio para a Andifes.

Como está sendo o relacionamento da Andifes com o novo Governo, nesse início de mandato?

RC – Assim como em governos anteriores, a Andifes tem dialogado com o atual. Já nos reunimos com o ministro da Educação, com o ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e com as direções de organismos como **Capes** e Finep, e pretendemos continuar nesta direção, sempre na defesa da educação pública. As universidades têm compromisso com o ensino público, gratuito e com a qualidade, têm programas estruturantes em andamento, e a Andifes tem propostas para a educação. Essa tem sido nossa agenda nessa interlocução.

A mídia tem especulado em torno das nomeações dos reitores. Como são feitos os processos de escolha do reitor?

RC – A escolha dos dirigentes das universidades federais por parte da comunidade universitária segue à legislação, é democrática, legítima, porque expressa a vontade de professores, servidores, técnicos e estudantes. O rito processual posterior à escolha ocorre por meio de lista tríplice, e a expectativa da comunidade acadêmica e da sociedade é que a decisão seja respeitada. A Andifes tem se posicionado firmemente pelo respeito à escolha democrática nas instituições de ensino.

Qual a expectativa sobre a nomeação dos nomes das listas tríplexes?

RC – Houve respeito em relação à nomeação do reitor José Daniel Diniz Melo, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), escolhido pela comunidade universitária da sua instituição de ensino. Nossa expectativa é que este seja o posicionamento do governo em todos os processos. Ainda estão pendentes as nomeações dos reitores das universidades federais do Triângulo Mineiro (UFMT), da Integração Latino-Americana (Unila), do Cariri (UFCa) e de Viçosa (UFV).

Há alguns dias, o MEC anunciou uma parceria com o Ministério da Justiça para investigar possíveis irregularidades em programas ligados ao Ensino Superior. Como a Andifes recebeu essa notícia?

RC – Recebemos sem preocupação. Mais do que qualquer outro órgão público, as universidades são cotidianamente avaliadas e auditadas por suas atividades-meio pelos diversos órgãos de controle do Estado (MPU, CGU, AGU, PGF e TCU) e por suas atividades-fim por entidades como **Capes**, INEP e CNPq, atestando sempre a excelência dos nossos trabalhos. Nós acreditamos que esses órgãos sempre foram criteriosos no cumprimento da sua missão constitucional. O sistema ainda está continuamente sob olhar de entidades que representam os docentes, técnicos administrativos e estudantes, além de tomar suas decisões sempre em colegiados, a exemplo dos Conselhos Universitários, e manter absoluta disponibilidade de informações para a mídia.

E quanto à questão orçamentária? A Andifes tem divulgado há algum tempo que o orçamento de custeio e investimento das universidades caiu muito desde 2014. Como está a previsão para 2019?

RC – A questão orçamentária, as despesas de custeio e os investimentos, é complexa porque existem as especificidades de cada instituição, e porque se trata de recursos para diferentes finalidades. E, de fato, os recursos para o ensino superior público precisam ser elevados, porque se trata de uma área crucial para o país e é uma obrigação do Estado, de acordo com a Constituição, e as universidades públicas são um patrimônio da sociedade brasileira. Na realidade, entre 2012 e 13 os indicadores já sinalizavam que o país enfrentaria uma crise econômica que comprometeria as políticas públicas e os investimentos sociais. E, realmente, a crise veio com todos os seus efeitos nocivos. A LOA define o orçamento geral das universidades federais para 2019, incluindo despesas com pessoal, de aproximadamente R\$ 35 bilhões. Em 2018, foi da ordem de R\$ 33 bilhões, o que mantém os padrões orçamentários das universidades nos mesmos patamares. Ou seja, ainda não temos perspectivas otimistas para este ano. Mesmo neste cenário, a excelência da gestão das universidades tem respondido positivamente, permitindo que a produção acadêmica seja elevada e que a qualidade do ensino não seja rebaixada.

A Emenda Constitucional 95 é um complicador?

RC – Sim. A Emenda Constitucional 95, com o chamado teto de gastos, criada no governo Temer, complicou ainda mais o cenário, porque impacta fortemente a qualidade dos serviços públicos, congelando por 20 anos as despesas primárias do orçamento público, e que impede ou reduz o crescimento real das despesas de custeio e investimentos. Ao limitar os gastos sociais, o ensino superior público é diretamente atingido e perde as condições de crescer e mesmo de manter suas atividades básicas e sua infraestrutura.

Como as universidades estão vivenciando esse momento?

RC – Como disse anteriormente, a resposta para essas dificuldades é a qualidade da gestão de cada instituição de ensino, é o planejamento das ações e projeções de cenários, é o equilíbrio financeiro a partir de ajustes de custos, sobretudo dos processos operacionais. Entretanto, as universidades não podem ficar estagnadas pela carência de recursos e passar a sobreviver sempre na emergência. As universidades precisam e, em cumprimento ao Plano Nacional de Educação (PNE), querem crescer, atualizar seus equipamentos, produzir novas dinâmicas acadêmicas, modernizar seus processos tecnológicos, cuidar das pessoas e de suas instalações físicas, para que a atividade-fim – ensino, pesquisa e extensão – atenda plenamente ao que deseja a sociedade.

As doações, a exemplo dos fundos patrimoniais, poderiam ser uma alternativa plausível? Como isso se daria na prática?

RC – As contribuições particulares, para além das obrigações do Estado, direcionadas ao desenvolvimento da educação, da ciência, da tecnologia e da inovação é um bom mecanismo em uma sociedade que quer ter qualidade de vida para todos, e é importante para o País que busca crescer socialmente, economicamente, culturalmente, ambientalmente. Existe uma legislação recente que abre a possibilidade e regulamenta as doações para as universidades públicas, ou para projetos específicos das instituições de ensino. O que não pode ocorrer é que as doações venham a substituir a obrigatoriedade do Estado de assegurar o direito de todos à educação. A doação

monetária, de equipamentos ou materiais deve ser um instrumento adicional, como ocorre no mundo inteiro, a exemplo dos fundos patrimoniais ligados a Harvard, Yale, Princeton e Stanford. Ainda não existe a cultura entre as elites econômicas no Brasil da doação ou patrocínios às universidades.

Desde o final de 2018, a Andifes está promovendo campanhas nacionais em defesa da universidade federal pública, gratuita e de qualidade. O que tem motivado essas ações? RC – Sempre fizemos campanhas de apresentação da universidade pública, gratuita e de qualidade. O que diferencia essa campanha das anteriores é que as universidades estão atuando conjuntamente, com temáticas comuns a todo o sistema, desenvolvendo as peças em nossas próprias mídias, mostrando a elevada produção acadêmica das universidades federais, o nosso compromisso com a educação de qualidade, e nossa significativa produção de ciência e tecnologia, reafirmando que as universidades federais constituem um patrimônio do povo brasileiro.

Existe uma imensa diversidade e complexidade entre as universidades federais de todo o Brasil. Quais são os ideais que as unem e quais são as principais características do sistema?

RC – As especificidades regionais são naturais em um País com as dimensões do Brasil, e elas devem ser preservadas, inclusive aquelas dentro de cada região, já que cada universidade tem uma história e uma vocação independentemente de estar no mesmo estado, por exemplo. Temos universidades centenárias e outras com poucos anos de trajetória. E cada qual possui a sua história, sua organização, os seus quadros de docentes e técnicos, e estão inseridas no contexto de suas respectivas regiões. O que une são as questões gerais como a missão das instituições de oferecer formação acadêmica e promover a cidadania, e o tripé que sustenta as universidades públicas: o ensino, a pesquisa e a extensão. A partir dessa compreensão, e com a interação necessária, construímos a unidade de ação para que possamos crescer e oferecer serviços de qualidade à população.

Como o senhor avalia que seria o Brasil sem as universidades federais?

RC – Impensável. Não há, no Brasil, um sistema de formação de recursos humanos, produção de conhecimento, desenvolvimento tecnológico, prestação de serviços à sociedade e promoção da cidadania comparável ao Sistema Público de Universidades Federais. E esse é também um diferencial bastante positivo do Brasil em relação a outros países.

E como seriam as universidades federais e o ensino superior se a Andifes não existisse?

RC – A Andifes tem a tarefa fundamental de agregar as instituições, respeitando as peculiaridades e as questões exclusivas, para desenvolver estratégias comuns que contemplem o conjunto das instituições. A Andifes organiza o sistema de universidades federais, portanto, dá dimensão nacional e, ao mesmo tempo, capilariza no território brasileiro as políticas públicas de ensino, pesquisa e extensão. Reconhece e confere protagonismo a todas as universidades federais, das mais recentes às mais tradicionais. Esse mesmo sistema interage com a educação básica e auxilia, de maneira fundamental, a saúde pública, além de ser responsável pela maior parte da ciência, tecnologia e inovação realizada no Brasil. Logo, a Andifes cumpre um papel estratégico no desenvolvimento do País. Sem a Andifes não teríamos um sistema simultaneamente coordenado, respeitando e fortalecendo a autonomia de cada universidade.

O que a Andifes projeta para o futuro?

RC – São muitos os desafios do ponto de vista econômico e político. Mas estamos sempre motivados para enfrentar as dificuldades. Nós, reitores, temos mandatos, somos passageiros. Temos a clareza de que as universidades federais são instituições permanentes e, portanto, prosseguimos fomentando o diálogo e apresentando proposições que atendam a educação superior pública, sempre em sintonia com os anseios da sociedade brasileira.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Enem 2019 será nos dias 3 e 10 de novembro

Inep divulgou cronograma da prova nesta quarta-feira

RIO- O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) será aplicado nos dias 3 e 10 de novembro deste ano. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), responsável pela prova, divulgou as datas nesta quarta-feira.

Os estudantes que desejarem participar da avaliação poderão se inscrever na prova entre os dias 6 e 17 de maio. Aqueles que desejarem solicitar a isenção terão de fazê-lo antes de se inscrever, entre os dias 1 e 10 de abril.

Neste ano, o Inep anunciou que fará uma comissão para avaliar os itens da prova antes de sua aplicação. A medida, segundo o Instituto, é uma tentativa de barrar o "viés ideológico" da prova.

Em reunião interna, o Inep anunciou que fará o grupo com quatro pessoas para revisar todo o Banco Nacional de Itens. A comissão será composta por quatro integrantes, dos quais dois serão do Ministério da Educação (MEC), um do Inep e um da "sociedade".

O Enem é composto por 180 questões e uma Redação. No primeiro dia, os estudantes resolvem 90 questões das provas de Linguagens, Ciências Humanas e Redação e, no segundo, de Ciências da Natureza e Matemática.

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Professores da rede pública podem estudar fora

Oportunidades de formação nos EUA, Canadá e Irlanda. As inscrições terminam em março

Profissionais da educação básica da rede pública de ensino do país podem se candidatar às vagas para cursos de capacitação no Estados Unidos, Canadá e Irlanda. Ao todo, a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** oferece 486 oportunidades a professores, coordenadores e supervisores pedagógicos. As inscrições, gratuitas, são feitas on-line com preenchimento de formulário e envio de documentos pela internet. Além da passagem aérea, os participantes terão direito, a uma ajuda de custo, seguro de saúde e alojamento.

O edital para o Canadá é promovido pelo Colleges and Institutes Canada (CICan). São 102 vagas destinadas aos professores de todas as áreas da educação básica da rede municipal, estadual e distrital. Dividido em duas partes – a primeira em um curso básico de inglês e a outra em um curso de formação, voltado para gestão de sala de aula e aprendizagem centrada no aluno. O curso terá duração de oito semanas e as inscrições podem ser feitas até 26 de março.

No caso da Irlanda, são 30 vagas para coordenadores e supervisores pedagógicos de qualquer escola da rede pública (municipal, estadual, distrital e federal). As inscrições vão até 26 de março. A parceria com o Mary Immaculate College oferece cursos de inglês, desenvolvimento de habilidades em liderança e gestão pedagógica. O curso tem duração de doze meses.

E para os Estados Unidos, em parceria com a Comissão Fulbright, é direcionado aos professores de língua inglesa. São 486 vagas para um curso intensivo de seis semanas em universidades norte americanas. Podem participar docentes da rede públicas estadual, municipal e distrital, em efetivo exercício da profissão. As inscrições vão até 17 de março.

Conheça os requisitos de cada candidatura nos editais dos EUA, Canadá e Irlanda.

[topo](#)

G1 - TEMPO REAL

UEMA EAD 2019: Veja a lista de aprovados no vestibular de ensino a distância Segundo a Universidade Estadual do Maranhão, mais de 17 mil candidatos concorreram a 3.325 vagas. Curso Administração foi o mais concorrido, com 59 candidatos por vaga.

A Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) divulgou nesta quarta-feira (27) a lista dos aprovados no vestibular de ensino a distância, o EaD 2019. Mais de 17 mil candidatos concorreram a 3.325 vagas ofertadas.

Ao todo, 93,29% das vagas foram preenchidas, sendo 83,88% por alunos da rede pública de ensino. O curso Administração Bacharelado, polo São Luís, foi o mais concorrido, com 59 candidatos por vaga.

As matrículas serão realizadas no período de 23 a 30 de março, com início das aulas previsto para o mês de abril. Veja a lista de aprovados:

Listagem classificados sistema universal de vagas

Listagem classificados sistema especial de reserva de vagas – negros e indígenas

Listagem classificados sistema especial de reserva de vagas – pessoas com deficiência

[topo](#)

G1 - TEMPO REAL

Estudantes se mobilizam para enviar vídeos com os problemas das escolas públicas para o MEC

Movimento é reação à orientação do Ministério da Educação para que escolas mandem filmes de alunos cantando o Hino Nacional. Na terça, o ministro admitiu o erro e o MEC afirmou que enviar uma carta atualizada às escolas.

A União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) lançou, nesta semana, uma campanha para que estudantes da rede pública registrem em vídeo problemas em suas escolas e enviem os arquivos ao Ministério da Educação. A ideia, segundo Pedro Gorki, presidente da Ubes, é uma resposta ao pedido encaminhado pelo ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, às escolas brasileiras para que elas leiam aos alunos uma carta do ministro contendo o slogan de campanha de Jair Bolsonaro, seguida da execução do Hino Nacional. O pedido também pedia que as escolas filmassem as crianças cantando e enviassem o vídeo por e-mail ao MEC.

Após a repercussão, Vélez Rodríguez afirmou que errou ao incluir o slogan de campanha na carta e não explicitar que era preciso que os pais autorizassem a filmagem e envio dos vídeos dos alunos cantando. Segundo o MEC, uma carta "atualizada" seria encaminhada às escolas.

Ministro da Educação diz que errou ao pedir que escolas filmassem crianças cantando hino

Problemas reais

Em um vídeo publicado pela Ubes nas redes sociais, Gorki diz que a iniciativa é mostrar "os problemas reais das escolas brasileiras".

“Por que o MEC não sugere que sejam gravados os problemas reais das escolas brasileiras, especialmente das escolas públicas?”, afirmou ele. “Vamos mostrar os verdadeiros problemas na sala de aula, que é a goteira no teto da nossa sala, que é a sala de aula sem professor, porque não pagam salário, que é a quadra e a biblioteca fechadas porque não têm manutenção, que é o chão rachado da nossa escola, que é a nossa escola sem merenda.”

A campanha pede que os estudantes gravem vídeos de até um minuto e postem nas redes sociais com a hashtag #MinhaEscolaDeVerdade.

Assim que a campanha foi divulgada começaram a surgir algumas postagens mostrando as mazelas das escolas públicas brasileiras. No Twitter e Instagram, a #MinhaEscolaDeVerdade já aparece em mais de 250 postagens.

Além da hashtag divulgada na campanha da Ubes, as tags #MenosFilmagensMaisInvestimentos e #OlhaMinhaEducação também reúnem, no Twitter e no Instagram, protestos contra a recomendação do MEC.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Uniube recebe Selo de Instituição Amiga do Empreendedor

A conquista é fruto das diversas atividades e ações voltadas para o incentivo de acadêmicos no empreendedorismo

A Universidade de Uberaba (Uniube) aderiu ao Programa Instituição Amiga do Empreendedor (IAE) com o recebimento do Selo Empresarial do Ministério da Educação (MEC). As instituições de Ensino Superior que possuem esse selo se comprometem e se responsabilizam a difundir o tema empreendedorismo no âmbito das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Anualmente, a Uniube deverá apresentar o Relatório das ações realizadas para a Comissão Interinstitucional de Implantação e Monitoramento do Programa Instituição Amiga do Empreendedor.

Segundo a coordenadora da Unitecne – Incubadora de Empresas da Uniube, Dionir Andrade, a Universidade já executa diversas ações voltadas para intensificar e fortalecer o comportamento empreendedor. “Destacamos um belo espaço de coworking, denominado ParqueLab, uma unidade da incubadora em Uberaba no Campus Aeroporto e outra no Campus Marileusa, em Uberlândia, onde os empreendedores são acolhidos desde a pré-incubação até a graduação”, completa a coordenadora.

Além disso, a Uniube conta com a forte atuação do Instituto de Tecnologia no

atendimento aos empreendedores via Projetos Sebraetec e Núcleo de Práticas em Engenharias, Sistemas e Arquitetura, que oportuniza a execução de projetos e visitas técnicas. “Temos também a Escola de Empreendedores para qualificação e capacitação da comunidade interna e externa, as Empresas Juniores New Way Tech dos cursos de Engenharias/Sistemas/Arquitetura, Meet Jr. dos cursos de Gestão e Insight Gestão em Saúde do curso de Medicina. Todos criam a oportunidade para que os alunos se exercitem de forma profissional com o acompanhamento docente”, afirma a professora Dionir.

A Universidade apoia, ainda, a realização de eventos diversos como meetups, startup weekend, maratonas de programação, oficinas de programação, jogos digitais e games e programas de aceleração. “Os cursos de graduação da Uniube realizam, também, diversos eventos com forte pegada na inovação e no empreendedorismo, tais como: Workshop para Empreendedores; Encontro de Tecnologia, Inovação e Empreendedorismo; Seminário de Iniciação Científica; Seminário de Extensão; Momento Acadêmico da Engenharia Química e Simpósio de Engenharia de Produção”, destaca.

“A Uniube, em sintonia com sua missão institucional, está sempre atuando para contribuir para a formação pessoal e profissional de seus egressos. Com essa premissa, a formação de comportamento empreendedor perpassa por todas as suas ações”, finaliza a coordenadora.

O que é o selo?

O Selo de Instituição Amiga do Empreendedor é parte integrante do Programa Instituição Amiga do Empreendedor – IAE, criado pelo MEC em 2017 em parceria com o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC, a Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa - SEMPE, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, a Fundação Getúlio Vargas - FGV, Conselho Federal de Contabilidade - CFC e Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração - ANGRAD com o objetivo de estimular iniciativas pelas Instituições de Ensino Superior – IES, para apoiarem o empreendedorismo em sua região e contribuírem decisivamente para o desenvolvimento local e regional.

A Unitecne

A Incubadora de empresas da Uniube está vinculada à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão (Propepe) e tem por finalidade a incubação de empresas visando prestar apoio logístico, gerencial e tecnológico ao empreendedorismo inovador e intensivo em conhecimento. “A Unitecne apoia projetos de base tecnológica ou startups de todas as áreas do conhecimento. Auxilia as empresas desde a inscrição, elaboração do projeto até a documentação para conseguirem buscar a captação de aporte financeiro em editais de fomento (Ex.: Edital Senai de Inovação); recursos via Sebraetec; e demais editais de fluxo contínuo”, complementa a coordenadora Dionir.

Ainda é objetivo da incubadora facilitar a criação e o desenvolvimento de empresas que tenham como diferencial a realização de atividades voltadas à inovação. “Todas as empresas incubadas na Unitecne têm atividades de consultoria e mentoria presencialmente. Também podem receber mentorias on-line. Graças às parcerias, a Unitecne tem um time de mentores composto por profissionais com expertise e qualificados, para atender as empresas incubadas nas mais diversas áreas que compõem

a estrutura para o início de um novo negócio, como áreas jurídicas, de mercado, financeira, contábil, gestão, etc.”

Os interessados devem fazer a submissão da ideia no "Banco de Ideias", que pode ser acessado no site unitecne.com.br

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Iniciação Científica: primeiro passo para a carreira acadêmica

Mais de 200 alunos participam, anualmente, de projetos de Iniciação Científica na Uniube

A Iniciação Científica permite aos alunos de graduação um primeiro contato com a metodologia da pesquisa científica. Por meio dela, o estudante pode acompanhar a elaboração de um projeto na companhia de um professor orientador. Foi assim que Renata Oliveira Samuel, docente no Programa de Pós-graduação em Odontologia e coordenadora da especialização em Endodontia, da Uniube, deu início à sua carreira dentro da pesquisa.

Renata possui mestrado, doutorado e pós-doutorado em Ciência Odontológica. Especialista em Endodontia, a cirurgiã-dentista ingressou na Universidade de Uberaba em 2006. “No terceiro período da faculdade, uma das professoras que eu mais admirava falou que estava precisando de alunos e que iria fazer um processo de seleção. Então me candidatei, ingressei em 2007 e continuei até me formar. No total fiz iniciação científica por 3 anos”, conta.

O gosto pela pesquisa já existia, com a iniciação científica teve a oportunidade de já trabalhar o currículo para a carreira academia ainda durante a graduação. “É este com certeza foi o passo inicial para que eu alcançasse meus objetivos após a conclusão do curso: passei no programa de mestrado na UNESP já com bolsa. A iniciação científica além de ter sido excelente do ponto de vista profissional, foi muito bom também do ponto de vista financeiro, já que fui contemplada com bolsa nos dois últimos anos da atividade”, continua.

Ainda segundo a doutora, a experiência foi muito favorável, já que, ao entrar no mestrado, sentia mais preparada em comparação àqueles que nunca tiveram experiência com pesquisa. “Já estava mais familiarizada com metodologias científicas, artigos, confecção de relatórios para prestação de contas e apresentação de trabalhos em congressos. Graças à iniciação eu tive certeza de como seria minha carreira após a formatura. Me motivou muito a entrar no Mestrado. Os três anos de iniciação científica me colocaram em um universo muito diferente dos demais alunos da minha sala que não faziam: eu tinha um contato muito maior com os professores e nesses momentos estava sempre aprendendo”, pontua.

Renata é mestre, doutora e pós-doutora em Ciência Odontológica — Foto: Arquivo Pessoal/Renata
Renata é mestre, doutora e pós-doutora em Ciência Odontológica — Foto: Arquivo Pessoal/Renata

Renata é mestre, doutora e pós-doutora em Ciência Odontológica — Foto: Arquivo Pessoal/Renata

A iniciação científica

Iniciação Científica (IC) é um instrumento que permite aos alunos de graduação a familiaridade e o trabalho com a pesquisa científica. “É uma oportunidade para o aluno entrar em contato com a metodologia da pesquisa científica na prática. Ele vai acompanhar a elaboração de um projeto de pesquisa, que parte de uma pergunta, encontrar a metodologia adequada para responder a essa pergunta, obter os resultados e interpretá-los, chegando a uma resposta. Além disso, permanece em contato estreito com um professor altamente capacitado (normalmente com titulação de Doutor ou superior), o que constitui uma oportunidade muito grande de aprendizado”, explica o coordenador de projetos e pesquisas da Uniube, professor Geraldo Thedei Junior.

Na Universidade, o aluno interessado deve procurar um professor que desenvolva pesquisa na sua área de interesse e acompanhá-lo em todas as etapas que antecedem o desenvolvimento da pesquisa, como leitura de artigos científicos e outros textos que visam obter a identificação da metodologia mais adequada para a resolução daquele problema. “Depois que o projeto foi elaborado e aprovado, o aluno passa a desenvolver seu trabalho científico propriamente dito. Para isso ele terá acesso a toda a infraestrutura necessária disponível na Universidade ou em parceiros coparticipantes da pesquisa. Essa é outra oportunidade que se apresenta ao aluno de IC: ampliar sua rede de contatos, conhecer outros professores, outras pesquisas”, complementa o coordenador.

O aluno tem um ano para apresentar o trabalho. “Depois disso ele precisa entregar um relatório científico e fazer a apresentação dos seus resultados no Seminário de Iniciação Científica (SEMIC). Também, apresentar seu trabalho em outros eventos científicos, bem como participar da publicação dos resultados em revistas científicas”.

Podem participar todos os estudantes de graduação a partir do segundo período, até o último de qualquer curso. “Ter a IC quer dizer que a Instituição faz pesquisa e a pesquisa é um dos pilares que sustenta a Universidade (junto com o ensino e a extensão). Esses 3 pilares interagem, de modo que a pesquisa fortalece o ensino, pois põe o aluno em contato com o conhecimento novo, gera conhecimento que pode ser levado para a comunidade (extensão) e ambos (pesquisa e extensão) tornam o ensino mais”, completa o coordenador.

Desde de 2007, o SEMIC foi expandido para alunos do Ensino Médio, que desenvolvem projetos junto aos estudantes de graduação e também sob a supervisão de um pesquisador da Universidade. Os alunos de Iniciação Científica podem receber bolsas oferecidas por vários Programas, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) e o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC), fomentadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPEMIG).

[topo](#)

G1 - TEMPO REAL

**Universidade mineira abre Mestrado com acessibilidade para surdos
Estudante do Mestrado de Educação Básica da Uniube Uberlândia desenvolveu habilidades para acompanhar as aulas**

Conseguir ingresso no ensino superior é um desafio para todo mundo. São meses e, até mesmo, anos de dedicação para ser aprovado no vestibular. Imagina passar por tudo isso possuindo algum tipo de limitação e, ao entrar na faculdade, descobrir que não há acessibilidade.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que cerca de 24% da população possui algum tipo de deficiência. Desses, menos de 7% possui ensino superior completo. Para mudar esse cenário, em 2000, foi criada a Lei da Acessibilidade, que atua para regularizar instituições de ensino fazendo com que, cada vez mais, alunos e professores tenham as mesmas oportunidades.

O mestrando do Programa de Pós-graduação em Educação Básica da Uniube Uberlândia e professor de Libras da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Cristiano Silva Ribeiro, conta que o principal motivo para escolher a área da educação foi, justamente, as dificuldades que sofreu na infância. Por ser surdo, acabou tendo que desenvolver habilidades, como leitura labial, para acompanhar as aulas. “Quando entrei na escola não tinha intérprete, foi aí que aprendi a ler lábios, mas é muito complicado, não dá para diferenciar P e B, pato e prato, por exemplo. Então, eu basicamente copiava tudo do quadro, mas não acompanhava a aula oral”, lembra.

Além das adaptações físicas como rampas, elevadores, barras e piso tátil, a acessibilidade numa instituição de ensino precisa ser, principalmente, voltada à comunicação. A intérprete de Libras, Alessandra da Silva, é quem acompanha Cristiano até as salas de aulas na Uniube. “Aqui na Uniube foi a primeira vez que o Mestrado teve um aluno surdo e daí eles me chamaram e eu sinto como se fosse uma responsabilidade, mesmo trabalhando em outros lugares, eu sinto que preciso estar aqui e gosto de estar aqui”, diz.

Atualmente, a Uniube é a única universidade privada de Uberlândia que conta com intérprete no Mestrado. Além disso, o Mestrado profissional na cidade é voltado para pesquisa na educação básica. Por esses dois motivos, Cristiano escolheu a universidade, pois seu produto tem como foco o ensino de Libras nas séries iniciais. “Eu sou formado em Letras-Libras, trabalho com Pedagogia na universidade, então, a educação básica é um tema que combina mais com a minha prática profissional”, ressalta.

“Minha proposta é fazer um produto a partir da minha experiência, que possa ajudar na inserção do ensino de Libras mais ativamente nas escolas. Meu sonho é uma sala de aula completamente fluente em Libras para que as pessoas possam se comunicar naturalmente”, completa Cristiano.

A CRÍTICA - AM - BRASIL

Semed e Seduc não vão atender o MEC

Ministro da Educação pede que escolas gravem execução do hino nacional

Após carta encaminhada pelo Ministério da Educação que pede a leitura de uma mensagem e a execução do hino nacional por alunos, a Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino (Seduc) declarou que não vai direcionar as escolas do Amazonas a gravação de estudantes em caráter obrigatório. Os vídeos também foram solicitados no comunicado assinado pelo ministro Ricardo Vélez Rodríguez como "incentivo à valorização dos símbolos nacionais". No Twitter, o prefeito de Manaus, Arthur Neto (PSDB), caracterizou o pedido como "patriotada".

A primeira carta encaminhada pelo MEC pedia que uma mensagem fosse lida e o Hino Nacional cantado por alunos e demais integrantes das escolas no primeiro dia do ano letivo. A carta dizia o seguinte: "Brasileiros! Vamos saudar o Brasil dos novos tempos e celebrar a educação responsável e de qualidade a ser desenvolvida na nossa escola pelos

professores, em benefício de vocês, alunos, que constituem a nova geração. Brasil acima de tudo. Deus acima de todos!".

Devido à repercussão do caso, o ministro Ricardo Vélez informou que encaminharia outra carta atualizada com um pedido de "cumprimento voluntário".

Em nota publicada nas redes sociais, a Seduc declarou que não iria direcionar as escolas a gravarem vídeos em caráter obrigatório. "As escolas que desejarem responder devem atentar para que seja cumprida com rigor a legislação sobre ao direito de uso de imagem de crianças e adolescentes e também de respeito à liberdade de expressão dos profissionais da educação".

A secretaria disse ainda que "em consonância com o Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed), a atual gestão defende a priorização da aprendizagem ao contrário do estímulo de disputas ideológicas no ambiente escolar, que deve ser imune a qualquer tipo de ingerência político-partidária".

PREFEITO REAGE

O prefeito de Manaus, Arthur Neto, chamou o pedido do MEC de "patriotada" nas redes sociais. Ele afirmou que em Manaus as crianças não serão obrigadas a ficarem perfiladas para cantarem o Hino Nacional. "Não. Isso não é patriotismo, é patriotada. Vamos manter nossas crianças focadas no ensino. Em melhorar nossa educação cada vez mais".

Arthur Neto declarou ainda que as escolas da capital não reproduziriam slogans de campanha eleitoral deste ou de qualquer outro governo.

topo ↕

A GAZETA - ES - BRASIL

Ministro diz que errou em polêmica do Hino Vélez Rodriguez afirma que inserir slogan de campanha em carta foi equivoco do MEC

BRASÍLIA

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, afirmou que "foi um erro" ter colocado o slogan de campanha do presidente Jair Bolsonaro em carta enviada a escolas: "Brasil acima de tudo. Deus acima de todos". A mensagem é diferente da marca do governo: "Pátria Amada Brasil".

"Slogan de campanha foi um erro, já tirei (da carta), reconheci, um engano, tirei imediatamente", disse Rodríguez, em audiência pública na Comissão de Educação do Senado, ontem, após ser questionado sobre o envio da mensagem, seguida de uma orientação para que as crianças sejam filmadas cantando o Hino Nacional em frente à bandeira do Brasil.

Perguntando ainda sobre a legalidade da gravação, Vélez disse que a autorização dos pais, que não está na carta, "constava como algo implícito dentro da lei". Ele defendeu ainda a parte do comunicado que pede a execução do Hino: "Cantar o Hino Nacional não é constrangimento (ilegal), é amor à pátria", defendeu Rodríguez.

Após a repercussão do comunicado oficial, o MEC afirmou ontem que iria enviar um documento revisado para as escolas. O slogan de campanha de Bolsonaro foi um dos

trechos retirados da nova versão, assim como uma menção a "novos tempos". A pasta também colocará no novo ofício que é preciso ter autorização da pessoa filmada ou do responsável.

Vélez ignorou perguntas feitas por senadores a respeito de uma declaração dele, em entrevista a revista Veja, dizendo que "brasileiro viajando é um canibal, rouba coisas dos hotéis, rouba o assento salva-vidas do avião, ele acha que sai de casa e pode carregar tudo". Ao fim da sessão, que durou quase quatro horas, o ministro não atendeu a imprensa que o aguardava e deixou as dependências do Senado apressadamente, com um bata Olhão de jornalistas atrás dele.

ESCOLAS MILITARES

Ao longo da audiência na Comissão de Educação do Senado, Vélez defendeu o projeto de escolas cívico-militares que o MEC promete lançar, dizendo que a simples presença da "polícia" afugenta o "traficante", tornando o ambiente escolar melhor, com as crianças "mais à vontade para estudar". Há, segundo ele, uma "tranquilização" no local com o projeto.

Segundo Vélez, estados e municípios poderão aderir ao modelo das futuras escolas cívico-militares do governo federal, mas não deu detalhes de como será essa iniciativa. Ele disse que a única mudança do ponto de vista pedagógico é a inclusão da disciplina Educação Moral e Cívica.

CONTARATO CRITICA ATITUDE

O senador Fabiano Contarato (Rede-ES) criticou a atitude do ministro, destacando que se trata de tentar impor uma ideologia na educação. Ele conclamou professores a filmar seus contracheques e os alunos a gravarem as condições ruins das escolas. Para o senador, o governo Bolsonaro faz o que tanto critica: "Engraçado que o próprio ministério fala que é contra ideologia, mas ele próprio implanta ideologia", afirmou o senador capixaba durante a sessão da Comissão de Educação do Senado na presença do ministro.

Sedu pede que escolas não filmem estudantes

A Secretaria de Estado de Educação (Sedu) vai orientar os gestores das escolas estaduais do Espírito Santo a não filmarem qualquer atividade escolar, nem mesmo o ato de cantar o Hino Nacional. A decisão foi tomada um dia depois do Ministério da Educação (MEC) enviar cartas para as instituições de todo o Brasil e recomendar que alunos cantem o Hino Nacional e sejam filmados.

Até ontem, nenhuma escola estadual ou particular do Espírito Santo recebeu a carta do ministro Ricardo Vélez Rodríguez com tais pedidos. A Sedu diz não ter sido consultada previamente a respeito do assunto e afirma que tomou conhecimento das orientações do MEC pela imprensa. O Sindicato das empresas particulares de Ensino do Espírito Santo (Sinepe-ES) também não tem relatos de escolas particulares do Estado que tenham recebido a carta do MEC.

"Como órgão gestor da rede estadual de ensino, a Sedu reitera que seus diretores não deverão, mesmo que voluntariamente, produzir nem divulgar imagens dos alunos de sua escola para fins alheios às atividades desta Secretaria", diz nota encaminhada pela secretaria.

De acordo com o professor Moacir Lelles, presidente do Sinepe, as escolas particulares do Estado têm liberdade para decidir. "A gente chegou a pensar que fosse fake news. Aqui ainda não tenho conhecimento de quem tenha recebido essa carta. Mas nossa posição é de que aparte pedagógica fica a critério de cada escola", comentou. (Bárbara Oliveira)

topo ↕

A GAZETA - ES - MERVAL PEREIRA

Escolas com (outro) partido

Está tudo errado na "sugestão" do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, para que as escolas coloquem seus alunos cantando o Hino Nacional, o que foi mantido ontem, apesar da polêmica que provocou. E indica que o governo que denuncia a partidização das escolas no governo petista quer apenas trocar de partido.

Retirar o slogan político da campanha de Bolsonaro é o de menos, mas colocá-lo na mensagem oficial indica que o novo ministro da Educação tentou infiltrar nas escolas do país uma propaganda política do governo a que serve. Só não conseguiu porque seu abuso de poder foi denunciado.

Mandar pedir autorização dos pais para que seus filhos sejam filmados, também, é só uma questão de cumprir a legislação em vigor. Mas indica que o governo estava se preparando e pelo visto continua com a ideia —para promover campanhas "educativas" utilizando-se dos alunos e professores. O problema maior é o subterfúgio usado para implementar uma promessa de campanha do presidente eleito.

Durante a campanha eleitoral, tanto Jair Bolsonaro quanto seus filhos prometeram que o Hino Nacional voltaria a ser cantado nas escolas brasileiras.

O Ministério da Educação (MEC) afirma que se trata de um "pedido de cumprimento voluntário" e que os diretores que quiserem seguir a recomendação do ministro devem ler a carta aos alunos no primeiro dia letivo deste ano.

Ora, para as escolas particulares, não haverá muito problema em recusar a "sugestão" do ministro. Mas, e as escolas públicas? Terão seus diretores segurança para recusar a proposta do ministro? Outra questão grave é a permissão dos pais para que seus filhos sejam filmados.

Não me parece uma solução, pois também nas escolas públicas do país a maioria dos pais se sentirá constrangida diante de um pedido da diretoria da escola. Especialmente nas regiões menos desenvolvidas.

Quem se recusar, qual garantia terá de que não será perseguido, do ponto de vista institucional, no caso dos diretores discordantes, ou do pessoal, no caso de constrangimento para assinar a autorização? E os alunos que se recusarem, que ambiente passarão a ter nas suas escolas?

O ministro Vélez Rodríguez diz, com razão, que cantar o Hino Nacional "não é constrangimento, é patriotismo". Mas patriotismo só é imposto em governos autoritários. É um sentimento de pertencimento que move muitos cidadãos espontaneamente. Ninguém precisa mandar a torcida brasileira cantar o Hino Nacional, às vezes à capela. Estímulos oficiais pelo patriotismo podem levar a frases como a de Samuel Johnson, que dizia que "o patriotismo é o último refúgio do canalha".

Uma sugestão dessas só poderia ser feita pelo MEC depois de ouvidas as entidades ligadas à educação, num ambiente institucional adequado, certamente o Conselho Nacional de Educação (CNE).

Não se trata de concordar ou não com cantar o Hino, mas de uma orientação oficial que muda o cotidiano das escolas. A recomendação lembra o governo Vargas, que estimulava esse tipo de "patriotada", ou a implantação das matérias Estudo de Moral e Cívica (EMC) e a Organização Social e Política do Brasil (OSPB), que se tornaram obrigatórias no currículo das séries dos hoje ensinos fundamental e médio em 1969, em substituição a Sociologia e Filosofia. Aliás, a volta dessas duas matérias está nos planos do novo governo. O Hino Nacional seria apenas o começo.

Mas, mesmo na ditadura, essas mudanças no currículo seguiram os trâmites legais, sendo aprovadas no Conselho Nacional de Educação. No governo Temer, em 2017, o Ministério da Educação decidiu promulgar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Médio, com alcance para todos os alunos da educação básica no Brasil, depois de amplo debate no Conselho Nacional de Educação e também no Congresso Nacional.

É uma norma de Estado e, como disse na ocasião da sua aprovação o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), "deve ser implementado independentemente de quem esteja no governo federal ou estadual". O mesmo Consed protestou contra a "sugestão" do ministro da Educação.

Segundo especialistas, é a autonomia e a liberdade do ensino que estão em jogo, e, sem isso, não existe aprendizado, existe controle mental, o que é bem grave do ponto de vista, inclusive, legal.

topo ↕

A NOTÍCIA - SC - CAROLINA BAHIA

Falta foco no MEC

Por trás da cartinha do ministro Ricardo Vélez Rodríguez (Educação) às escolas, há algo ainda mais grave do que o uso político da imagem de estudantes cantando o hino nacional. Falta foco ao Ministério da Educação. Em dois meses de governo, as pastas da Economia e da Justiça conseguiram encaminhar ao Congresso uma complexa reforma da Previdência e um plano de combate à criminalidade. Vélez Rodríguez só gerou declarações estapafúrdias e situações polêmicas.

A mensagem às escolas, com o slogan da campanha de Jair Bolsonaro, pedindo para que as crianças sejam gravadas cantando o Hino Nacional, fiaí mais um erro. O próprio ministro reconheceu o tropeço e mandou corrigir o comunicado. Uma trapalhada que só revela o nó em que está enredado o MEC.

A educação no Brasil tem problemas concretos: estudantes do ensino médio não permanecem na escola, as crianças não aprendem português e matemática, os professores não são valorizados e, até mesmo nas grandes capitais, há escolas caindo aos pedaços. Valorizar o hino nacional e a disciplina nos colégios é parte importante, sim, mas de algo muito maior.

ESPINHOSO

Jair Bolsonaro terá que analisar com calma a possibilidade de substituição no comando do MEC. A essas alturas, excesso de folclore só atrapalha. Nem o movimento Escola Sem Partido apoiou a cartinha.

topo ↕

CORREIO DA BAHIA - BA - BAHIA

Concurso vai oferecer 60 vagas para auditores fiscais na Bahia

As secretarias da Administração (Saeb) e da Fazenda (Sefaz) do Estado da Bahia publicam nesta quarta-feira (27) o edital de abertura de inscrições para concurso com 60 vagas para auditores fiscais. As inscrições estarão abertas a partir das 10h do dia 11 de março e seguem até as 14h de 5 de abril, devendo ser realizadas exclusivamente no site da organizadora do certame, a Fundação Carlos Chagas – FCC (www.concursosfcc.com.br). A taxa de inscrição é no valor de R\$ 170.

Podem se inscrever no certame profissionais com formação superior em Administração, Ciências Econômicas, Ciências Contábeis, Direito, Engenharia, Informática, Sistemas de Informação, Ciência da Computação ou Processamento de Dados – desde que as graduações possuam reconhecimento do Ministério da Educação (MEC). Das 60 vagas ofertadas, 24 são para a área de Administração, Finanças e Controle Interno; 17 para Tecnologia da Informação; e 19 para Administração Tributária.

De acordo com a legislação específica, 5% do percentual das vagas ficam reservados a pessoas com deficiência e outros 30% são direcionados aos candidatos que se autodeclarem negros. No primeiro caso, as atividades a serem desempenhadas pela função escolhida devem ser compatíveis com a deficiência do candidato, que passará por perícia da Junta Médica Oficial do Estado. Já a autodeclaração de candidatos negros incluirá o procedimento de heteroidentificação, conduzido por comissão a ser instituída pela FCC.

Provas

O concurso para auditor fiscal terá quatro provas. As três primeiras, a serem aplicadas no mesmo dia, ainda no primeiro semestre de 2019, serão compostas por questões de conhecimentos gerais e de conhecimentos específicos, além de questões discursivas – todas elas de caráter eliminatório e classificatório. A quarta prova, para avaliação de títulos, será aplicada aos aprovados na prova discursiva.

A divulgação dos resultados do certame – tanto de cada uma das provas quanto de todas as publicações previstas em edital – será feito conjuntamente pela Saeb e Sefaz, no Diário Oficial do Estado (DOE). O conteúdo também estará disponível no site da organizadora do certame e no Portal do Servidor (www.portaldoservidor.ba.gov.br). O concurso tem validade de um ano, podendo ser renovado por igual período.

topo ↕

GAZETA DO POVO – PR - BRASIL

Escola sem Partido diz que não há problema em gravar alunos cantando hino À Gazeta do Povo, o jurista Miguel Nagib afirma a posição do ESP sobre a carta do ministro enviada a escolas do país

Um ofício do MEC enviado a todas as escolas do país, na segunda-feira (25), acabou sendo revisado um dia depois após ser alvo de polêmica. A versão anterior do documento orientava diretores a ler uma carta de saudação que terminava com o slogan de campanha do presidente Jair Bolsonaro, “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”. Isso foi retirado. No entanto, a recomendação do ministro de Educação

permanece igual a respeito do hino nacional. Ele pede, a quem quiser participar, voluntariamente, que alunos sejam colocados em fila diante da bandeira para cantar o hino nacional e que, além disso, sejam gravados.

O pedido não agradou muita gente. Janaína Paschoal, deputada estadual (PSL-SP) e Miguel Nagib, fundador do movimento Escola sem Partido, por exemplo, se manifestaram em oposição a alguns pontos do ofício.

À Gazeta do Povo, Nagib afirmou que pedir que os alunos cantem o hino nacional e gravá-los não é um problema. A questão, segundo o jurista, era “o convite para saudar o Brasil dos novos tempos” com o slogan da campanha de Bolsonaro, que acabou sendo retirado. O fundador do ESP comparou o pedido de Vélez ao “canteiro de sálvias em forma de estrela no jardim do Palácio da Alvorada”, atitude do governo petista no primeiro ano de governo de Lula.

Leia a entrevista:

Como o Escola sem Partido vê a carta do MEC (Ministério da Educação) enviada às escolas?

O ministro pode enviar uma carta para as escolas, mas o problema é o teor da mensagem que, na minha opinião, viola o princípio constitucional da impessoalidade.

A carta com o convite para saudar o Brasil dos novos tempos e o slogan da campanha eleitoral lembra o canteiro de sálvias em forma de estrela no jardim do Palácio da Alvorada.

Fere o Estado Laico pedir para que os diretores recitem “Deus acima de todos”?

O problema não tem nada a ver, na minha opinião, com estado laico. O problema tem a ver com princípio da impessoalidade. A palavra Deus não tem nada de mais naquela mensagem, apenas o lema da campanha é que não podia ter sido usado.

A gravação proposta por Vélez não seria um problema?

A filmagem das crianças, em um local público, participando de uma atividade pública, não é um problema. Posso estar enganado, mas não vejo nada de errado. Crianças são filmadas todos os dias, há imagens na Tv, nos jornais, propaganda de governo. E ninguém, nunca, levantou nenhum problema sobre isso.

Mas se o MEC decidir veicular essas imagens, obviamente seria necessário que se fizesse alguma consulta aos pais, para saber se estão de acordo ou não. Do ponto de vista do ESP, as filmagens são uma questão totalmente irrelevante.

Obrigar os alunos a cantar o Hino Nacional não é sinal de doutrinação do governo?

Existe um conteúdo cívico que é perfeitamente legítimo dentro das escolas. Cantar o hino, por exemplo, está até previsto em lei. Cantar o hino não é fazer propaganda de governo. Isso é uma atividade cívica.

O Estado pode recomendar aos alunos esta atividade, ele tem todo o direito de fazer. Cantar o hino, em posição de sentido, é legítimo.

E se o aluno não se sentir à vontade, não quiser cantar o hino? Nos EUA, por exemplo, há relatos de crianças que são “punidas” por não fazer o juramento à bandeira americana. Você defende isso para o Brasil?

Em qualquer circunstancia, é preciso respeitar o direito à objeção de consciência. É necessário organizar os alunos para cantar o hino, de maneira respeitosa, como deve ser.

Ninguém pode cantar o hino jogando futebol, por exemplo. O servidor público que estiver organizando aquela atividade poderia dizer, simplesmente, que quem não quiser cantar tem todo direito de ficar sentado.

É direito a objeção de consciência, está na constituição federal

Você acha que funcionaria?

Na prática, eu não sei se funcionaria. Se eu fosse o diretor de uma escola, eu teria respeito, faria isso.

Mas se os alunos forem obrigados a cantar o hino e depois se sentirem lesados, poderão procurar os seus direitos. É só uma questão de organizar a atividade nos termos da legislação. No caso, a Constituição Federal.

É necessário garantir o direito à objeção de consciência dos alunos e pais.

topo ↕

GAZETA DO POVO – PR - BRASIL

Hino nacional, escolas militares e acesso à universidade: Vélez enfrenta sabatina no Senado

Em audiência pública, Ministro da Educação defendeu cotas e o aumento do número de alunos em sala de aula nas universidades públicas

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, reiterou, nesta terça-feira (26), que cantar o hino “não é constrangimento, é amor à Pátria”, que nem todos são chamados à universidade e que as escolas cívico militares são, em sua opinião, o melhor caminho para melhorar a qualidade e a segurança nas escolas.

Nunca foi tão importante estar bem informado. Sua assinatura financia o bom jornalismo.

assine a gazeta

As afirmações foram feitas no Senado, durante audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que durou três horas e meia e teve a presença de 26 senadores, da imprensa e também de manifestantes contrários ao governo. Logo no início, Vélez foi questionado sobre a retificação de e-mail no qual o Ministério da Educação (MEC) pedia a diretores de escolas públicas e particulares que filmassem os alunos cantando o hino nacional, com a leitura de uma mensagem que continha o slogan de Jair Bolsonaro durante a campanha eleitoral, “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”.

“Slogan de campanha foi um erro. Já tirei, reconheci, foi um engano. Tirei imediatamente”, afirmou Vélez Rodríguez. Sobre o hino, por outro lado, o ministro frisou que cantá-lo nas escolas “não é constrangimento, é amor à Pátria”.

Depois, Vélez falou rapidamente sobre sete temas que, segundo ele, são prioridade no governo: a política nacional de alfabetização, a implementação da Base Nacional Comum Curricular, a rediscussão do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), a reforma do ensino médio com o fomento de escolas técnicas, a difusão de escolas cívico-militares, da educação especial e a melhora na formação de professores.

“Nas urnas, de modo democrático, esta nação escolheu encerrar um ciclo que não representava seus valores. Elegeu Bolsonaro como porta-voz do resgate do espírito cívico, da família e do orgulho de ser brasileiro. Ser ministro, neste momento, é assumir o compromisso de tornar efetivas as mudanças queridas por milhões de brasileiros”, afirmou.

Alfinetadas

Durante o evento, o ministro enfrentou uma série de críticas, principalmente em relação às escolas militares. “Como se deu a implantação de escolas cívico militares em Goiás? Com o pedido da população”, respondeu. De acordo com Vélez, nos lugares em que há militares na gestão, não entre professores, não há o crime organizado e o tráfico de drogas. “Assim, renasce o espírito cívico, a parceria do colégio com as famílias e a segurança”, disse.

Sobre o fato de defender que a universidade não é o único caminho de profissionalização dos jovens, citou países como a Alemanha, em que 40% da população faz cursos técnicos no ensino médio, sem ingressar no ensino superior. “Vemos um abandono da escola no ensino fundamental e no ensino médio. Precisamos atacar essa debandada, oferecendo ao adolescente a possibilidade de uma formação profissionalizante no ensino médio”.

O ministro também defendeu as cotas “enquanto não for resolvida a questão do ensino básico de qualidade para todos e que possibilite no final do fundamental e do segundo grau aos jovens que quiserem entrar na universidade em pé de igualdade”. “Nossa dívida não está apenas numa questão de raça, mas de qualidade do nosso ensino básico e fundamental que no setor público ainda não é da qualidade que deveria ser”.

Para enfrentar o problema da falta de recursos para as universidades públicas e as dificuldades econômicas do país, Vélez propôs aumentar o número de alunos em salas de aula. “Nós poderíamos otimizar a excelente qualidade acadêmica das nossas universidades públicas colocando mais alunos em sala de aula, aumentando as vagas no setor público”.

As sete prioridades do governo para a educação

Na audiência desta terça-feira (26), Vélez elencou sete temas considerados centrais para a educação brasileira. Confira algumas das suas palavras para cada tema:

1) Política nacional de alfabetização

“Precisamos inverter o triângulo da educação. Hoje, o ensino superior tem precedência orçamentária sobre a educação básica. Isso precisa mudar. Não é rápido, fácil, mas precisamos dar os primeiros passos. Será meta prioritária para os 100 primeiros dias.

A má qualidade da alfabetização compromete todo o sistema de ensino em todos os níveis. (...) A falta de acesso à escola não é o principal motivo de analfabetismo. As crianças vão à escola e, mesmo assim, não são alfabetizadas.

Não queremos reinventar a roda, vamos ter humildade e fazer o que o mundo faz com sucesso. É um fato científico bem estabelecido que aprender a ler bem requer cinco coisas estabelecidas pelo National Reading Panel: 1) compreender o princípio alfabético; 2) aprender as correspondências entre grafemas e fonemas; 3) segmentar sequências ortográficas de palavras escritas em grafemas; 4) segmentar sequências fonológicas de palavras faladas em fonemas; 5) usar regras de correspondência grafema/fonema para decodificar a informação.

Leia também: Milhões não sabem escrever um simples bilhete. Governo propõe mudança de estratégia para reverter quadro

Assim, a política nacional de alfabetização terá em alta consideração as evidências e os critérios da ciência cognitiva da leitura conforme a vontade expressa do senhor presidente da república, na sua mensagem ao Congresso Nacional”.

2) Base Nacional Comum Curricular: contra o “leviatã centralizador”

“A Base Nacional Comum Curricular é um documento de mais de 500 páginas, extenso, fruto de muita discussão e anos de trabalho. Mas palavras impressas no papel não bastam para que o ensino tenha real qualidade.

Na realidade da sala de aula, a base precisa ser compreendida e complementada pelas contribuições das redes estaduais e municipais. Desde já, aproveito para convidar todos os gestores e professores a tornarem este documento vivo. Isso significa criticá-lo, adaptá-lo e entendê-lo no contexto das localidades. O MEC não pode ser um leviatã centralizador. Não é essa a proposta da base”.

3) Fundeb: “Mais Brasil, menos Brasília”

“É importante lembrar que, em breve, o formato do Fundo de Manutenção da Educação Básica, o Fundeb, será rediscutido. Os principais atores da educação brasileira, como o FNDE, a Undime e o precisam ser ouvidos. O tema é central para fortalecermos os municípios e, assim, fazermos valer a orientação de Bolsonaro: ‘Mais Brasil, menos Brasília’. Sabemos que há inúmeras desigualdades regionais no Brasil. O Fundeb cumpre um papel fundamental no financiamento da educação dos locais mais vulneráveis. A distribuição de recursos deve ser justa e inteligente, para beneficiar aqueles que mais precisam”.

4) Reforma do ensino médio

“Quanto ao ensino médio, é necessário torná-lo atrativo aos jovens. Aproximando-o das realidades práticas do trabalho. Mas um trabalho que supere lógicas ‘fordistas’. Hoje, é para o empreendedorismo, para a criatividade que temos de formar os jovens. O fortalecimento do quinto eixo informativo do novo ensino médio é estratégico para isso. Uma educação profissional e tecnológica, robusta, é o que marca as economias mais

avançadas atualmente. Precisamos de um ensino médio moderno, em diálogo com novas tecnologias. A rede federal, com seus mais de 600 campi pelo Brasil, pode ser indutora de um ensino médio vocacionado para a produção de tecnologia, atendendo às reais demandas do setor produtivo e da sociedade”.

5) Escolas cívico militares

“Ponto importante na educação básica. Durante a campanha, Bolsonaro destacou o desejo de difundir o modelo de escola de alto nível com base nos padrões de ensino e gestão empregados nos colégios militares. Experiências já em andamento, em diversos estados brasileiros, têm mostrado que a presença de militares no espaço escolar é algo bem visto e bem-vindo pelas famílias. Os indicadores de aprendizagem melhoram e ocorre redução da criminalidade. A adesão ao programa de escolas cívico militares no MEC será voluntária, ou seja, o governo federal respeitará a autonomia dos entes federados.”

6) Educação especial: “nenhum brasileiro para trás”

“Para fortalecer a educação especial, criamos uma nova secretaria, a Semesp, que possui duas diretorias voltadas para a educação especial. A diretoria de acessibilidade, mobilidade, inclusão e apoio a pessoas com deficiência. E a diretoria de políticas de educação bilíngue de surdos. Daremos continuidade e apoio à política nacional de educação especial. Priorizaremos a formação de tradutores e intérpretes de libras. Nosso mote é ‘nenhum brasileiro para trás’.”

7) Formação de professores

“É indispensável falar de um tema pelo qual tanto tenho apreço: a formação de professores. Como professor, sei dos desafios e aspectos inglórios da nossa profissão. Nem sempre o professor recebe o reconhecimento merecido. Tornou-se frequente, no Brasil, saber de casos de professores agredidos verbalmente e até fisicamente por alunos.

Isso é muito triste. Tornaram-se urgentes medidas que assegurem a disciplina dentro das escolas e a promoção de uma cultura de respeito e valorização da dignidade do professor.

A valorização do professor vai além do salário. O que os professores querem hoje? Trabalhar em um ambiente salubre e ver seus alunos aprenderem. Também querem ter oportunidades de aprimoramento profissional. Vamos investir na formação inicial e continuada de professores, cabendo à **Capes** o papel central nesse processo. E, assim, valorizando alunos, professores e demais atores da educação brasileira que construiremos bases sólidas e duradouras para o desenvolvimento humano e econômico do país”.

[topo](#)

METRO-DF - BRASIL

MEC recua e admite erro em comunicado às escolas

Polêmica. Ministro enviou nova carta sem o slogan de campanha e disse que filmagem só com autorização dos pais

Admitindo ter errado ao pedir que escolas de todo o país filmassem seus alunos cantando o Hino Nacional, o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, voltou atrás ontem da decisão e disse que os pais deverão autorizar o uso das imagens.

O e-mail de saudação enviado na segunda-feira aos centros de ensino foi revisado e na nova versão, expedida ontem, o slogan usado durante campanha do presidente Jair Bolsonaro foi retirado.

Há quase 60 dias no comando do MEC (Ministério da Educação), é a terceira vez que Vélez recua. Em nota, a pasta informou que nenhuma escola será obrigada a fazer as filmagens ou ler a carta e ressaltou que a "gravação deve ser precedida de autorização legal da pessoa filmada ou de seu responsável".

Os vídeos, segundo a solicitação, deverão ser destinados a uma conta do MEC, no tamanho de até 25MB, para "eventual uso institucional".

Repercussão

O assunto chegou a ser o segundo mais comentado no Twitter brasileiro. Ainda nas redes sociais, o episódio motivou uma espécie de contra-campanha patriótica, solicitando que, ao invés de filmar a hora do Hino Nacional, as escolas enviem ao e-mail do ministério os problemas que enfrentam.

A carta também virou alvo de apuração pela PFDC (Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão) - órgão do MPF (Ministério Público Federal) - que encaminhou ontem ao ministro "pedido de esclarecimento", destacando que o conteúdo da carta enviada fere a Constituição e o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Escola sem partido

Em uma sessão da CE (Comissão de Educação) do Senado ontem, Vélez defendeu as cotas nas universidades "enquanto não for resolvida a questão do ensino básico de qualidade para todos".

Na ocasião, o ministro reforçou que pretende aperfeiçoar a reforma do Ensino Médio - anunciada ainda no governo de Michel Temer e que a pasta não pretende por um fim às faculdades de EaD (Educação à Distância).

Resposta ao STF

Vélez respondeu ontem ao pedido de explicação da ministra Rosa Weber, do STF, e disse que foi "infeliz" com a frase "brasileiro viajando é um canibal".

[topo](#)

O LIBERAL - PA - NOTÍCIAS

Vélez admite ERROS

Agência Estado

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, admitiu ontem que errou ao colocar o slogan da campanha de Jair Bolsonaro em carta enviada a todas as escolas do País para ser lida aos alunos. Ele também afirmou que tiraria "de circulação" a mensagem que pedia que crianças fossem filmadas durante a execução do Hino Nacional. No entanto, em novo e-mail mandado às escolas, o Ministério da Educação (MEC) manteve a recomendação de gravar as crianças, desde que "precedida de autorização legal da pessoa filmada ou de seu responsável".

"Eu percebi o erro. Tirei essa frase (com slogan do governo). Tirei a parte correspondente a filmar crianças sem a autorização dos pais. Evidentemente se alguma coisa for publicada será dentro da lei, com a autorização dos pais", disse brevemente a jornalistas antes de audiência no Senado. Ali, houve protesto de estudantes. "Cantar o

Hino não é constrangimento, é amor à pátria. Slogan de campanha foi erro", completou.

O Ministério Público Federal deu ontem prazo de 24 horas para que Vélaz apresente justificativa para as cartas enviadas às escolas. O ofício cita 17 preceitos constitucionais e legais que seriam desrespeitados, entre eles o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que assegura o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade, com preservação da imagem. Também cita a Constituição, que diz que a publicidade dos atos não pode ter nada que caracterize promoção pessoal de autoridades.

Na carta anexa do novo e-mail, além de ter sido retirado o slogan "Brasil acima de tudo. Deus acima de todos", o texto foi levemente modificado. Em vez de "vamos saudar o Brasil dos novos tempos", diz somente "vamos saudar o Brasil". O MEC manteve o pedido de que a carta fosse lida para os alunos durante a execução do Hino. Mas a segunda versão tem a palavra "voluntariamente".

Em nota em seu site, o Ministério da Educação afirmou que "será feita uma seleção das imagens com trechos da leitura da carta e da execução do Hino Nacional para eventual uso institucional".

Sintepp critica o MEC. Seduc não se pronuncia.

O Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras em Educação Pública do Pará (Sintepp) se posicionou contrário à polêmica recomendação do Ministério da Educação (MEC). Coordenador de comunicação estadual do Sintepp, Mauro Borges disse que o sindicato irá publicar uma nota contrária à recomendação do ministro, "porque, no nosso entendimento, o Brasil está precisando muito mais de investimentos, principalmente o Pará, onde temos o menor Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) do país, do que dessas recomendações".

"A realidade das escolas públicas do país é triste. São escolas suca-teadas pela falta de investimento na infraestrutura, na qualificação dos profissionais que trabalham nesses locais. Então, vamos orientar que os alunos, pais e funcionários utilizem o link que o MEC disponibilizou para filmar e enviar as condições das escolas, ao invés do hino" disse.

Para ele, é preciso orientar que a comunidade escolar faça a coleta dessa material e denuncie para o ministério da educação, porque "a gente precisa de investimentos, e não expor as crianças".

Procurada por O LIBERAL, a Secretaria de Educação do Estado do Pará (Seduc) informou, por meio de nota, que "não recebeu nenhuma informação oficial a respeito desta determinação" e que, por isso, "não irá se pronunciar a respeito".

[topo](#)

O LIBERAL - PA - NOTÍCIAS

Professores debatem base curricular

Por iniciativa da Secretaria de Estado de Educação (Seduc), 500 professores das redes estadual e municipal de ensino do Pará encontram-se reunidos, desde ontem, no Centur, em Belém, para discutir implementação do novo Documento Curricular da Educação Infantil e do Ensino Fundamental da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O I Encontro Formativo sobre essa temática prosseguirá até amanhã. O evento é realizado em parceria com a União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime-PA) e serve

para discussão de aspectos sobre a implementação da proposta estadual referente à BNCC.

Essa proposta começou a ser discutida em 2011 e tem como princípios norteadores o respeito às diversas culturas amazônicas e suas inter-relações no espaço e no tempo; a educação ambiental, social e econômica e a interdisciplinaridade no processo ensino-aprendizagem.

No primeiro dia do evento, os professores trocaram experiências e discutiram acerca das diversas linguagens e saberes relacionados à cultura, identidade e vida social que permeiam o ensino público na cidade e no interior. "Todas essas práticas são importantes e precisam ser consideradas para a elaboração de cadernos pedagógicos que nortearão um ensino mais integrado e qualitativo no Estado", explicou a secretária-adjunta de Ensino da Seduc, Ana Paula Renato.

No Pará, o currículo foi homologado pelo Conselho Estadual de Educação (CEE), em 2018, após passar por consulta pública.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Programa de desenvolvimento leva profissionais da Educação Básica à Irlanda

27 de fevereiro de 2019 | 09h00

Uma parceria entre a **CAPES** e o Mary Immaculate College vai levar 30 profissionais da educação básica no Brasil para um curso de especialização em Limerick, na Irlanda. O projeto reforça o interesse da **CAPES** em promover a capacitação de profissionais que atuam nas escolas da rede pública nas áreas de coordenação ou supervisão pedagógica.

O curso de especialização de um ano, Graduate Diploma in Mentoring & Leadership in Education, será oferecido pelo Mary Immaculate College, e abrangerá o aperfeiçoamento na língua inglesa e o desenvolvimento de habilidades em liderança e gestão pedagógica.

Para participar do processo seletivo deste ano, candidatos devem exercer as funções de coordenador ou supervisor pedagógico na rede pública de educação básica, ter um certificado de proficiência em inglês e elaborar um projeto de trabalho na área de coordenação ou supervisão pedagógica.

Os benefícios do programa incluem passagens aéreas, auxílio instalação no valor de 1.300 euros, ajuda de custo no valor de 400 euros mensais, seguro de saúde, alojamento em instalações do Mary Immaculate College, taxas escolares e materiais didáticos do curso.

Durante sua estadia na Irlanda, os 30 profissionais da educação básica participarão de um curso preparatório de inglês, módulos acadêmicos que incluem áreas de liderança e gestão pedagógica, visitas e estágio supervisionado em escolas irlandesas da educação básica, e passeios culturais.

As inscrições estão abertas e vão até o dia 26 de março. Os 30 contemplados embarcarão para a Irlanda no dia 08 de junho e o início das atividades acadêmicas será

no dia 10 de junho de 2019.

Além dos 30 contemplados que participarão desta primeira etapa do programa, outros dois grupos de 30 profissionais cada desfrutarão da mesma experiência acadêmica e profissional nos anos subsequentes – parte do contrato e parceria firmados entre a **CAPES** e o Mary Immaculate College, na Irlanda.

Para fazer sua inscrição e obter mais informações sobre o programa, visite o site da **CAPES**.

Andrea Tissenbaum, a Tissen, escreve sobre estudar fora e a experiência internacional. Também oferece assessoria em educação e carreiras internacionais.

Entre em contato: tissen@uol.com.br

topo ↕

NOS BASTIDORES DA NOTÍCIA - TEMPO REAL

Educação precisa de mais recursos e menos discursos, destaca Izalci

Não se faz educação com discursos, mas com recursos, avaliou o senador Izalci Lucas (PSDB/DF), em audiência pública com o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodriguez, realizada nesta terça-feira (26) na Comissão de Educação de Educação, Cultura e Esporte (CE) do Senado. Para Izalci, a educação brasileira está no fundo do poço.

“Temos o mundo virtual e o real. Não dá para brincar com esse setor”, alertou o senador.

Durante o encontro, o ministro Vélez Rodrigues falou sobre as diretrizes e os programas prioritários do ministério para os próximos dois anos. Foram discutidos na reunião o Plano Nacional de Educação (PNE) que estabelece metas para melhorar a qualidade de ensino no país e a educação integral, além das mudanças que deverão ser realizadas na distribuição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Entre outros pontos, Vélez Rodriguez falou sobre alterações que serão feitas nos projetos pedagógicos das escolas de ensino médio e fundamental e sobre a adoção de uma política nacional de alfabetização, para melhorar a capacidade de compreensão e de leitura dos alunos. O ministro ainda defendeu a valorização dos professores por meio de uma parceria com a **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** no aperfeiçoamento dos docentes.

Sobre a valorização dos docentes, Izalci destacou que é preciso investir mais em educação e expôs os problemas enfrentados pelos bolsistas da pós-graduação da **Capes** e pelos docentes da Unb que lhe foram trazidos por representantes das duas instituições.

“Estive com o Secretário Executivo do MEC semana passada para tratar desses dois casos. Um deles é sobre o fato de que a UnB pagou durante 30 anos um adicional para os professores e agora a Justiça decidiu pelo corte de 26% dos salários. O outro é a questão do reajuste para os bolsistas de pós-graduação da **CAPES** que não recebem correção nas bolsas há seis anos”, relatou ao pedir ao ministro que olhe com carinho as questões sugeridas.

O senador mencionou temas que considera carentes de atenção, como a questão das creches, da formação dos professores e o incentivo, porque assim, esses profissionais poderão continuar trabalhando. Ele afirmou que é preciso acabar com o abandono da educação.

Além disso, Izalci também levantou a necessidade da criação de uma subcomissão para debater o plano nacional de educação e informou que vai apresentar requerimentos para a realização de audiências públicas para tratar dos temas mais urgentes de forma separada.

topo ↕

PLANTÃO NEWS - TEMPO REAL

Descoberta em Sergipe cigarrinha capaz de transmitir doença grave do coqueiro

Pesquisadores descobriram, em Sergipe, uma nova espécie de cigarrinha capaz de hospedar o agente causador do Amarelecimento Letal do Coqueiro (ALC), grave doença que pode chegar ao Brasil e que já se encontra em alerta sanitário desde 2013. Batizada de *Oecleus sergipensis* (em alusão ao nome do estado onde foi descoberta), é a primeira cigarrinha do gênero *Oecleus* Stål com ocorrência registrada em território brasileiro.

Sua descoberta é resultado de um esforço internacional de pesquisa para identificar potenciais vetores do ALC em regiões produtoras de coco. Os estudos envolvem a Embrapa, universidades e instituições de pesquisa do Brasil e do exterior, como o Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agrônômica para o Desenvolvimento (Cirad), da França; e o Centro de Pesquisa Científica de Yucatã (CICY), no México.

Os pesquisadores verificaram que a cigarrinha descoberta em Sergipe possui hábitos alimentares semelhantes ao vetor conhecido, que suga a seiva elaborada da planta, onde, caso ela esteja infectada, encontra-se o fitoplasma (bactéria parasitária desprovida de parede celular).

No Brasil, foi realizada a identificação molecular da nova espécie, por meio da caracterização genética. A confirmação de identificação morfológica da nova espécie foi feita pelo pesquisador do Departamento de Entomologia da Universidade de Delaware (Udel), Estados Unidos, Charles Bartlett, considerado o maior especialista no gênero *Oecleus* Stål no mundo.

Os espécimes foram coletados entre 2015 e 2016 nos bancos genéticos de coqueiro que a Embrapa mantém no município de Neópolis, no Baixo São Francisco Sergipano, e em Itaporanga d'Ajuda, no litoral sul do estado, além do parque Augusto Franco, localizado ao lado da Unidade da Embrapa, na capital sergipana.

O cientista americano assina, com as duas bolsistas, o pesquisador da Embrapa e o cientista francês, artigo publicado na revista internacional *Zootaxa*, especializada em identificação de espécies animais, no qual a nova cigarrinha é descrita.

São responsáveis pela descoberta as bolsistas Flaviana Gonçalves da Silva, de doutorado pela Coordenadora de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); e Eliana Maria dos Passos, de pós-doutorado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sob orientação do pesquisador Leandro Diniz, da Embrapa Tabuleiros Costeiros (SE). Também integra o grupo o

pesquisador Michel Dollet, do Cirad, que atua em cooperação no Brasil desde 2014.

Esses e outros resultados de pesquisa são frutos dos projetos "Aprimoramento do conhecimento científico sobre o amarelecimento letal do coqueiro e outras doenças em palmeiras", liderado pela Embrapa, e da rede de cooperação científica internacional mantida na plataforma Marketplace, que congrega pesquisadores da Embrapa e outras instituições.

Potencial vetor do ALC

Até o momento, o único agente transmissor cientificamente confirmado do amarelecimento letal é a cigarrinha da espécie *Haplaxius crudus*.

Nas expedições de coletas de cigarrinhas feitas em 2015 e 2016 pelos pesquisadores em Sergipe, Bahia e Alagoas, foram capturados milhares de indivíduos, mas nenhum do gênero *Haplaxius*. Espécimes desse gênero, contudo, foram encontrados em número elevado (aproximadamente 97%) durante uma visita de duas semanas a áreas produtoras do Pará, em 2016.

"Na época, fizemos a notificação às autoridades fitossanitárias do estado, bem como ao Ministério da Agricultura (Mapa). Esse se configurou como o primeiro registro oficial da presença do vetor conhecido do ALC no Brasil", conta o pesquisador Marcelo Fernandes, chefe-geral interino da Embrapa Tabuleiros Costeiros e membro do projeto em rede.

Um fato que chama a atenção dos cientistas é a presença do ALC em plantações de coqueiro em países da África, apesar de não haver qualquer registro da ocorrência de cigarrinhas dos gêneros *Haplaxius* ou *Oecleus Stål*. Isso aumenta as suspeitas de que outros gêneros e espécies tenham potencial para transmitir a doença.

No caso da *Oecleus Stål*, testes de transmissibilidade em ambiente controlado com apoio da CICY, no México, onde a doença já ocorre, deverão confirmar ou não a possibilidade de essas cigarrinhas atuarem como vetores.

Levantamentos e estudos conduzidos no México pelo pesquisador Carlos Oropeza, do CICY, já apontaram a presença do fitoplasma no trato digestivo de cigarrinhas do gênero *Oecleus Stål* capturadas em plantios de coqueiro naquele país.

Essas descobertas feitas pela rede de pesquisa elevam ainda mais a preocupação e o nível de alerta para uma eventual chegada da doença ao Brasil, onde as plantações de coqueiros e outras palmáceas têm importância econômica e paisagística.

A doença

O amarelecimento letal do coqueiro é uma doença causada por um microrganismo do tipo fitoplasma que se dissemina por meio de insetos vetores, os quais se alimentam das folhas e do floema (seiva elaborada) de palmáceas, levando o agente causador de uma planta para outra.

Esse mal atinge coqueirais e palmeiras da África, Costa Atlântica, várias ilhas da América do Norte e Central e já se encontra no México e Honduras.

Quando o ALC acomete uma área, a paisagem muda em questão de meses. Os coqueirais afetados ficam, na fase final da doença, com os estipes (nome dado ao tronco do coqueiro) sem folhas, lembrando postes, e a imagem contrasta com os cartões postais de praias tropicais.

Milhões de palmeiras mortas no Caribe

A doença foi responsável pela morte de mais de sete milhões de palmeiras na Jamaica em 1980. Epidemias similares a essa ocorreram também em Cuba, Haiti, República Dominicana, Bahamas e Flórida. Em 1997 a doença chegou a Cozumel e Cancun, no México, e seguiu pela península de Yucatán até Honduras. Nos últimos 30 anos, cerca de 50% dos coqueiros da Flórida e 80% dos da Jamaica morreram em consequência do Amarelecimento Letal.

As plantas infectadas morrem em um período de três a seis meses após o aparecimento dos primeiros sintomas. Não existem tratamentos eficientes para o controle dessa doença.

De acordo com Michel Dollet, é impossível prever por onde ou quando a doença poderá chegar ao Brasil. "O Amarelecimento Letal pode chegar via América Central, Caribe ou diretamente da Flórida (EUA) ou de Moçambique, na África. Muitos focos são resultantes de importação sem controle que introduzem a doença e seu inseto vetor", explica.

Sistema de alerta

Uma das iniciativas do projeto liderado pela Embrapa foi a edição de um boletim de alerta para a doença, que teve distribuição massificada entre produtores, agentes de defesa agropecuária e assistentes técnicos das regiões produtoras. A publicação está disponível online desde 2015.

Agentes de defesa agropecuária dos estados produtores e com potencial para aparecimento da doença, como Sergipe, Roraima e Pará, foram treinados pelos pesquisadores para reconhecer os sintomas e realizar a coleta de forma adequada das partes das plantas para reconhecimento em laboratório.

Outra ação do projeto foi promover a preparação de três laboratórios no País para receberem as amostras e realizarem os testes fitopatológicos para a identificação segura e precisa do fitoplasma que causa o ALC.

Foi iniciada em 2018 a instalação de plantações sentinelas em áreas com potencial para o aparecimento da doença no Brasil. Essas parcelas serão monitoradas continuamente para a rápida detecção caso a doença surja.

Os sintomas aparecem em sequência, começando pela queda repentina de todos os frutos da planta, tanto os grandes quanto os pequenos; em seguida se observa o amarelecimento das folhas mais velhas, que estão na porção mais baixa da planta; depois vem o escurecimento, manchas marrons e necrose das inflorescências; no próximo estágio, há a progressão do amarelecimento das folhas de baixo para cima – após amarelecer, a folha se torna marrom e ocorre a sua queda; no estágio final ocorre o

apodrecimento e morte da planta, restando apenas o estipe sem folhas.

O que fazer em caso de suspeita de ALC

Assim que o produtor perceber um ou mais coqueiros, ou outra espécie de palmeira, com os sintomas descritos, deve fotografar as plantas e entrar em contato com a Embrapa por meio do Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC).

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) instituiu, no fim de 2013, um plano de contingência para o Amarelecimento Letal do coqueiro. Registrado na Instrução Normativa número 47, o plano determinou a criação do Grupo Nacional de Emergência Fitossanitária (em que estão integrados pesquisadores da Embrapa) para identificar, propor e articular a implementação de ações preventivas de vigilância fitossanitária relacionadas à doença.

“O Mapa, em articulação com a Embrapa, está promovendo levantamentos de detecção e delimitação para avaliar a presença do vetor da doença nos estados produtores de coco”, informa a coordenadora-geral de Proteção de Plantas do Ministério da Agricultura, Graciane Gonçalves Magalhães Castro. Ela conta que as ações fazem parte do Plano de Contingência para o Amarelecimento Letal do Coqueiro.

Com a continuação do projeto, os cientistas envolvidos continuarão fornecendo ao Ministério todas as informações técnicas disponíveis para a elaboração de um protocolo detalhado de identificação e controle da doença.

Viviane Talamini, pesquisadora da Embrapa especialista em doenças do coqueiro, alerta que só é possível determinar em definitivo se a planta está infectada pelo Amarelecimento Letal por meio de exames em laboratórios especializados. Por isso, ela ressalta que é importante que o produtor, ao notar os sintomas descritos, entre em contato com a Embrapa.

O produtor deve, também, procurar a Superintendência Federal de Agricultura (SFA) do seu estado, que adotará os procedimentos de coleta de amostras na plantação e as encaminhará para exames nos laboratórios, sob a responsabilidade do Departamento de Sanidade Vegetal (DSV) do Ministério da Agricultura. Os contatos da Ouvidoria do Mapa em Brasília são 0800 704 1995 e ouvidoria@agricultura.gov.br.

Os especialistas afirmam que a única maneira de contingenciar a doença é quando existem poucas plantas infectadas. Ao permitir que um foco da doença se dissemine, poderá ser necessário que todas as plantas da área sejam destruídas. Caso contrário, a doença vai se espalhar para plantações vizinhas e poderá atingir todo o País. Os pesquisadores ressaltam que a doença não causa qualquer problema à saúde humana e animal.

Resistência

No âmbito da plataforma Marketplace, com o objetivo de identificar potencial de tolerância e resistência de variedades de coqueiro anão-verde (usado para produção de água de coco), a Embrapa enviou materiais do tipo anão-verde do Brasil, do banco genético mantido em Sergipe, para plantio em campo no México, com apoio do CICY. Em novembro de 2018, os pesquisadores Elio Guzzo e Elias Ribeiro, da Embrapa

Tabuleiros Costeiros, visitaram áreas cultivadas no país norte-americano para observar o comportamento do anão-verde do Brasil diante da doença.

Eles observaram em campo que nos locais onde o ALC ocorre e já acomete diversos coqueiros, a variedade brasileira não apresentava os sintomas. Esse fato é um indicativo promissor de que a variedade, largamente cultivada no Brasil, tem grande potencial de tolerância e resistência ao fitoplasma.

Quarentenárias

Praga ou doença quarentenária é todo organismo de natureza animal ou vegetal, ou microrganismo que, estando presente em outros países ou regiões, mesmo sob controle permanente, constitui ameaça à economia agrícola do país ou região importadora exposta. A definição das pragas quarentenárias é coordenada pelo Mapa, que mantém uma lista atualizada de quarentenárias.

Esses organismos são geralmente exóticos e podem ser transportados de um local para outro, auxiliados pelo homem e seus meios de transporte, por meio do trânsito de plantas, animais ou por frutos e sementes infestadas.

As pragas quarentenárias se agrupam em duas categorias: A1, as pragas exóticas não presentes no País; e A2, pragas de importância econômica potencial, já presentes no País, porém apresentando disseminação localizada e submetidas a programa oficial de controle.

topo ↕

PORTAL FATOR BRASIL - TEMPO REAL

Doutorado em Odontologia da Ilapeo abre período de inscrições

Curitiba (PR) — O Doutorado Profissional em Odontologia é o mais novo curso ofertado pela Faculdade Ilapeo, de Curitiba (PR). Entre as propostas do curso estão a de formar profissionais com qualificação para atuar em áreas como clínica, docência, pesquisa acadêmica ou industrial; e nos setores comercial e da indústria. Com concentração em Implantodontia e Ortodontia, o doutorado da Ilapeo é o primeiro na modalidade profissional aprovado no Brasil.

Outro diferencial do curso é a internacionalização, já que por meio de convênios com instituições de ensino de outros países, irá promover o intercâmbio dos alunos para a formação também no exterior. O coordenador dos programas de Mestrado e Doutorado da Faculdade Ilapeo, Luis Eduardo Marques Padovan comenta que o curso foi aprovado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior (CAPES), do Ministério da Educação (MEC), no final do ano passado. E isso foi reflexo do bom desempenho do programa da instituição, que teve a nota majorada na última avaliação do órgão.

“Em 2017 programa de mestrado profissional da Ilapeo passou a ter nota 4 junto ao CAPES, o que tornou a faculdade apta a implantar cursos de doutorado. Agora estamos ofertando o curso na modalidade profissional que amplia as possibilidades dos profissionais de atuar na área da odontologia”, comenta Padovan. A proximidade da instituição de ensino com empresas do setor também será um facilitador para a formação dos alunos, destaca o diretor científico da Ilapeo, Geninho Thomé. “A parceira da Faculdade com empresas como a Neodent, Straumann e Neoortho são

fundamentais para os cursos da Ilapeo, pois elas fornecem materiais, tecnologia e financiamento. Além desses benefícios os alunos do doutorado poderão trabalhar no desenvolvimento de pesquisas e de novos produtos”, afirma.

Para a diretora geral da Faculdade Ilapeo, Clemilda Thomé a implantação do curso de doutorado reforça o papel da instituição de ser uma escola de referência. Além disso, o início do curso também marca os 15 anos da Faculdade, que será comemorado em 2019. “Nesses 15 anos de atividades conseguimos concretizar o sonho de transformar a Ilapeo em um centro de formação continuada de referência para os profissionais da odontologia. Para isso investimos na estrutura física e nos mais competentes professores e colaboradores. E o reconhecimento veio por meio da aprovação do **CAPES** na liberação do curso de doutorado, de forma pioneira no País”, ressalta.

Inscrições — O curso de Doutorado Profissional em Odontologia tem duração de 36 meses, com carga horária de 72 créditos. Ao todo estão sendo ofertadas 12 vagas. O exame de seleção será agendado e as aulas começam no dia 4 de junho. Outras informações podem ser obtidas no site www.ilapeo.com.br.

topo ↕

URGENTE NEWS - TEMPO REAL

Descoberta em Sergipe cigarrinha capaz de transmitir doença grave do coqueiro

Pesquisadores descobriram, em Sergipe, uma nova espécie de cigarrinha capaz de hospedar o agente causador do Amarelecimento Letal do Coqueiro (ALC), grave doença que pode chegar ao Brasil e que já se encontra em alerta sanitário desde 2013. Batizada de *Oecleus sergipensis* (em alusão ao nome do estado onde foi descoberta), é a primeira cigarrinha do gênero *Oecleus* Stål com ocorrência registrada em território brasileiro.

Sua descoberta é resultado de um esforço internacional de pesquisa para identificar potenciais vetores do ALC em regiões produtoras de coco. Os estudos envolvem a Embrapa, universidades e instituições de pesquisa do Brasil e do exterior, como o Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agrônômica para o Desenvolvimento (Cirad), da França; e o Centro de Pesquisa Científica de Yucatã (CICY), no México.

Os pesquisadores verificaram que a cigarrinha descoberta em Sergipe possui hábitos alimentares semelhantes ao vetor conhecido, que suga a seiva elaborada da planta, onde, caso ela esteja infectada, encontra-se o fitoplasma (bactéria parasitária desprovida de parede celular).

No Brasil, foi realizada a identificação molecular da nova espécie, por meio da caracterização genética. A confirmação de identificação morfológica da nova espécie foi feita pelo pesquisador do Departamento de Entomologia da Universidade de Delaware (Udel), Estados Unidos, Charles Bartlett, considerado o maior especialista no gênero *Oecleus* Stål no mundo.

Os espécimes foram coletados entre 2015 e 2016 nos bancos genéticos de coqueiro que a Embrapa mantém no município de Neópolis, no Baixo São Francisco Sergipano, e em Itaporanga d’Ajuda, no litoral sul do estado, além do parque Augusto Franco, localizado ao lado da Unidade da Embrapa, na capital sergipana.

O cientista americano assina, com as duas bolsistas, o pesquisador da Embrapa e o cientista francês, artigo publicado na revista internacional *Zootaxa*, especializada em

identificação de espécies animais, no qual a nova cigarrinha é descrita.

São responsáveis pela descoberta as bolsistas Flaviana Gonçalves da Silva, de doutorado pela Coordenadora de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); e Eliana Maria dos Passos, de pós-doutorado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sob orientação do pesquisador Leandro Diniz, da Embrapa Tabuleiros Costeiros (SE). Também integra o grupo o pesquisador Michel Dollet, do Cirad, que atua em cooperação no Brasil desde 2014.

Esses e outros resultados de pesquisa são frutos dos projetos "Aprimoramento do conhecimento científico sobre o amarelecimento letal do coqueiro e outras doenças em palmeiras", liderado pela Embrapa, e da rede de cooperação científica internacional mantida na plataforma Marketplace, que congrega pesquisadores da Embrapa e outras instituições.

Potencial vetor do ALC

Até o momento, o único agente transmissor cientificamente confirmado do amarelecimento letal é a cigarrinha da espécie *Haplaxius crudus*.

Nas expedições de coletas de cigarrinhas feitas em 2015 e 2016 pelos pesquisadores em Sergipe, Bahia e Alagoas, foram capturados milhares de indivíduos, mas nenhum do gênero *Haplaxius*. Espécimes desse gênero, contudo, foram encontrados em número elevado (aproximadamente 97%) durante uma visita de duas semanas a áreas produtoras do Pará, em 2016.

"Na época, fizemos a notificação às autoridades fitossanitárias do estado, bem como ao Ministério da Agricultura (Mapa). Esse se configurou como o primeiro registro oficial da presença do vetor conhecido do ALC no Brasil", conta o pesquisador Marcelo Fernandes, chefe-geral interino da Embrapa Tabuleiros Costeiros e membro do projeto em rede.

Um fato que chama a atenção dos cientistas é a presença do ALC em plantações de coqueiro em países da África, apesar de não haver qualquer registro da ocorrência de cigarrinhas dos gêneros *Haplaxius* ou *Oecleus Stål*. Isso aumenta as suspeitas de que outros gêneros e espécies tenham potencial para transmitir a doença.

No caso da *Oecleus Stål*, testes de transmissibilidade em ambiente controlado com apoio da CICY, no México, onde a doença já ocorre, deverão confirmar ou não a possibilidade de essas cigarrinhas atuarem como vetores.

Levantamentos e estudos conduzidos no México pelo pesquisador Carlos Oropeza, do CICY, já apontaram a presença do fitoplasma no trato digestivo de cigarrinhas do gênero *Oecleus Stål* capturadas em plantios de coqueiro naquele país.

Essas descobertas feitas pela rede de pesquisa elevam ainda mais a preocupação e o nível de alerta para uma eventual chegada da doença ao Brasil, onde as plantações de coqueiros e outras palmáceas têm importância econômica e paisagística.

A doença

O amarelecimento letal do coqueiro é uma doença causada por um microrganismo do tipo fitoplasma que se dissemina por meio de insetos vetores, os quais se alimentam das folhas e do floema (seiva elaborada) de palmáceas, levando o agente causador de uma planta para outra.

Esse mal atinge coqueirais e palmeiras da África, Costa Atlântica, várias ilhas da América do Norte e Central e já se encontra no México e Honduras.

Quando o ALC acomete uma área, a paisagem muda em questão de meses. Os coqueirais afetados ficam, na fase final da doença, com os estipes (nome dado ao tronco do coqueiro) sem folhas, lembrando postes, e a imagem contrasta com os cartões postais de praias tropicais.

Milhões de palmeiras mortas no Caribe

A doença foi responsável pela morte de mais de sete milhões de palmeiras na Jamaica em 1980. Epidemias similares a essa ocorreram também em Cuba, Haiti, República Dominicana, Bahamas e Flórida. Em 1997 a doença chegou a Cozumel e Cancun, no México, e seguiu pela península de Yucatán até Honduras. Nos últimos 30 anos, cerca de 50% dos coqueiros da Flórida e 80% dos da Jamaica morreram em consequência do Amarelecimento Letal.

As plantas infectadas morrem em um período de três a seis meses após o aparecimento dos primeiros sintomas. Não existem tratamentos eficientes para o controle dessa doença.

De acordo com Michel Dollet, é impossível prever por onde ou quando a doença poderá chegar ao Brasil. “O Amarelecimento Letal pode chegar via América Central, Caribe ou diretamente da Flórida (EUA) ou de Moçambique, na África. Muitos focos são resultantes de importação sem controle que introduzem a doença e seu inseto vetor”, explica.

Sistema de alerta

Uma das iniciativas do projeto liderado pela Embrapa foi a edição de um boletim de alerta para a doença, que teve distribuição massificada entre produtores, agentes de defesa agropecuária e assistentes técnicos das regiões produtoras. A publicação está disponível online desde 2015.

Agentes de defesa agropecuária dos estados produtores e com potencial para aparecimento da doença, como Sergipe, Roraima e Pará, foram treinados pelos pesquisadores para reconhecer os sintomas e realizar a coleta de forma adequada das partes das plantas para reconhecimento em laboratório.

Outra ação do projeto foi promover a preparação de três laboratórios no País para receberem as amostras e realizarem os testes fitopatológicos para a identificação segura e precisa do fitoplasma que causa o ALC.

Foi iniciada em 2018 a instalação de plantações sentinelas em áreas com potencial para o aparecimento da doença no Brasil. Essas parcelas serão monitoradas continuamente para a rápida detecção caso a doença surja.

Os sintomas aparecem em sequência, começando pela queda repentina de todos os frutos da planta, tanto os grandes quanto os pequenos; em seguida se observa o amarelecimento das folhas mais velhas, que estão na porção mais baixa da planta; depois vem o escurecimento, manchas marrons e necrose das inflorescências; no próximo estágio, há a progressão do amarelecimento das folhas de baixo para cima – após amarelecer, a folha se torna marrom e ocorre a sua queda; no estágio final ocorre o apodrecimento e morte da planta, restando apenas o estipe sem folhas.

O que fazer em caso de suspeita de ALC

Assim que o produtor perceber um ou mais coqueiros, ou outra espécie de palmeira, com os sintomas descritos, deve fotografar as plantas e entrar em contato com a Embrapa por meio do Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC).

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) instituiu, no fim de 2013, um plano de contingência para o Amarelecimento Letal do coqueiro. Registrado na Instrução Normativa número 47, o plano determinou a criação do Grupo Nacional de Emergência Fitossanitária (em que estão integrados pesquisadores da Embrapa) para identificar, propor e articular a implementação de ações preventivas de vigilância fitossanitária relacionadas à doença.

“O Mapa, em articulação com a Embrapa, está promovendo levantamentos de detecção e delimitação para avaliar a presença do vetor da doença nos estados produtores de coco”, informa a coordenadora-geral de Proteção de Plantas do Ministério da Agricultura, Graciane Gonçalves Magalhães Castro. Ela conta que as ações fazem parte do Plano de Contingência para o Amarelecimento Letal do Coqueiro.

Com a continuação do projeto, os cientistas envolvidos continuarão fornecendo ao Ministério todas as informações técnicas disponíveis para a elaboração de um protocolo detalhado de identificação e controle da doença. Viviane Talamini, pesquisadora da Embrapa especialista em doenças do coqueiro, alerta que só é possível determinar em definitivo se a planta está infectada pelo Amarelecimento Letal por meio de exames em laboratórios especializados. Por isso, ela ressalta que é importante que o produtor, ao notar os sintomas descritos, entre em contato com a Embrapa.

O produtor deve, também, procurar a Superintendência Federal de Agricultura (SFA) do seu estado, que adotará os procedimentos de coleta de amostras na plantação e as encaminhará para exames nos laboratórios, sob a responsabilidade do Departamento de Sanidade Vegetal (DSV) do Ministério da Agricultura. Os contatos da Ouvidoria do Mapa em Brasília são 0800 704 1995 e ouvidoria@agricultura.gov.br.

Os especialistas afirmam que a única maneira de contingenciar a doença é quando existem poucas plantas infectadas. Ao permitir que um foco da doença se dissemine, poderá ser necessário que todas as plantas da área sejam destruídas. Caso contrário, a doença vai se espalhar para plantações vizinhas e poderá atingir todo o País. Os pesquisadores ressaltam que a doença não causa qualquer problema à saúde humana e animal.

Resistência

No âmbito da plataforma Marketplace, com o objetivo de identificar potencial de tolerância e resistência de variedades de coqueiro anão-verde (usado para produção de água de coco), a Embrapa enviou materiais do tipo anão-verde do Brasil, do banco genético mantido em Sergipe, para plantio em campo no México, com apoio do CICY. Em novembro de 2018, os pesquisadores Elio Guzzo e Elias Ribeiro, da Embrapa Tabuleiros Costeiros, visitaram áreas cultivadas no país norte-americano para observar o comportamento do anão-verde do Brasil diante da doença.

Eles observaram em campo que nos locais onde o ALC ocorre e já acomete diversos coqueiros, a variedade brasileira não apresentava os sintomas. Esse fato é um indicativo promissor de que a variedade, largamente cultivada no Brasil, tem grande potencial de tolerância e resistência ao fitoplasma.

Quarentenárias

Praga ou doença quarentenária é todo organismo de natureza animal ou vegetal, ou microrganismo que, estando presente em outros países ou regiões, mesmo sob controle permanente, constitui ameaça à economia agrícola do país ou região importadora exposta. A definição das pragas quarentenárias é coordenada pelo Mapa, que mantém uma lista atualizada de quarentenárias.

Esses organismos são geralmente exóticos e podem ser transportados de um local para outro, auxiliados pelo homem e seus meios de transporte, por meio do trânsito de plantas, animais ou por frutos e sementes infestadas.

As pragas quarentenárias se agrupam em duas categorias: A1, as pragas exóticas não presentes no País; e A2, pragas de importância econômica potencial, já presentes no País, porém apresentando disseminação localizada e submetidas a programa oficial de controle.

Contatos para a imprensa
tabuleiros-costeiros.imprensa
Telefone: (79) 4009-1381

[topo](#)

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

De livros didáticos ao Hino: veja polêmicas envolvendo Vélez Rodríguez Ministro da Educação admitiu erro ao colocar slogan de campanha em carta enviada às escolas

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, admitiu nesta terça-feira, 26, que errou ao colocar o slogan da campanha de Jair Bolsonaro em carta enviada a todas as escolas do País para ser lida aos alunos. A medida, divulgada na segunda, causou reações no meio educacional e entre pais de estudantes.

Vélez teve de lidar, logo ao assumir, com o edital dos livros didáticos de 2020. Na primeira versão, não seriam mais necessárias referências bibliográficas. Também foi retirado o item que impedia publicidade e coibia erros de revisão e impressão. Após a divulgação, o MEC retirou o texto e abriu sindicância, alegando erro da gestão anterior.

Canibal?

Em declaração à revista *Veja*, o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, afirmou que o brasileiro viajando é um “canibal”, pois “rouba coisas dos hotéis” e isso precisa ser revertido na escola. Questionado no Supremo Tribunal Federal, ele informou à ministra Rosa Weber que foi “infeliz” na declaração.

Cazuza

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, teve de se retratar após atribuir erroneamente uma frase ao cantor Cazuza, morto em 1990. Pelo Twitter, Vélez Rodríguez comunicou que ligou para a mãe de Cazuza, Lucinha Araújo, para "desfazer o equívoco". Em uma entrevista, Vélez Rodríguez citou Cazuza ao ser questionado sobre se liberdade não incluiria ensinar marxismo, fascismo e liberalismo. "Liberdade não é o que pregava Cazuza, que dizia que liberdade é passar a mão no guarda. Não! Isso é desrespeito à autoridade, vai para o xilindró", disse Vélez Rodríguez.

Hino Nacional

Vélez enviou carta a diretores de escola, sugerindo leitura de um texto com slogan de Bolsonaro e filmagens. A mensagem causou reação no meio educacional. O Conselho de Secretários Estaduais disse que a recomendação feria a autonomia dos entes da Federação e algumas pastas indicaram que não seguiriam a proposta. Vélez Rodríguez teve de abrir mão do slogan e indicar que gravações “precisam ser autorizadas”.

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Ministério Público dá 24 horas para MEC justificar envio de carta a escolas
Ministro da Educação precisará mostrar argumentos válidos e constitucionais para ter pedido que gestores filmem crianças durante Hino Nacional e assinar com slogan da campanha de Bolsonaro

Eu, Estudante

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal (PFDC/MPF) pediu esclarecimentos ao ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodrigues, sobre o envio de carta às escolas brasileiras, solicitando que os estudantes fossem mantidos perfilados para a leitura de uma carta do ministro (que termina com o slogan de campanha de Bolsonaro) e a execução do Hino Nacional.

Em ofício encaminhado nesta terça-feira (26), a procuradoria requer que o ministério da Educação (MEC) apresente justificativa para essa carta em até 24 horas. Na avaliação do órgão do MPF, o ministro precisa apresentar justificativa fundamentada nos preceitos constitucionais e legais a que estão submetidos todos os agentes públicos.

No documento enviado, a PFDC cita os artigos 5 e 37 da Constituição Federal. O primeiro assegura a livre manifestação de pensamento e que é inviolável a liberdade de consciência e de crença, além de estabelecer como invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação e a punição por qualquer discriminação a direitos e liberdades fundamentais.

Já o artigo 37 define que a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, não podendo constar nela nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos.

A procuradoria cita ainda o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que assegura que a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis. O ECA prevê a inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, entre outros aspectos.

Educadores repudiaram o documento; e o próprio ministro admitiu que o envio com o slogan foi um erro, motivo pelo qual o MEC prometeu enviar nova versão da carta às escolas. O Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e secretarias de Educação de estados também se posicionaram contra o documento.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Ministro diz que errou ao pedir filmagem de crianças cantando hino Só será divulgada com autorização da família, disse Ricardo Vélez Rodriguez. Ele decidiu mandar nova carta às escolas sem o slogan de campanha eleitoral de Bolsonaro.

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, admitiu nesta terça-feira (26) que errou ao pedir que escolas filmem alunos cantando o Hino Nacional sem autorização e também decidiu retirar o slogan eleitoral de Jair Bolsonaro da carta enviada às escolas. Ao chegar ao Senado para uma audiência na Comissão de Educação, o ministro reconheceu o erro.

Na segunda-feira (25), uma mensagem dele enviada a escolas públicas e particulares de todo o país acabou gerando muitas críticas.

No documento, Vélez Rodríguez pedia que fosse lida uma carta aos alunos com slogan da campanha de Bolsonaro: “Brasil acima de tudo; Deus acima de todos”; que as crianças ficassem perfiladas diante da bandeira do Brasil para o Hino Nacional e depois filmadas.

Nesta terça-feira (26), o ministro disse que qualquer publicação terá autorização prévia:

“Slogan de campanha foi um erro, já tirei, reconheci, foi um engano. Quanto à filmagem, só será divulgada com autorização da família”, disse ele.

As mudanças foram feitas depois das críticas de educadores e instituições de ensino. Mas o novo comunicado que ainda será enviado às escolas mantém o pedido de filmagem das crianças cantando o Hino Nacional. A diferença é que a mensagem agora deixa clara a necessidade de autorização dos pais: “A gravação deve ser precedida de autorização legal da pessoa filmada ou de seu responsável”.

O ministério pede que os vídeos sejam enviados para o MEC e para a Secretaria de Comunicação da Presidência da República para “eventual uso institucional”. O ministério não deu mais detalhes.

Senadores questionaram o ministro. A líder do Progressistas, Daniella Ribeiro, comentou as mudanças na carta.

“O senhor reconheceu aqui, agora, pediu desculpas e disse que retirou, já foi retirado o slogan, mas fica aqui também o pedido para que haja, não há nada demais em ninguém tomar uma atitude e reconhecer que ela não é, não é correta e retirar”.

Na audiência, Ricardo Vélez Rodriguez falou de outros temas. O ministro defendeu a presença de policiais militares em escolas. Disse que inibe tráfico de drogas criando ambiente mais seguro e afirmou que não se trata de militarismo.

“Não é o militarismo, não é a violência, não. É o amor pelo Brasil. Moramos num país fantástico, com muitas riquezas, muitas possibilidades. O renascimento desse espírito cívico renasce num ambiente pacificado, onde a violência não dita a regra e onde o interesse pelo estudo começa a crescer”, afirmou.

O ministro reforçou que é favorável ao sistema de cotas para compensar a qualidade do ensino básico e fundamental. Disse que o orçamento das universidades públicas é preocupante diante da crise na economia e defendeu aumento do número de alunos por sala de aula.

“Devemos encontrar uma forma de melhor gerir o nosso patrimônio público que não é privatizável que deve continuar patrimônio público. De que forma? A primeira: otimizando o rendimento das universidades públicas da sua região. A relação professor-aluno nas públicas ainda é folgada no Brasil: é de 1 para 11 ou 1 para 7. Quando no setor privado está 1 para 20. E quando em países, por exemplo, como os Estados Unidos, França ou Alemanha, é de 1 para 50 ou 1 para 60”.

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Estados rejeitam comunicado do MEC e ressaltam autonomia das escolas O ES, estado com o melhor ensino médio do país, informou que seus diretores não deverão produzir nem divulgar imagens dos alunos de sua escola

São Paulo – A maioria dos Estados divulgou notas com críticas à mensagem do Ministério da Educação (MEC) e ressaltando a autonomia das escolas no país.

São Paulo, cujo governador João Doria (PSDB) é aliado de Jair Bolsonaro, disse em nota que “considera primordial a valorização de símbolos nacionais, como a execução do Hino Nacional, no âmbito das escolas estaduais” e ressaltou que bandeiras seriam distribuídas.

Mas afirmou que usar a imagem do estudante sem autorização dos pais é “terminantemente proibido”. Ao se referir ao slogan de campanha, o texto da Secretaria da Educação afirmou que “o ambiente escolar deve ser preservado”.

Estados como Espírito Santo, Ceará, Paraíba, Amazonas, Amapá, Rio Grande do Norte e Sergipe anunciaram que seus diretores não iriam cumprir o pedido do MEC.

A revista que é sua fonte de informações sobre o mundo dos negócios e da economia. Assine EXAME a partir de R\$ 9,90 nos 3 primeiros meses.

O Espírito Santo, cujo desempenho dos alunos do ensino médio é hoje o melhor do país, informou enfaticamente que “seus diretores não deverão, mesmo que voluntariamente, produzir nem divulgar imagens dos alunos de sua escola para fins alheios às atividades

desta Secretaria”. O governador Renato Casagrande é do PSB, um partido de oposição a Bolsonaro.

Estados cujos governadores são do PSL, como Rondônia e Santa Catarina, divulgaram notas vagas. “O hasteamento da Bandeira tem sido um procedimento em algumas escolas como hora cívica”, mencionou a nota da Secretaria de Educação de Rondônia.

O texto divulgado por Santa Catarina não citou a mensagem do MEC e afirmou que “prima e zela pelo papel da escola, qual seja o de bem formar cidadãos e contribuir para melhoria da sociedade”.

A secretaria de Minas Gerais, mesmo tendo o governador Romeu Zema (Novo) declarado apoio a Bolsonaro, disse que a carta do MEC foi um pedido voluntário e “não será aplicada de imediato na rede estadual, até que os fatos sejam melhor esclarecidos”. A nota ressaltou ainda a autonomia das escolas.

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Em reação ao MEC, alunos fazem campanha para mostrar situação das escolas

Em reação ao ministro da Educação, União Brasileira dos Estudantes

Secundaristas pede que alunos gravem precárias condições das escolas do país

São Paulo — Em reação à carta enviada pelo ministro da Educação, Ricardo Veléz Rodriguez, pedindo para que instituições de ensino gravem os alunos cantando o hino nacional, a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) lançou uma campanha nas redes sociais para expor os graves problemas das escolas brasileiras.

Pela hashtag #MinhaEscolaDeVerdade, o movimento planeja reunir relatos de estudantes de todo o país sobre as precárias condições do ensino, desde infraestrutura até atraso de pagamento de professores.

O vídeo da campanha foi divulgado nesta terça-feira (26) por Pedro Gorki, presidente da UBES, pelas redes sociais.

“Será mesmo que a prioridade do Ministério da Educação do nosso país deve ser gravar estudantes cantando o hino nacional?”, questiona Gorki no vídeo.

Para o movimento, a prioridade da pasta deveria ser a valorização de professores, o cumprimento do Plano Nacional de Educação e a renovação do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica).

Assim que a campanha foi ao ar, internautas começaram a compartilhar vídeos — alguns, inclusive, com o hino nacional de trilha sonora.

Reação dos Estados

Grande parte dos Estados divulgou notas com críticas à mensagem MEC e ressaltando a autonomia das escolas no país.

Espírito Santo, Ceará, Paraíba, Amazonas, Amapá, Rio Grande do Norte e Sergipe anunciaram que seus diretores não iriam cumprir o pedido do MEC.

O Espírito Santo, cujo desempenho dos alunos do ensino médio é hoje o melhor do país, informou enfaticamente que “seus diretores não deverão, mesmo que voluntariamente, produzir nem divulgar imagens dos alunos de sua escola para fins alheios às atividades desta Secretaria”.

topo ↕

PORTAL FATOR BRASIL - TEMPO REAL

MEC libera R\$ 177,31 milhões para instituições federais de ensino do Rio de Janeiro

Para garantir o funcionamento e autonomia das instituições federais de ensino, o Ministério da Educação liberou R\$ 1,574 bilhão. Desse total, R\$ 177.318.317 foram repassados às instituições do Rio de Janeiro. Os recursos serão destinados para quase 150 instituições de todo o país e serão aplicados na manutenção, custeio e pagamento de assistência estudantil, entre outros.

A maior parte dos valores totais, R\$ 1,091 bilhão, foi repassada às universidades federais e inclui repasses para hospitais universitários. Já a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica recebeu R\$ 462,79 milhões. O restante, R\$ 19,79 milhões, foi repassado ao Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines), ao Instituto Benjamin Constant (IBC) e à Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj).

Os gestores das instituições têm autonomia para definir, de acordo com os cronogramas estabelecidos internamente, onde serão aplicados esses recursos. O que permite atender melhor às necessidades de cada instituição e dos seus estudantes. Estão previstos, por exemplo, gastos com contas de água e luz, além de pequenas obras. Os valores foram liberados na última semana.

Este repasse representa a primeira liberação de limite de empenho para o ano de 2019 e visa atender a despesas referentes aos meses de janeiro a março de 2019, nos termos do Decreto nº 9.711, de 15 de fevereiro de 2019, que estabelece o cronograma mensal de repasses de recursos do governo federal.

topo ↕

PORTAL FATOR BRASIL - TEMPO REAL

FGV CPDOC abre edital para Bolsa de Iniciação Científica Dirigida a alunos do Ensino Médio.

A Escola de Ciências Sociais da Fundação Getulio Vargas (FGV CPDOC) está com inscrições abertas, até 1º de março, para Bolsa de Iniciação Científica destinada a alunos do Ensino Médio das redes pública e privada do Rio de Janeiro. A iniciativa visa incrementar a pesquisa científica na área de Ciências Sociais desenvolvida pelo CPDOC desde sua fundação, em 1973. Em 2018, a instituição obteve o 3º lugar no Índice Geral de Cursos (IGC) dentre todas as instituições de ensino superior do Brasil. A graduação em Ciências Sociais obteve, também em 2018, nota máxima (5) na avaliação in loco do MEC.

Serão convocados até três estudantes que participarão de atividades de pesquisa e encontros acadêmicos promovidos pelos pesquisadores e professores da Escola. Serão 12 horas de atividades semanais com a supervisão de professores durante um período de oito meses (abril a dezembro de 2019). Os selecionados receberão uma Bolsa no valor mensal de R\$ 300,00 e, ao final das atividades, um certificado de conclusão.

Os interessados deverão escolher um dos seguintes eixos temáticos: O papel dos

partidos políticos antes da democracia, coordenado pela professora Jaqueline Zulini; Memória das Ciências Sociais, pelo professor Celso Castro; e Futebol e Jornalismo Esportivo, pelos professores Bernardo Buarque de Hollanda e Jimmy Medeiros.

Os bolsistas terão as seguintes atividades: levantamento de fontes (leitura de jornais, produção de fichas de resumo, pesquisa na internet), coleta de dados empíricos (busca de dados biográficos, indicadores econômicos e sociais etc.), produção de pequenos textos (resenhas ou relatórios de pesquisa) e manutenção de sites e/ou blogs na internet.

Processo seletivo — Poderão se candidatar estudantes das três séries do ensino médio das redes pública e privada do município do Rio de Janeiro que tenham 16 anos completos no dia 01/04/2019. As inscrições podem ser feitas pelo site https://cpdoc.fgv.br/ensinomedio/bic_2019, onde deverão anexar o boletim escolar e uma redação, de sua própria autoria com no máximo 20 linhas, na qual deverão explicar as razões do interesse pelas áreas de conhecimento das Ciências Sociais e, especificamente, sobre um dos quatro eixos temáticos propostos. O processo seletivo será entre os dias 7 e 15 de março. A avaliação terá como base o material remetido para análise e, posteriormente, entrevistas presenciais.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Estados criticam mensagem do MEC e ressaltam autonomia das escolas

A maioria dos Estados divulgou notas nesta terça-feira, 26, com críticas à mensagem do Ministério da Educação (MEC) e ressaltando a autonomia das escolas no País. São Paulo, cujo governador João Doria (PSDB) é aliado de Jair Bolsonaro, disse em nota que “considera primordial a valorização de símbolos nacionais, como a execução do Hino Nacional, no âmbito das escolas estaduais” e ressaltou que bandeiras seriam distribuídas. Mas afirmou que usar a imagem do estudante sem autorização dos pais é “terminantemente proibido”. Ao se referir ao slogan de campanha, o texto da Secretaria da Educação afirmou que “o ambiente escolar deve ser preservado”.

Estados como Espírito Santo, Ceará, Paraíba, Amazonas, Amapá, Rio Grande do Norte e Sergipe anunciaram que seus diretores não iriam cumprir o pedido do MEC. O Espírito Santo, cujo desempenho dos alunos do ensino médio é hoje o melhor do País, informou enfaticamente que “seus diretores não deverão, mesmo que voluntariamente, produzir nem divulgar imagens dos alunos de sua escola para fins alheios às atividades desta Secretaria”. O governador Renato Casagrande é do PSB, um partido de oposição a Bolsonaro.

Estados cujos governadores são do PSL, como Rondônia e Santa Catarina, divulgaram notas vagas. “O hasteamento da Bandeira tem sido um procedimento em algumas escolas como hora cívica”, mencionou a nota da Secretaria de Educação de Rondônia. O texto divulgado por Santa Catarina não citou a mensagem do MEC e afirmou que “prima e zela pelo papel da escola, qual seja o de bem formar cidadãos e contribuir para melhoria da sociedade”.

A secretaria de Minas Gerais, mesmo tendo o governador Romeu Zema (Novo) declarado apoio a Bolsonaro, disse que a carta do MEC foi um pedido voluntário e “não será aplicada de imediato na rede estadual, até que os fatos sejam melhor esclarecidos”. A nota ressaltou ainda a autonomia das escolas. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↗

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Ministro envia nova carta, retira slogan de Bolsonaro, mas mantém vídeo de alunos

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, admitiu nesta terça-feira, 26, que errou ao colocar o slogan da campanha de Jair Bolsonaro em carta enviada a todas as escolas do País para ser lida aos alunos. Ele também afirmou que retiraria “de circulação” a mensagem que pedia que crianças fossem filmadas durante a execução do Hino Nacional. No entanto, em novo e-mail mandado às escolas, o Ministério da Educação (MEC) manteve a recomendação de gravar as crianças, desde que “precedida de autorização legal da pessoa filmada ou de seu responsável”.

“Eu percebi o erro. Tirei essa frase (com slogan do governo). Tirei a parte correspondente a filmar crianças sem a autorização dos pais. Evidentemente se alguma coisa for publicada será dentro da lei, com a autorização dos pais”, disse brevemente a jornalistas antes de audiência no Senado. Ali, houve protesto de estudantes. “Cantar o Hino não é constrangimento, é amor à pátria. Slogan de campanha foi erro”, completou.

O comunicado do MEC foi revelado pelo estadao.com.br. Estados já se posicionaram com críticas à medida e alguns avisaram que seus diretores não vão cumprir as recomendações.

O Ministério Público Federal deu nesta terça prazo de 24 horas para que Vélez apresente justificativa para as cartas enviadas às escolas. O ofício cita 17 preceitos constitucionais e legais que seriam desrespeitados, entre eles o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que assegura o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade, com preservação da imagem. Também cita a Constituição, que diz que a publicidade dos atos não pode ter nada que caracterize promoção pessoal de autoridades.

As bancadas do PT e a do PSOL também entraram com representação no MPF contra o ministro. “A carta tem vários problemas, entre eles o abuso de poder, com constrangimento dos diretores de escola por alguém que tem cargo de chefia”, disse o deputado federal Marcelo Freixo (PSOL-RJ).

Na carta anexa do novo e-mail, além de ter sido retirado o slogan “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”, o texto foi levemente modificado. Em vez de “vamos saudar o Brasil dos novos tempos”, diz somente “vamos saudar o Brasil”. O MEC manteve o pedido de que a carta fosse lida para os alunos durante a execução do Hino. Mas a segunda versão tem a palavra “voluntariamente”.

Repercussão

Em nota em seu site, o Ministério da Educação afirmou que “será feita uma seleção das imagens com trechos da leitura da carta e da execução do Hino Nacional para eventual uso institucional”.

Para Olavo Nogueira Filho, diretor do Todos pela Educação, o recuo foi positivo, mas não minimiza a preocupação dos setores educacionais. “É mais uma sinalização de que o ministério continua focando em um tema que não tem urgência. Era de se esperar que, em dois meses à frente da pasta, já se tivesse apresentado os caminhos para enfrentar as reais dificuldades da educação brasileira.”

Na conta do Twitter do Escola Sem Partido, o recuo foi comemorado. O movimento havia comparado o uso do slogan com o “canteiro de sálvias em forma de estrela no jardim do Alvorada”, no governo Lula. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

PORTAL MT - TEMPO REAL

Descoberta em Sergipe cigarrinha capaz de transmitir doença grave do coqueiro

Pesquisadores descobriram, em Sergipe, uma nova espécie de cigarrinha capaz de hospedar o agente causador do Amarelecimento Letal do Coqueiro (ALC), grave doença que pode chegar ao Brasil e que já se encontra em alerta sanitário desde 2013. Batizada de *Oecleus sergipensis* (em alusão ao nome do estado onde foi descoberta), é a primeira cigarrinha do gênero *Oecleus* Stål com ocorrência registrada em território brasileiro.

Sua descoberta é resultado de um esforço internacional de pesquisa para identificar potenciais vetores do ALC em regiões produtoras de coco. Os estudos envolvem a Embrapa, universidades e instituições de pesquisa do Brasil e do exterior, como o Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento (Cirad), da França; e o Centro de Pesquisa Científica de Yucatã (CICY), no México.

Os pesquisadores verificaram que a cigarrinha descoberta em Sergipe possui hábitos alimentares semelhantes ao vetor conhecido, que suga a seiva elaborada da planta, onde, caso ela esteja infectada, encontra-se o fitoplasma (bactéria parasitária desprovida de parede celular).

No Brasil, foi realizada a identificação molecular da nova espécie, por meio da caracterização genética. A confirmação de identificação morfológica da nova espécie foi feita pelo pesquisador do Departamento de Entomologia da Universidade de Delaware (Udel), Estados Unidos, Charles Bartlett, considerado o maior especialista no gênero *Oecleus* Stål no mundo.

Os espécimes foram coletados entre 2015 e 2016 nos bancos genéticos de coqueiro que a Embrapa mantém no município de Neópolis, no Baixo São Francisco Sergipano, e em Itaporanga d’Ajuda, no litoral sul do estado, além do parque Augusto Franco, localizado ao lado da Unidade da Embrapa, na capital sergipana.

O cientista americano assina, com as duas bolsistas, o pesquisador da Embrapa e o cientista francês, artigo publicado na revista internacional *Zootaxa*, especializada em identificação de espécies animais, no qual a nova cigarrinha é descrita.

São responsáveis pela descoberta as bolsistas Flaviana Gonçalves da Silva, de doutorado pela Coordenadora de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); e Eliana Maria dos Passos, de pós-doutorado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sob orientação do pesquisador Leandro Diniz, da Embrapa Tabuleiros Costeiros (SE). Também integra o grupo o pesquisador Michel Dollet, do Cirad, que atua em cooperação no Brasil desde 2014.

Esses e outros resultados de pesquisa são frutos dos projetos “Aprimoramento do conhecimento científico sobre o amarelecimento letal do coqueiro e outras doenças em palmeiras”, liderado pela Embrapa, e da rede de cooperação científica internacional

mantida na plataforma Marketplace, que congrega pesquisadores da Embrapa e outras instituições.

Potencial vetor do ALC

Até o momento, o único agente transmissor cientificamente confirmado do amarelecimento letal é a cigarrinha da espécie *Haplaxius crudus*.

Nas expedições de coletas de cigarrinhas feitas em 2015 e 2016 pelos pesquisadores em Sergipe, Bahia e Alagoas, foram capturados milhares de indivíduos, mas nenhum do gênero *Haplaxius*. Espécimes desse gênero, contudo, foram encontrados em número elevado (aproximadamente 97%) durante uma visita de duas semanas a áreas produtoras do Pará, em 2016.

Veja Mais: Autocontrole é discutido em reunião do Fórum de Executores de Sanidade Agropecuária

“Na época, fizemos a notificação às autoridades fitossanitárias do estado, bem como ao Ministério da Agricultura (Mapa). Esse se configurou como o primeiro registro oficial da presença do vetor conhecido do ALC no Brasil”, conta o pesquisador Marcelo Fernandes, chefe-geral interino da Embrapa Tabuleiros Costeiros e membro do projeto em rede.

Um fato que chama a atenção dos cientistas é a presença do ALC em plantações de coqueiro em países da África, apesar de não haver qualquer registro da ocorrência de cigarrinhas dos gêneros *Haplaxius* ou *Oecleus* Stål. Isso aumenta as suspeitas de que outros gêneros e espécies tenham potencial para transmitir a doença.

No caso da *Oecleus* Stål, testes de transmissibilidade em ambiente controlado com apoio da CICY, no México, onde a doença já ocorre, deverão confirmar ou não a possibilidade de essas cigarrinhas atuarem como vetores.

Levantamentos e estudos conduzidos no México pelo pesquisador Carlos Oropeza, do CICY, já apontaram a presença do fitoplasma no trato digestivo de cigarrinhas do gênero *Oecleus* Stål capturadas em plantios de coqueiro naquele país.

Essas descobertas feitas pela rede de pesquisa elevam ainda mais a preocupação e o nível de alerta para uma eventual chegada da doença ao Brasil, onde as plantações de coqueiros e outras palmáceas têm importância econômica e paisagística.

A doença

O amarelecimento letal do coqueiro é uma doença causada por um microrganismo do tipo fitoplasma que se dissemina por meio de insetos vetores, os quais se alimentam das folhas e do floema (seiva elaborada) de palmáceas, levando o agente causador de uma planta para outra.

Esse mal atinge coqueirais e palmeiras da África, Costa Atlântica, várias ilhas da América do Norte e Central e já se encontra no México e Honduras.

Quando o ALC acomete uma área, a paisagem muda em questão de meses. Os coqueirais afetados ficam, na fase final da doença, com os estipes (nome dado ao tronco do coqueiro) sem folhas, lembrando postes, e a imagem contrasta com os cartões postais de praias tropicais.

Milhões de palmeiras mortas no Caribe

A doença foi responsável pela morte de mais de sete milhões de palmeiras na Jamaica em 1980. Epidemias similares a essa ocorreram também em Cuba, Haiti, República Dominicana, Bahamas e Flórida. Em 1997 a doença chegou a Cozumel e Cancun, no México, e seguiu pela península de Yucatán até Honduras. Nos últimos 30 anos, cerca de 50% dos coqueiros da Flórida e 80% dos da Jamaica morreram em consequência do Amarelecimento Letal.

As plantas infectadas morrem em um período de três a seis meses após o aparecimento dos primeiros sintomas. Não existem tratamentos eficientes para o controle dessa doença.

De acordo com Michel Dollet, é impossível prever por onde ou quando a doença poderá chegar ao Brasil. “O Amarelecimento Letal pode chegar via América Central, Caribe ou diretamente da Flórida (EUA) ou de Moçambique, na África. Muitos focos são resultantes de importação sem controle que introduzem a doença e seu inseto vetor”, explica.

Sistema de alerta

Uma das iniciativas do projeto liderado pela Embrapa foi a edição de um boletim de alerta para a doença, que teve distribuição massificada entre produtores, agentes de defesa agropecuária e assistentes técnicos das regiões produtoras. A publicação está disponível online desde 2015.

Agentes de defesa agropecuária dos estados produtores e com potencial para aparecimento da doença, como Sergipe, Roraima e Pará, foram treinados pelos pesquisadores para reconhecer os sintomas e realizar a coleta de forma adequada das partes das plantas para reconhecimento em laboratório.

Outra ação do projeto foi promover a preparação de três laboratórios no País para receberem as amostras e realizarem os testes fitopatológicos para a identificação segura e precisa do fitoplasma que causa o ALC.

Foi iniciada em 2018 a instalação de plantações sentinelas em áreas com potencial para o aparecimento da doença no Brasil. Essas parcelas serão monitoradas continuamente para a rápida detecção caso a doença surja.

Os sintomas aparecem em sequência, começando pela queda repentina de todos os frutos da planta, tanto os grandes quanto os pequenos; em seguida se observa o amarelecimento das folhas mais velhas, que estão na porção mais baixa da planta; depois vem o escurecimento, manchas marrons e necrose das inflorescências; no próximo estágio, há a progressão do amarelecimento das folhas de baixo para cima – após amarelecer, a folha se torna marrom e ocorre a sua queda; no estágio final ocorre o apodrecimento e morte da planta, restando apenas o estipe sem folhas.

O que fazer em caso de suspeita de ALC

Assim que o produtor perceber um ou mais coqueiros, ou outra espécie de palmeira, com os sintomas descritos, deve fotografar as plantas e entrar em contato com a Embrapa por meio do Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC).

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) instituiu, no fim de 2013, um plano de contingência para o Amarelecimento Letal do coqueiro. Registrado na Instrução Normativa número 47, o plano determinou a criação do Grupo Nacional de Emergência Fitossanitária (em que estão integrados pesquisadores da Embrapa) para identificar, propor e articular a implementação de ações preventivas de vigilância fitossanitária relacionadas à doença.

“O Mapa, em articulação com a Embrapa, está promovendo levantamentos de detecção e delimitação para avaliar a presença do vetor da doença nos estados produtores de coco”, informa a coordenadora-geral de Proteção de Plantas do Ministério da Agricultura, Graciane Gonçalves Magalhães Castro. Ela conta que as ações fazem parte do Plano de Contingência para o Amarelecimento Letal do Coqueiro.

Com a continuação do projeto, os cientistas envolvidos continuarão fornecendo ao Ministério todas as informações técnicas disponíveis para a elaboração de um protocolo detalhado de identificação e controle da doença.

Viviane Talamini, pesquisadora da Embrapa especialista em doenças do coqueiro, alerta que só é possível determinar em definitivo se a planta está infectada pelo Amarelecimento Letal por meio de exames em laboratórios especializados. Por isso, ela ressalta que é importante que o produtor, ao notar os sintomas descritos, entre em contato com a Embrapa.

Veja Mais: Ministro promete defender preservação do banco de germoplasma do dendê

O produtor deve, também, procurar a Superintendência Federal de Agricultura (SFA) do seu estado, que adotará os procedimentos de coleta de amostras na plantação e as encaminhará para exames nos laboratórios, sob a responsabilidade do Departamento de Sanidade Vegetal (DSV) do Ministério da Agricultura. Os contatos da Ouvidoria do Mapa em Brasília são 0800 704 1995 e ouvidoria@agricultura.gov.br.

Os especialistas afirmam que a única maneira de contingenciar a doença é quando existem poucas plantas infectadas. Ao permitir que um foco da doença se dissemine, poderá ser necessário que todas as plantas da área sejam destruídas. Caso contrário, a doença vai se espalhar para plantações vizinhas e poderá atingir todo o País. Os pesquisadores ressaltam que a doença não causa qualquer problema à saúde humana e animal.

Resistência

No âmbito da plataforma Marketplace, com o objetivo de identificar potencial de tolerância e resistência de variedades de coqueiro anão-verde (usado para produção de água de coco), a Embrapa enviou materiais do tipo anão-verde do Brasil, do banco genético mantido em Sergipe, para plantio em campo no México, com apoio do CICY. Em novembro de 2018, os pesquisadores Elio Guzzo e Elias Ribeiro, da Embrapa Tabuleiros Costeiros, visitaram áreas cultivadas no país norte-americano para observar o comportamento do anão-verde do Brasil diante da doença.

Eles observaram em campo que nos locais onde o ALC ocorre e já acomete diversos coqueiros, a variedade brasileira não apresentava os sintomas. Esse fato é um indicativo promissor de que a variedade, largamente cultivada no Brasil, tem grande potencial de tolerância e resistência ao fitoplasma.

Quarentenárias

Praga ou doença quarentenária é todo organismo de natureza animal ou vegetal, ou microrganismo que, estando presente em outros países ou regiões, mesmo sob controle permanente, constitui ameaça à economia agrícola do país ou região importadora exposta. A definição das pragas quarentenárias é coordenada pelo Mapa, que mantém uma lista atualizada de quarentenárias.

Esses organismos são geralmente exóticos e podem ser transportados de um local para outro, auxiliados pelo homem e seus meios de transporte, por meio do trânsito de plantas, animais ou por frutos e sementes infestadas.

As pragas quarentenárias se agrupam em duas categorias: A1, as pragas exóticas não presentes no País; e A2, pragas de importância econômica potencial, já presentes no País, porém apresentando disseminação localizada e submetidas a programa oficial de controle.

Contatos para a imprensa
tabuleiros-costeiros.imprensa
Telefone: (79) 4009-1381

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Aluno de Cachoeiro ganha bolsa de iniciação científica em matemática

Estudante conta que apoio na escola municipal Anísio Ramos foi fundamental

Pelo bom desempenho na Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (Obmep) de 2018, o estudante cachoeirense Cleben Júnior Consedey Garcia conquistou o direito de participar do Programa de Iniciação Científica Jr. (PIC) oferecido aos alunos medalhistas da competição.

Cursando, à época, o 9º ano do ensino fundamental na escola municipal “Anísio Vieira de Almeida Ramos”, no bairro Vila Rica, Cleben alcançou o 96º lugar na etapa nacional da olimpíada, ganhando medalha de bronze. Para aprofundar os estudos em matemática, ele receberá um incentivo financeiro mensal do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O programa visa transmitir aos alunos cultura matemática básica e treiná-los no rigor da leitura e da escrita de resultados, nas técnicas e métodos, na independência do raciocínio analítico, desenvolvendo as habilidades e os conhecimentos científicos deles. Os estudantes participam de atividades presenciais e pela internet orientadas por professores qualificados de instituições de ensino superior e de pesquisa.

Cleben conta que o empenho nos estudos e o apoio pedagógico na escola foram fundamentais para o resultado obtido na Obmep. “Em casa, eu estudava problemas de matemática para poder me preparar bem para a prova e, na escola, todos nós recebíamos apoio dos professores de matemática, além da gestora e da equipe pedagógica que apoiavam a gente para fazer a Olimpíada. Fiquei bem feliz por essa conquista, por representar bem a cidade e ter me saído bem na Olimpíada”, destaca o aluno.

“Ficamos emocionados, como escola, pois é um aluno que acompanhamos durante todo o ensino fundamental II e que conseguiu esse grande feito. Foi uma parceria essencial, entre a escola e a família, comprovando, mais uma vez, que quando há essa junção, o

sucesso acontece. Com certeza, Cachoeiro e a rede municipal foram muito bem representados”, avalia a gestora da escola “Anísio Ramos”, Elisângela Chamon.

No decorrer do ano letivo de 2018, professores e estudantes do 6º ao 9º ano do ensino fundamental da rede municipal foram incentivados pela Secretaria Municipal de Educação (Seme) a participar da Obmep, como forma de estimular o estudo da matemática e identificar talentos na área. Na primeira etapa da competição, 102 alunos da rede receberam medalhas.

“A participação de nossos alunos da rede municipal nas diversas olimpíadas brasileiras científicas, como as de matemática e de astronomia, tem trazido excelentes resultados para nosso município. A Secretaria Municipal de Educação incentiva os estudantes, pois acredita que é uma oportunidade ímpar na construção do conhecimento científico, além de prepará-los para a vida acadêmica e profissional”, afirma a secretária de Educação, Cristina Lens.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Estados criticam mensagem do MEC e ressaltam autonomia das escolas
Alguns governadores afirmaram que não vão cumprir o pedido do MEC. Em São Paulo, Doria afirma que usar imagem de estudantes é proibido

A maioria dos Estados divulgou notas na terça-feira (26), com críticas à mensagem do Ministério da Educação (MEC) e ressaltando a autonomia das escolas no País. São Paulo, cujo governador João Doria (PSDB) é aliado de Jair Bolsonaro, disse em nota que “considera primordial a valorização de símbolos nacionais, como a execução do Hino Nacional, no âmbito das escolas estaduais” e ressaltou que bandeiras seriam distribuídas. Mas afirmou que usar a imagem do estudante sem autorização dos pais é “terminantemente proibido”. Ao se referir ao slogan de campanha, o texto da Secretaria da Educação afirmou que “o ambiente escolar deve ser preservado”.

Estados como Espírito Santo, Ceará, Paraíba, Amazonas, Amapá, Rio Grande do Norte e Sergipe anunciaram que seus diretores não iriam cumprir o pedido do MEC. O Espírito Santo, cujo desempenho dos alunos do ensino médio é hoje o melhor do País, informou enfaticamente que “seus diretores não deverão, mesmo que voluntariamente, produzir nem divulgar imagens dos alunos de sua escola para fins alheios às atividades desta Secretaria”. O governador Renato Casagrande é do PSB, um partido de oposição a Bolsonaro.

Estados cujos governadores são do PSL, como Rondônia e Santa Catarina, divulgaram notas vagas. “O hasteamento da Bandeira tem sido um procedimento em algumas escolas como hora cívica”, mencionou a nota da Secretaria de Educação de Rondônia. O texto divulgado por Santa Catarina não citou a mensagem do MEC e afirmou que “prima e zela pelo papel da escola, qual seja o de bem formar cidadãos e contribuir para melhoria da sociedade”.

A secretaria de Minas Gerais, mesmo tendo o governador Romeu Zema (Novo) declarado apoio a Bolsonaro, disse que a carta do MEC foi um pedido voluntário e “não será aplicada de imediato na rede estadual, até que os fatos sejam melhor esclarecidos”. A nota ressaltou ainda a autonomia das escolas.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Ministro defende mais alunos nas universidades públicas

Vélez Rodríguez também disse ser favorável às cotas "enquanto não for resolvida a questão do ensino básico de qualidade para todos"

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, defendeu na terça-feira (26), em audiência pública no Senado Federal, aumentar o número de estudantes nas salas de aula das universidades públicas. Vélez também disse ser favorável às cotas "enquanto não for resolvida a questão do ensino básico de qualidade para todos".

Segundo os dados do último Censo da Educação Superior, de 2017, no setor privado, que concentra a maior parte das matrículas, há, em média, quase 30 estudantes para cada professor. Nas instituições públicas, essa relação é de 12 estudantes por professor.

"Poderíamos utilizar a excelente qualidade acadêmica das nossas universidades públicas colocando mais alunos em sala de aula, aumentando as vagas no setor público", defendeu. O ministro não chegou a apontar uma relação ideal, mas citou exemplos de países em que essa relação chega a 50 ou 60 estudantes por professor. "Não vejo por que no nosso Brasil não podemos aumentar um pouco mais o número de estudantes na sala de aula".

Uma das questões na qual a expansão das universidades públicas esbarra é na falta de orçamento. "Eu vejo isso com muita preocupação. O país está em uma recessão. Estamos com dificuldades econômicas. É muito difícil manter a dotação orçamentária das universidades públicas da forma como se deu nos períodos da bonança econômica", explicou.

O ministro descartou, no entanto, a privatização dessas instituições. "Universidade pública não deve ser privatizada. Mas, por ser pública, precisa ser gerida com responsabilidade", disse. O ministro defendeu o aumento do número de estudantes como forma de otimizar o atual orçamento.

De acordo com o Censo, a maior parte das matrículas do ensino superior está em instituições privadas. Dos cerca de 8,3 milhões, aproximadamente 2 milhões estão em instituições públicas.

Cotas nas universidades

Vélez também defendeu as cotas nas universidades. "É importante que todos tenham acesso a universidade em pé de igualdade. E aí está nossa dívida social. Temos cotas. Defendo as cotas enquanto não for resolvida a questão de ensino básico de qualidade para todos", diz.

A lei de cotas, Lei 12.711/2012, estabelece que metade das vagas das instituições federais devem ser reservadas para estudantes de escolas públicas. Devem ser reservadas também vagas para estudantes negros e indígenas. O número dessas vagas é calculado com base na porcentagem dessas populações no local em que a universidade está inserida.

Educação básica

Na audiência pública, Vélez voltou a defender a melhora da educação básica, que vai do ensino infantil até o ensino médio, como forma de melhorar a qualidade da educação brasileira. Ele também voltou a defender a máxima "Mais Brasil, menos Brasília",

defendendo um fortalecimento da gestão da educação nos estados e municípios.

Ele também defendeu o modelo de educação cívico-militar e ressaltou que a pasta tem uma Subsecretaria voltada para ampliar esse modelo de gestão no país.

Mensagem às escolas

Ao menos três parlamentares questionaram o ministro em relação à mensagem enviada pelo MEC a escolas de todo país com uma carta para ser lida aos estudantes. As escolas deveriam também reunir professores, funcionários e alunos e cantar o Hino Nacional. A ação, voluntária, deveria ser gravada.

Os principais pontos criticados foram o pedido para gravar estudantes, que são menores de idade, e o uso do slogan de campanha do presidente Jair Bolsonaro na carta: "Brasil acima de tudo. Deus acima de todos".

O ministro reconheceu que errou em determinados pontos da mensagem. "O slogan de campanha foi um erro. Já tirei. Reconheci, foi um engano. Quanto à filmagem. Só será divulgada com a autorização da família", disse. Vélez defendeu a prática de cantar o Hino Nacional: "Cantar o Hino Nacional não é constrangimento legal, é amor à pátria".

O ministro participou de audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte no Senado Federal e, por mais de três horas respondeu perguntas de senadores.

topo 

TERRA - TEMPO REAL

De livros didáticos ao Hino: veja polêmicas envolvendo Vélez Rodríguez Ministro da Educação admitiu erro ao colocar slogan de campanha em carta enviada às escolas

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, admitiu nesta terça-feira, 26, que errou ao colocar o slogan da campanha de Jair Bolsonaro em carta enviada a todas as escolas do País para ser lida aos alunos. A medida, divulgada na segunda, causou reações no meio educacional e entre pais de estudantes.

Vélez teve de lidar, logo ao assumir, com o edital dos livros didáticos de 2020. Na primeira versão, não seriam mais necessárias referências bibliográficas. Também foi retirado o item que impedia publicidade e coibia erros de revisão e impressão. Após a divulgação, o MEC retirou o texto e abriu sindicância, alegando erro da gestão anterior.

Canibal

Em declaração à revista Veja, o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, afirmou que o brasileiro viajando é um "canibal", pois "rouba coisas dos hotéis" e isso precisa ser revertido na escola. Questionado no Supremo Tribunal Federal, ele informou à ministra Rosa Weber que foi "infeliz" na declaração.

Cazuza

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, teve de se retratar após atribuir erroneamente uma frase ao cantor Cazuza, morto em 1990. Pelo Twitter, Vélez Rodríguez comunicou que ligou para a mãe de Cazuza, Lucinha Araújo, para "desfazer o equívoco". Em uma entrevista, Vélez Rodríguez citou Cazuza ao ser questionado sobre se liberdade não incluiria ensinar marxismo, fascismo e liberalismo. "Liberdade não é o que pregava Cazuza, que dizia que liberdade é passar a mão no guarda. Não!

Isso é desrespeito à autoridade, vai para o xilindró", disse Vélez Rodríguez.

Hino Nacional

Vélez enviou carta a diretores de escola, sugerindo leitura de um texto com slogan de Bolsonaro e filmagens. A mensagem causou reação no meio educacional. O Conselho de Secretários Estaduais disse que a recomendação feria a autonomia dos entes da Federação e algumas pastas indicaram que não seguiriam a proposta. Vélez Rodríguez teve de abrir mão do slogan e indicar que gravações "precisam ser autorizadas".

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Estados criticam mensagem do MEC e ressaltam autonomia das escolas

A maioria dos Estados divulgou notas nesta terça-feira, 26, com críticas à mensagem do Ministério da Educação (MEC) e ressaltando a autonomia das escolas no País. São Paulo, cujo governador João Dória (PSDB) é aliado de Jair Bolsonaro, disse em nota que "considera primordial a valorização de símbolos nacionais, como a execução do Hino Nacional, no âmbito das escolas estaduais" e ressaltou que bandeiras seriam distribuídas. Mas afirmou que usar a imagem do estudante sem autorização dos pais é "terminantemente proibido". Ao se referir ao slogan de campanha, o texto da Secretaria da Educação afirmou que "o ambiente escolar deve ser preservado".

Estados como Espírito Santo, Ceará, Paraíba, Amazonas, Amapá, Rio Grande do Norte e Sergipe anunciaram que seus diretores não iriam cumprir o pedido do MEC. O Espírito Santo, cujo desempenho dos alunos do ensino médio é hoje o melhor do País, informou enfaticamente que "seus diretores não deverão, mesmo que voluntariamente, produzir nem divulgar imagens dos alunos de sua escola para fins alheios às atividades desta Secretaria". O governador Renato Casagrande é do PSB, um partido de oposição a Bolsonaro.

Estados cujos governadores são do PSL, como Rondônia e Santa Catarina, divulgaram notas vagas. "O hasteamento da Bandeira tem sido um procedimento em algumas escolas como hora cívica", mencionou a nota da Secretaria de Educação de Rondônia. O texto divulgado por Santa Catarina não citou a mensagem do MEC e afirmou que "prima e zela pelo papel da escola, qual seja o de bem formar cidadãos e contribuir para melhoria da sociedade".

A secretaria de Minas Gerais, mesmo tendo o governador Romeu Zema (Novo) declarado apoio a Bolsonaro, disse que a carta do MEC foi um pedido voluntário e "não será aplicada de imediato na rede estadual, até que os fatos sejam melhor esclarecidos". A nota ressaltou ainda a autonomia das escolas. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Ministro envia nova carta, retira slogan de Bolsonaro, mas mantém vídeo de alunos

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, admitiu nesta terça-feira, 26, que errou ao colocar o slogan da campanha de Jair Bolsonaro em carta enviada a todas as escolas do País para ser lida aos alunos. Ele também afirmou que retiraria "de circulação" a mensagem que pedia que crianças fossem filmadas durante a execução do Hino Nacional. No entanto, em novo e-mail mandado às escolas, o Ministério da Educação (MEC) manteve a recomendação de gravar as crianças, desde que "precedida

de autorização legal da pessoa filmada ou de seu responsável".

"Eu percebi o erro. Tirei essa frase (com slogan do governo). Tirei a parte correspondente a filmar crianças sem a autorização dos pais. Evidentemente se alguma coisa for publicada será dentro da lei, com a autorização dos pais", disse brevemente a jornalistas antes de audiência no Senado. Ali, houve protesto de estudantes. "Cantar o Hino não é constrangimento, é amor à pátria. Slogan de campanha foi erro", completou.

O comunicado do MEC foi revelado pelo estadao.com.br. Estados já se posicionaram com críticas à medida e alguns avisaram que seus diretores não vão cumprir as recomendações.

O Ministério Público Federal deu nesta terça prazo de 24 horas para que Vélez apresente justificativa para as cartas enviadas às escolas. O ofício cita 17 preceitos constitucionais e legais que seriam desrespeitados, entre eles o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que assegura o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade, com preservação da imagem. Também cita a Constituição, que diz que a publicidade dos atos não pode ter nada que caracterize promoção pessoal de autoridades.

As bancadas do PT e a do PSOL também entraram com representação no MPF contra o ministro. "A carta tem vários problemas, entre eles o abuso de poder, com constrangimento dos diretores de escola por alguém que tem cargo de chefia", disse o deputado federal Marcelo Freixo (PSOL-RJ).

Na carta anexa do novo e-mail, além de ter sido retirado o slogan "Brasil acima de tudo. Deus acima de todos", o texto foi levemente modificado. Em vez de "vamos saudar o Brasil dos novos tempos", diz somente "vamos saudar o Brasil". O MEC manteve o pedido de que a carta fosse lida para os alunos durante a execução do Hino. Mas a segunda versão tem a palavra "voluntariamente".

Repercussão

Em nota em seu site, o Ministério da Educação afirmou que "será feita uma seleção das imagens com trechos da leitura da carta e da execução do Hino Nacional para eventual uso institucional".

Para Olavo Nogueira Filho, diretor do Todos pela Educação, o recuo foi positivo, mas não minimiza a preocupação dos setores educacionais. "É mais uma sinalização de que o ministério continua focando em um tema que não tem urgência. Era de se esperar que, em dois meses à frente da pasta, já se tivesse apresentado os caminhos para enfrentar as reais dificuldades da educação brasileira."

Na conta do Twitter do Escola Sem Partido, o recuo foi comemorado. O movimento havia comparado o uso do slogan com o "canteiro de sálvias em forma de estrela no jardim do Alvorada", no governo Lula. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.